

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
DIÁRIO OFICIAL
SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 251

CAPITAL FEDERAL

SEGUNDA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 1956

DECRETOS DE 28 DE OUTUBRO DE 1956

P. 2.260:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058 de 18 de maio de 1953, Resolve promover na carreira de Zelador, do Quadro Permanente, pelo critério de antiguidade, nos termos do artigo 51 do Decreto-lei número 3.770, de 28 de outubro de 1941

Da classe "K" para a classe "L":

Mário Manso — matrícula número 22.523.

Da classe "J" para a classe "K":

João Fernandes de Oliveira — matrícula 3.333.

P. 2.261:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de promoções aprovado pelo Decreto 12.058, de 18 de maio de 1953 resolve promover na carreira de Zelador, do Quadro Permanente, pelo critério de merecimento, nos termos do artigo 52 do Decreto-lei 3.770-41, da classe "J" para a classe "K" João Baptista da Fonseca Filho, matrícula número 9.895.

P. 2.262:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de promoções aprovado pelo Decreto 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve promover na carreira de Continuo, do Quadro Permanente, pelo critério de antiguidade, nos termos do artigo 51, do Decreto-lei 3.770-41, da classe "H" para a classe "I", Olicio da Fonseca Brandão, matrícula n.º 326.

P. 2.263:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de promoções aprovado pelo Decreto 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve promover na carreira de Continuo, do Quadro Permanente, pelo critério de merecimento, nos termos do artigo 52, do Decreto-lei número 3.770-41, da classe "H" para a classe "I", Manoel Teixeira, matrícula n.º 3.024.

P. 2.264:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento nos termos do artigo 52 do Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953. Resolve promover na carreira de Oficial de Fiscalização, do Quadro Permanente, pelo critério de antiguidade, nos termos do artigo 51 do Decreto-lei n.º 3.770 de 28 de outubro de 1941.

Da classe "M" para a classe "N":
Eduardo de Souza — matrícula número 1.217.

Da classe "L" para a classe "M":

João José Pereira — matrícula número 1.307.

P. 2.265:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953, Resolve promover na carreira de Oficial de Fiscalização, do Quadro Permanente, pelo critério de merecimento, nos termos do artigo 52 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941,

Da classe "M" para a classe "N":

Alceste Mostaerf Seixas — matrícula n.º 17.142.

Da classe "L" para a classe "M":

Altevir Sá Ribas — matrícula número 8.064.

P. 2.266:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953, Resolve promover na carreira de escriturário, do Quadro Permanente, pelo critério de antiguidade, nos termos do art. 51 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941.

Da classe "H" para a classe "I":

Nelson Olímpio Coelho — matrícula n.º 47.730.

Geraldino Borges Guimarães — matrícula n.º 29.319.

Wanda Manna Rodrigues — matrícula 45.097.

Manoel Alves Pimentel — matrícula 47.782.

Manoel Augusto Guerra — matrícula n.º 48.524.

Rubens Dutra de Moraes — matrícula n.º 47.975.

Elza Monteiro da Costa — matrícula n.º 45.070.

Zilma Soares Marçal — matrícula n.º 45.172.

Djalma Guedes — matrícula número 47.806.

Alice Florião da Silva Romano — matrícula 45.105.

Lydia Luz Braga — matrícula número 45.128.

Adelia Pinheiro Pinto — matrícula 45.061.

José da Rocha Borges Filho — matrícula n.º 38.250.

Edgard Bastos — matrícula número 46.922.

Da classe "G" para a classe "H":

Constantino José de Araújo — matrícula n.º 47.804.

Alberto Martin Rombonel — matrícula n.º 54.658.

Wilson Guimarães Pereira — matrícula n.º 47.982.

Wilson Accioli de Vasconcellos — matrícula n.º 39.338.

ATOS DO PREFEITO

Paulo Ré — matrícula n.º 50.341.
Carlos Francisco Bastos de Miranda — matrícula n.º 35.199.

José Felice — matrícula 47.943.
Otto da Silva Couto — matrícula n.º 47.762.

Luiz Ivan Duralde — matrícula número 37.243.

Maria Josefina Pereira Lima — matrícula n.º 49.048.

Arlete Ribeiro Deltimor — matrícula n.º 35.562.

Virginia da Silva Santos — matrícula n.º 35.745.

Letalbe Pessanha — matrícula número 50.216.

Alcebiades Barcellos de Oliveira — matrícula n.º 54.421.

Margarida Melo — matrícula número 50.243.

Vera da Silva — matrícula número 49.039.

Plínio Paulino Sampalo — matrícula n.º 35.415.

Maria de Lourdes Macedo — matrícula n.º 50.313.

P — 2.267:

O Prefeito do Distrito Federal tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve promover na carreira de Escriturário, do Quadro Permanente, pelo critério de merecimento, nos termos do art. 52 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941,

Da classe H para a classe I:

Olinda Pereira Martins, mat. número 49.139.

Antônio Rubini — mat. número 49.041.

Paulo Luis Alves Fernandes Faria, mat. n.º 49.018.

Antonietta Fontes Simas, mat. número 45.138.

Waldith de Andrade Silva, matrícula n.º 43.376.

Helena Rodrigues, mat. número 45.392.

Oswaldo de Menezes, mat. número 59.207.

Demóstenes Soares de Magalhães, mat. n.º 47.710.

Luíza Stela de Abreu Miranda, matrícula n.º 3.257.

Teresa Langoni de Oliveira, matrícula n.º 22.793.

Ismarina Ferreira Nunes, mat. número 35.747.

Eunice Silva Bastos, mat. número 91.963.

Caio Assis de Aragão, mat. número 62.555.

Da classe G para a classe H:

Orlando Ancora da Luz, mat. número 50.325.

Guilhermina Teixeira Dias, matrícula n.º 35.830.

Djalma Durans Teixeira, mat. número 54.327.

João Carreira Nunes, mat. número 30.613.

Silvio Monteiro Gonçalves, matrícula n.º 33.913.

Walquíria Raimunda de Magalhães, Leoni, mat. n.º 35.187.

Laer de Freitas — mat. número 24.639.

Martha de Sousa — mat. número 36.956.

Luis José de Carvalho, mat. número 39.190.

Maria Iara Nunes Borges de Melo, mat. n.º 35.233.

Theo de Freitas Azevedo, mat. número 35.806.

Fernando Alves Accioly de Almeida, mat. n.º 73.197.

Jorge Gama de Matos, mat. número 54.356.

Nilton Guimarães de Sousa, mat. n.º 36.021.

Natividade Frederico, mat. número 44.821.

Wanda Leite Arnt, mat. número 59.810.

Dilma de Sousa Faria, mat. número 61.952.

Olga Rabelo Arantes, mat. número 43.074.

Mildred Pereira Bemfica, mat. número 61.811.

P — 2.268:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve promover na carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, pelo critério de antiguidade, nos termos do art. 51, do Decreto-lei número 3.770, de 28 de outubro de 1941,

Da classe K (contramestre) para a classe L (mestre):

Eugênio Antônio de Farias, mat. n.º 47.632.

Pedro dos Santos — matrícula número 47.683.

Da classe J a classe K (contramestre):

João da Costa Soares, mat. número 14.253.

Fortunato de Sousa Martins, mat. n.º 1.988.

Da classe I para a classe J:

Avnéas de Assis — mat. número 3.763.

Gustavo Oliveira e Silva, mat. número 21.486.

Hermenegildo Felipe de Freitas Filho, mat. n.º 8.190.

Da classe H para a classe I:

Lindonor Antunes Fernandes, matrícula n.º 24.880.

Manoel Martins, matrícula número 26.405.

José Alves Pereira, mat. número 21.910.

— As Repartições Públicas deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais, diariamente, até às 15 horas, exceto aos sábados, quando deverão fazê-lo até às 11,30 horas.

— As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Seção de Redação, das 8 às 17,30 horas, no máximo até 72 horas após a saída dos órgãos oficiais.

— Os originais deverão ser dactilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas.

— A matéria paga e as assinaturas serão recebidas das 8,30 às 17,30 horas, e, aos sábados, das 8,30 às 11,30 horas.

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso prévio.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
LEOPOLDO CESAR DE MIRANDA LIMA

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO II

Órgão de publicação dos atos da Prefeitura do Distrito Federal

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES	FUNCIONÁRIOS:
Capital e Interior:	Capital e Interior:
Semestre Cr\$ 50,00	Semestre Cr\$ 39,00
Ano Cr\$ 96,00	Ano Cr\$ 76,00
Exterior:	Exterior:
Ano Cr\$ 136,00	Ano Cr\$ 108,00

Para facilitar aos assinantes a verificação do prazo de validade de suas assinaturas, na parte superior do enderço vão impressos o número do talão

de registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar solução de continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinan-

tes providenciar a respectiva renovação com antecedência, mínima, de trinta (30) dias.

— As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e às iniciadas, em qualquer época, pelos órgãos competentes.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só serão fornecidos aos assinantes que os solicitarem.

— O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 0,10, se do mesmo ano, e de Cr\$ 0,50, por ano decorrido.

Oto Barreiros Marques, mat. número 47.681.

Antônio Moraes — mat. número 15.963.

Domingos de Oliveira, mat. número 23.772.

Manoel Antônio dos Santos, mat. n.º 15.835.

Esterlito Evangelista dos Santos — mat. n.º 26.372.

Ladislau Francisco de Oliveira — mat. n.º 30.914.

Manoel Ferreira — matrícula número 24.882.

Da classe G para a classe H:

Arlando Fernandes da Silva, matrícula n.º 6.452.

João Batista Soares, mat. número 43.389.

Ramiro da Silva — matrícula número 47.496.

Atayde Cyrilo dos Santos, mat. número 21.526.

Waldevino Eduardo de Oliveira — mat. n.º 14.497.

Orlando Monteiro de Barros, matrícula n.º 21.491.

Alfredo Calvet — matrícula número 15.945.

Nicanor José de Andrade, mat. número 26.734.

Antônio Antunes dos Santos, matrícula n.º 51.096.

Glicério Ricardo — mat. número 47.444.

Antônio Maria — matrícula número 30.919.

Beltrão da Silva Ferreira, mat. número 23.987.

Júlio Cesar Estrela, mat. número 21.498.

Henrique Carlos de Medeiros, matrícula n.º 33.401.

Demerval José Pestana, mat. número 26.334.

Aristides de Araújo Lima, mat. número 16.801.

Dinorah Machado — mat. número 43.834.

Francisco Gonçalves Ferreira, matrícula n.º 35.135.

Manoel Rodrigues dos Santos, matrícula n.º 47.477.

Aníbal dos Santos, matrícula número 23.768.

Luciano de Felipe, mat. número 17.789.

Newton Angelo Lopes, mat. número 47.894.

Ercio Viana — matrícula número 12.430.

Francisco Fernandes de Oliveira — mat. n.º 48.342.

Max Mota — matrícula número 47.603.

Oscar José Lopes — mat. número 32.838.

José Joaquim Rodrigues, matrícula n.º 54.533.

Geraldo Ferreira dos Santos, matrícula n.º 21.467.

Jorge Bernardo — matrícula número 51.198.

Francisco Ramos de Assis, mat. número 48.375.

Carlos Fontes Filho, mat. número 21.668.

Antônio Lobo de Sousa, mat. número 47.908.

João Alves de Oliveira, mat. número 29.112.

José Luis de França, mat. número 47.579.

Francisco Garuni — matrícula número 31.365.

Paulino Antônio da Silva Joaquim — mat. n.º 47.970.

Antônio José Vieira — mat. número 47.319.

José Ferreira da Rocha — mat. número 47.577.

José Machado de Oliveira, mat. número 47.581.

Theophilo Manoel Rodrigues, matrícula n.º 20.772.

Antônio dos Santos Rodrigues, matrícula n.º 54.492.

Orlides da Silva — matrícula número 23.346.

José Gomes — matrícula número 54.703.

Da classe F para a classe G:

Franquillino Barbosa de Matos, matrícula n.º 47.188.

Porfírio José de Lima, mat. número 22.074.

Júlio Sebastião dos Santos, matrícula n.º 51.244.

Geraldo Gessy da Silva, mat. número 51.173.

P-2.269:

O Prefeito do Distrito Federal tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto número 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve promover na carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, pelo critério de merecimento, nos termos do artigo 52 do Decreto-lei número 3.770, de 28 de outubro de 1941,

da Classe "K" (Contramestre) para a classe "L" (Mestre):

José Pinto Cardoso — matrícula número 48.061.

Manoel Nunes de Carvalho — matrícula n.º 47.479.

Da Classe J para a Classe K (Contramestre):

Romualdo de Carvalho e Silva — matrícula 21.508.

Manoel Aleixo — matrícula número 14.289.

Antônio Telles — matr. 60.

Da classe I para a classe J:

Alvaro Teixeira Bastos — matrícula n.º 8.223.

Ludgero José Carlos — matrícula número 8.217.

Carlos Ariento — matrícula número 15.139.

José Dias da Silva — matrícula número 30.876.

Da classe H para a classe I:

Enéas Alves de Macedo — matrícula n.º 26.338.

Manoel Carlos — matrícula número 23.753.

Cosmo dos Santos — matrícula número 8.184.

Eudoxio Fernando Porto — matrícula n.º 8.207.

Aminthas da Silva — matrícula número 8.336.

Nicolau Tavares — matrícula número 29.347.

Wilson Coelho de Souza — matrícula n.º 25.736.

João de Oliveira — matrícula número 9.156.

José Lopes de Souza Filho — matrícula n.º 14.221.

José da Cruz Repolho — matrícula número 11.237.

Da classe G para a classe H:

Alfredo Alves de Carvalho Filho — matr. 32.815.

Manoel Barros Filho — matrícula n.º 51.295.

Enelson Antônio de Oliveira — matrícula 47.541.

Manoel Moreira Pinto — matrícula número 47.597.

José Erico dos Santos — matrícula número 32.840.

Claudioonor Antônio de Souza — matr. n.º 24.934.

Francisco Antônio da Silva — matrícula n.º 24.095.

Nelson Teixeira — matrícula número 8.347.

José da Silva Guedes — matrícula número 14.509.

Luiz Martins Ramos — matrícula n.º 48.147.

Manoel Cordeiro de Sant'Anna — matr. n.º 48.448.

Benedito Ferreira — matrícula número 54.804.

Eunizio Thimoteo da Silva — matrícula n.º 18.868.

Carlos Nunes — matrícula número 23.823.

Alberto Antônio de Souza — matrícula 15.999.

Pedro da Silveira Pinto — matrícula n.º 7.533.

Afonso Carmo Moura — matrícula número 32.836.

Mário Motta — matr. n.º 5.181.

Rivaldo Ferreira Lima — matrícula número 16.769.

João Pereira — matrícula número 20.578.

Pedro Araújo Santos — matrícula número 13.844.

Milton Theodoro da Silva — matrícula n.º 18.392.

Sylvio Ferreira — matrícula número 21.672.

Antônio de Souza Madeira — matrícula n.º 21.515.

Amadeu Alves Pereira — matrícula número 46.222.

Mário de Oliveira — matrícula número 25.993.

Luiz Antônio Eugênio — matrícula número 7.315.

Francisco Batista Pires — matrícula n.º 43.924.

Ari da Costa Moura — matrícula número 38.738.
Luz Ferreira de Paiva — matrícula número 8.322.
Therézino Marcelino Gonçalves — matr. n. 9.431.
Nelson Augusto Cespe — matrícula número 28.358.
Manoel Sant Anna — matrícula número 16.871.
Sylvano dos Santos Faria — matrícula n. 8.388.
Pedro Ferreira — matrícula número 8.316.
Antônio da Rocha Ferreira de Abreu — matr. n. 8.272.

Antônio Romão Vieira — matrícula número 8.275.
Hélio Gonçalves — matrícula número 12.454.
Pedro Moncada — matrícula número 20.781.
Elias Rodrigues — matrícula número 8.276.
Julio Botelho da Silva — matrícula número 9.249.
Francisco Paura — matrícula número 33.789.
Lucia Bahiana — matrícula número 22.821.

P. 2.270:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto número 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve promover na carreira de Fiscal, do Quadro Permanente, pelo critério de antiguidade, nos termos do artigo 51 do Decreto-lei número 3.770, de 28 de outubro de 1941,

Da classe K para a classe L:

Bíror Fogaça Pereira — matrícula número 4.461.
Jorge José de Andrade — matrícula número 25.369.

Da classe J para a classe K:

João Augusto da Silva — matrícula número 22.145.
José Francisco de Menezes — matrícula n. 5.519.
Antônio Francisco Viegas — matrícula n. 6.628.
José Pereira Soares — matrícula número 9.739.

Da classe I para a classe J:

Jorge Guedes da Silva — matrícula número 83.907.
Waldemar José de Barros — matrícula n. 22.915.
Edgar dos Santos Pereira — matrícula n. 6.617.
Lourival Teixeira — matrícula número 13.557.
Alvaro Gonçalves — matrícula número 17.114.

Da classe H para a classe I:

Levirado José dos Santos — matrícula número 48.523.
Fernando Luiz Loureiro de Magalhães — matr. n. 9.772.
João de Souza Gomes — matrícula número 30.361.

Da classe G para a classe H:

João Galvão da Silva — matrícula número 3.063.
Luiz Coutinho de Oliveira — matrícula número 3.118.
Sergio Netto da Conceição Filho — matr. n. 3.076.

P. 2.271:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve promover na carreira de Fiscal, do Quadro Permanente, pelo critério de merecimento, nos termos do artigo 52 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941:

Da classe "K" para a classe "L":
Fleto Tavares da Silva — Matrícula 4.462.

Da classe "J" para a classe "K":
Teodoro Ferreira dos Santos — Matrícula 22.400.
Armando Schmid Machado — Matrícula 2.636.

Sebastião de Azevedo Matos — Matrícula 2.248.
Eduardo Mena Barreto Ribeiro — Matrícula 16.192.
Henrique Laureano de Vasconcelos — Matrícula 27.073.

Da classe "I" para a classe "J":

Arikerne de Lima Brito — Matrícula 8.509.
Etelvino Granado — Matrícula número 17.596.
Orivaldino Demerval de Bulhões — Matrícula 7.675.
Oswaldo Fagundes do Nascimento — Matrícula 1.358.
Gedeão Francisco Machado — Matrícula 9.773.
Francisco Emílio da Silva — Matrícula 61.351.

Da classe "H" para a classe "I":

Aristides Sarquis — Matrícula número 9.766.
Luís Antônio Pereira — Matrícula 5.746.
Angelo Boccia — Matrícula 29.953.

Da classe "G" para a classe "H":

João Coelho de Souza — Matrícula 3.078.
Hermes Marins — Matrícula 27.546.

P. 2.272:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve promover na carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Permanente, pelo critério de antiguidade, nos termos do art. 51 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941:

Da classe "M" para a classe "N":

Julietta de Aragão Silveira — Matrícula 575.
Zoraida Simões Lobato — Matrícula n.º 4.201.

Da classe "L" para a classe "M":

José de Souza Tôrres — Matrícula n.º 750.
Maria Inês Paranhos — Matrícula n.º 1.037.
Francisco Barata — Matrícula número 14.624.

Da classe "K" para a classe "L":

Cacilda da Luz Altschul — Matrícula 4.460.
Domitila Araújo da Cruz — Matrícula 6.567.

Da classe "J" para a classe "K":

Wolgrand Santos — Matrícula número 46.077.
Josué do Espírito Santo — Matrícula 46.135.
Américo Gomes da Silveira França — Matrícula 46.069.

Da classe "H" para a classe "I":

Haidee Vilela Marhy — Matrícula n.º 45.970.
Primula Dias — Matrícula 46.081.
Rafael Romano — Matrícula número 46.059.
Anselmo Francisco Peixoto — Matrícula 46.116.
Afrânio de Paula — 46.019.

P. 2.273:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve promover na carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Permanente, pelo critério de merecimento, nos termos do artigo 52 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941:

Da classe "N" para a classe "O":
Vicência Pasquale de Campos — Matrícula n.º 22.

Da classe "M" para a classe "N":
José Macedo de Araújo — Matrícula 21.990.
Ubaldo D'Assunção Pereira — Matrícula 13.941.

Da classe "L" para a classe "M":

Milton da Costa Pôncio Haddad — Matrícula 6.566.
Maria José Janot Chaves — Matrícula 353.
Heitor Costa — Matrícula 509.

Da classe "K" para a classe "L":

José Fernando Zieze de Oliveira — Matrícula 400.
João Odon de Souza Filho — Matrícula 24.678.
Enio Barros de Arruda — Matrícula 38.705.

Da classe "J" para a classe "K":

José de Campos Baía — Matrícula n.º 46.108.
Alfredo Jorge Gonçalves Puget — Matrícula 37.231.
Odete de Lima Furtado — Matrícula 29.701.
Hugo Lisboa Dourado — Matrícula n.º 32.962.

Hermes Evaristo Biswas — Matrícula 4.242.

Aurea Souto Neto — Matrícula número 30.528.
Elena Grangier — Matrícula 50.145.
Aulo Ribeiro de Medeiros — Matrícula 8.379.

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953,

Resolve promover na carreira de Fiscal de Higiene, do Quadro Extra, pelo critério de antiguidade, nos termos do artigo 51 do Decreto-lei número 3.770, de 28 de outubro de 1941,

Da classe "K" para a classe "L":

Nome:
Crispim Julio do Nascimento — Matrícula 72.888.

Da classe "J" para a classe "K":

Adamastor Alves Coutinho — Matrícula 72.899.
Arthur Gonçalves dos Santos — Matrícula 72.909.

Da classe "I" para a classe "J":

Nome:
Carlos Henrique Guimarães — Matrícula 72.936.
Lúiz Henrique Somonin — Matrícula 72.960.
Amintas Ribeiro Alvarenga — Matrícula 72.930.

Da classe "H" para a classe "I":

Mário Petiva — Matrícula 73.005.
Tercilio Soares Quaresma — Matrícula 73.013.
Nestor Marinho — Matr. 73.007.
Messias Machado Alves — Matrícula 73.006.
José de Oliveira — Matrícula número 73.000.

P. 2.275:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953,

Resolve promover na carreira de Fiscal de Higiene, do Quadro Extra, pelo critério de merecimento, nos termos do artigo 52 do Decreto-lei número 3.770, de 28 de outubro de 1941,

Da Classe "K" para a classe "L":
Reinaldo Mendes — matrícula número 73.016.

Da classe "J" para a classe "K":
Alfredo Julio Fernandes — Matrícula 73.021.

Da classe "I" para a classe "J":
Ademar Fonseca — Matrícula número 72.926.

Alvaro José Barbosa — Matrícula 72.981.
Silvio Duarte de Moraes — Matrícula 73.011.

Da classe "H" para a classe "I":

Luiz Salvador — Matrícula 73.002.
Carlos Magno da Cunha — Matrícula 72.987.
Estácio Viana — Matrícula 72.990.

José Lopes de Araujo — Matrícula 73.001.

Norival Cavalcante de Souza — Matrícula 73.008.

P. 2.276:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953,

Resolve promover na carreira de Escriurário, do Quadro Extra, pelo critério de antiguidade, nos termos do artigo 51 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941,

Da classe "H" para a classe "I":

Heitor Alves da Costa — Matrícula 47.066.
Vicente Ferreira Rodrigues Fróes — 72.863.

P-2.277:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve promover na carreira de Escriurário, do Quadro Extra, pelo critério de merecimento, nos termos do artigo 52 do Decreto-lei 3.770-41, da classe "H", para a classe "I". Antônio José Cordeiro, matr. 72.830.

P-2.278:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de promoções aprovado pelo Decreto número 12.058, de 18-5-53, e de conformidade com o estabelecido no artigo 3.º da Lei número 63, de 17-11-47, resolve promover na Carreira de Polícia de Vigilância, pelo critério de antiguidade, nos termos do artigo 51 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941.

Da classe "I" para a classe "J" de Oficial de Vigilância:

Francisco Gallo, matr. 5.656.
Sidrack Monteiro, matr. 5.503.
Virgílio Leal de Araújo, matrícula 17.468.
José Vicente de Oliveira, matrícula 10.820.
José Giorgio, matr. 8.547.
Arlindo José Alves, matr. 5.680.

Oswaldo Tavares da Silva, matrícula 14.575.
Raphael Archanjo de Faria, matrícula 14.573.

Mário Amaro da Silva, matr. 143.
Francisco Ferreira, matr. 7.018.
Rineu Barata Monteiro, matrícula 14.556.
Jadoco Gomes Rodrigues, matrícula 2.823.
Francisco Felipe Adão, matrícula 15.574.

P-2.279:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto número 12.053, de 18-5-53, e de conformidade com o estabelecido no artigo 3.º da Lei n.º 63, de 17-11-47, resolve promover na carreira de Polícia de Vigilância, pelo critério de merecimento, nos termos do artigo 52 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941:

Da classe "I" para a classe "J" de Oficial de Vigilância.

Magno de Oliveira Passos, matrícula 15.674.
Ivo Martins, matr. 11.540.
Américo Sebastião Martins, matrícula 15.562.
Rivaldy de Araújo, matr. 5.697.
Joaquim Santos Machado, matrícula 5.821.
Jair Nascimento de Andrade, matrícula 9.972.
Carlos Gonçalves, matr. 16.219.
Reynério de Araújo Lima, matrícula 18.006.
João da Costa Feijó, matrícula n.º 22.121.

Manoel Antonio da Silva, matrícula 5.727.
Antonio Borges do Amaral, matrícula 2.813.
Lourival Palha de Castro, matrícula 2.597.
Bianco Augusto Lopes, matrícula 2.596.

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto número 12.058, de 18 de maio de 1953, Resolve promover na carreira de Datilógrafo, do Quadro Permanente, pelo critério de Antiquidade, nos termos do artigo 51 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941:

Da classe "H" para a classe "I":

Maria Nazareth Fernandes da Silva, matrícula 58.981.

Da classe "G" para a classe "H":

Adalberto Cerqueira Lima, matrícula 74.786.

Elza de Lemos Maneschy, matrícula 74.789.

P-2.281:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto número 12.058, de 18 de maio de 1953 Resolve promover na carreira de Datilógrafo do Quadro Permanente, pelo critério de merecimento, nos termos do artigo 52 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941:

Da classe "H" para a classe "I":

José Rodrigues Ribeiro, matrícula 59.138.

Da classe "G" para a classe "H":

Nizia Faria Nogueira, matrícula 74.803.

Cecília de Souza Leitão, matrícula 74.776.

Maria de Lourdes Claro, matrícula 76.905.

F-2.282:

O Prefeito do Distrito Federal tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953,

Resolve promover na carreira de Guarda-Livros, do Quadro Permanente, pelo critério de Antiquidade, nos termos do Artigo 51 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941,

Da classe I para a classe J:

Norma Albano — matrícula número 45.085.

Ivone Carneiro Resnuck — matrícula número 45.223.

Da classe H para a classe I:

Waldir Castrioto — matrícula número 78.134.

P-2.283:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve conceder acesso, por nomeação, nos termos do Artigo 7.º da Lei n.º 500 de 27 de outubro de 1950, combinado com o artigo 35 do Decreto n.º 12.058 de 1953, pelo critério de Antiquidade, ao cargo de Contador, classe K, do Quadro Permanente, ao Guarda-livros, classe J, do Quadro Permanente, Teódo Pellegrino Fontes, matrícula n.º 45.098.

P-2.284:

O Prefeito do Distrito Federal tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953, Resolve:

Promover na carreira de Guarda-livros, do Quadro Permanente, pelo

critério de merecimento, nos termos do artigo 52 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941,

Da classe I para a classe J:

Ernani da Cunha Schloback — matrícula número 73.534.

Da classe H para a classe I:

Waldir Batista de Oliveira — matrícula número 78.152.

Ruth Gomes — matrícula número 78.157.

P-2.285:

O Prefeito do Distrito Federal tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953, Resolve:

Promover na carreira de Bibliotecário, do Quadro Permanente, pelo critério de Antiquidade, nos termos do artigo 51 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941,

Da classe K para a classe L:

Euclydes da Costa Lima — matrícula número 6.258.

Da classe J para a classe K:

Nunciata Citadino Saldanha — matrícula número 6.891.

P-2.286:

O Prefeito do Distrito Federal tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953, Resolve:

Promover na carreira de Bibliotecário, do Quadro Permanente, pelo critério de merecimento, nos termos do artigo 52 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941,

Da classe K para a classe L:

Bruno Lauro Cerqueira — matrícula número 3.522.

Conuelo de Brito Carneiro Monteiro — matrícula número 6.826.

Da classe J para a classe K:

Maria da Glória Dias Assunção — matrícula número 36.133.

Maria de Lourdes Gil — matrícula número 12.270.

P-2.287:

O Prefeito do Distrito Federal tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953, Resolve:

Promover na carreira de Feitor, do Quadro Suplementar, pelo critério de Antiquidade, nos termos do artigo 51 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941,

Da classe I para a classe J:

Amadeu Ferreira Barbosa Filho — matrícula número 30.803.

Saturnino Pinto Beneventes — matrícula número 30.862.

Américo da Cruz — matrícula número 24.820.

Eulirio Francisco Romão — matrícula número 22.021.

Da classe H para a classe I:

Carlos Lopes — matrícula número 47.823.

Joaquim Soares — matrícula número 54.917.

José Simões — matrícula número 29.202.

Tito de Oliveira — matrícula número 54.673.

Alexandrino da Silva Ramos — matrícula número 54.452.

Luiz Eugênio Rodrigues — matrícula número 51.265.

Joaquim Alves Furtado — matrícula número 51.222.

José Antônio de Souza Filho — matrícula número 51.200.

Manoel Rodrigues da Silva — matrícula número 55.075.

Joaquim de Almeida Direito — matrícula número 31.205.

Aristides Monteiro Galvão S. Martinho — matrícula n.º 12.171.

Manoel Fonseca — matrícula número 54.507.

Manoel Francisco de Abreu — matrícula número 31.024.

Antônio Pinna — matrícula número 30.952.

Camilo Rodrigues de Oliveira — matrícula número 12.081.

P. 2.288.

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto número 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve promover na carreira de Feitor, no Quadro Suplementar, pelo critério de merecimento, nos termos do artigo 52 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941,

Da Classe "I" para a Classe "J":

Manoel Pereira Pinto, matrícula n.º 31.619.

Anzelo Barilare, matrícula 54.661.

Flávio Quirino Ribeiro, matrícula n.º 29.335.

Eneclito Rangel Filho, matrícula n.º 29.341.

Da Classe "H" para a Classe "I":

Alfredo Moreira, matrícula 54.741.

Antonio Gomes, matrícula 54.739.

José Xavier de Souza, matrícula n.º 9.584.

Raymond Mario Magninen, matrícula n.º 16.575.

Sant'Anna Luccas, matrícula número 11.637.

Ramiro Godinho Gomes, matrícula n.º 25.163.

Belarmino Daniel de Oliveira, matrícula 31.156.

Josino Antunes da Silva, matrícula n.º 47.949.

Waldemar da Silva Lino, matrícula n.º 32.418.

Manoel Gomes, matrícula 54.738.

Adelino Lourenço Ferreira, matrícula n.º 17.862.

Roberto Pinheiro da Silva, matrícula n.º 12.760.

Ernesto Dantas, matrícula 54.740.

Edgard de Souza Pereira, matrícula n.º 10.151.

P. 2.289.

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953, e de conformidade com o estabelecido no artigo 7.º da Lei número 567-51, resolve promover, por Antiquidade, ao cargo de Administrador Ajudante, padrão "Q", do Quadro Suplementar, o Administrador Auxiliar, padrão "P", no mesmo Quadro, Noel Maguoli, matrícula número 28.288.

P. 2.290.

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve promover na carreira de Prático de Farmácia, no Quadro Suplementar, pelo critério de merecimento, nos termos do artigo 52, do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941,

Da Classe "H" para a Classe "I":

Hildegardo da Silva Dutra, matrícula n.º 19.531.

Da Classe "G" para a Classe "H":

Trindade Justo da Silva, matrícula n.º 17.496.

P. 2.291.

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve promover na carreira

de Prático de Engenharia, no Quadro Suplementar, pelo critério de merecimento, nos termos do artigo 52 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941,

Da Classe "J" para a Classe "K":

Rafael de Oliveira, matrícula número 48.228.

Da Classe "I" para a Classe "J":

Francisco Salles Simões, matrícula n.º 18.298.

P. 2.292.

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n.º 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve promover na carreira de Arquivista, do Quadro Permanente, pelo critério de Antiquidade, nos termos do artigo 51 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941,

Da Classe "G" para a Classe "H":

Stella Gonçalves Freitas, matrícula n.º 68.327.

Nelly Estêves, matrícula n.º 71.521.

P. 2.293:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto número 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve promover na carreira de Arquivista, do Quadro Permanente, pelo critério de merecimento, nos termos do artigo 52 do Decreto-lei n.º 3.770, de 28 de outubro de 1941:

Da classe G para a classe H

Luiz Alvão de Azevedo — Matrícula n.º 78.308.

Lucy Tomé — Matrícula n.º 82.967.

Manoel Gonçalves Cordeiro — Matrícula n.º 83.044.

P. 2.294:

O Prefeito do Distrito Federal resolve promover, nos termos do artigo 1.º da Lei n.º 407, de 23 de novembro de 1948, combinado com o artigo 4.º da Lei n.º 768, de 16 de fevereiro de 1953, por Antiquidade, na carreira de Enfermeiro, do Quadro Permanente:

Da classe K para a classe L

Rubina Santiago Pereira — Matrícula n.º 17.515.

José dos Santos Gouveia — Matrícula n.º 17.112.

Fernandina Lopes da Costa — Matrícula n.º 14.003.

Adriano Moreira — Matrícula n.º 17.135.

Adalberto Ramcs — Matrícula n.º 27.434.

José Cornélio da Silva — Matrícula n.º 1.620.

Mário de Ávila Barbosa — Matrícula n.º 17.300.

Benedicto Ferreira de Almeida — Matrícula n.º 1.604.

João Gonçalves de Magalhães — Matrícula n.º 17.294.

Arth. José da Costa — Matrícula n.º 11.772.

João Baptista dos Santos — Matrícula n.º 22.647.

Domingos de Lima Mesquita — Matrícula n.º 17.123.

Rodolpho de Moura — Matrícula n.º 22.613.

João da Cruz Garcia — Matrícula n.º 17.293.

Manoel Coimbra — Matrícula n.º 28.534.

Augusta Calazans de Almeida — Matrícula n.º 1.603.

Irinéa de Medeiros Fortes — Matrícula n.º 1.617.

José dos Santos Silva — Matrícula n.º 41.257.

Nilda Ferreira Loureiro — Matrícula n.º 27.459.

Maulia Ferreira — Matrícula n.º 30.434.

Iracy de Albuquerque Almeida — Matrícula n. 1.616.
Corina Izabel de Vasconcellos — Matrícula n. 19.464.
Felixberto Santoro — Matrícula n. 11.835.
Maria Vieira Rodrigues — Matrícula n. 17.299.
Salvador Caruso — Matrícula n. 20.984.
Oraide Baumgratz do Nascimento — Matrícula n. 27.408.
Georgina de Almeida Souza — Matrícula n. 27.757.
Georgina Corsina de Paula Coutinho — Matrícula n. 22.621.
Maria José Torres Pires — Matrícula n. 11.987.
Cecília Gusmão Barbosa — Matrícula n. 1.605.
Laura Pinto Scalzo — Matrícula n. 11.857.
Lydia Cabral — Matrícula número 11.887.
Arlinda Souto Delgado — Matrícula n. 19.391.
Ida Vieira Vidal Luterbach — Matrícula n. 7.138.
Izaura de Souza — Matrícula n. 19.401.
Geraldo Thomé de Souza — Matrícula n. 26.129.
Satelity da Silva Valença — Matrícula n. 17.155.
Hilda Pereira de Lima — Matrícula n. 28.075.
Izaura de Souza Tavares — Matrícula n. 19.471.
Theressa Cortez de Oliveira — Matrícula n. 1.628.
Dorice Migon de Souza — Matrícula n. 1.609.
Waldemar Henrique da Fonseca — Matrícula n. 27.482.
Josué Sreder de Oliveira — Matrícula n. 27.467.
Astrogilda Neurank Martins Rosa — Matrícula n. 27.444.
Zelia Dias Bandeira — Matrícula n. 19.412.
Octaviano Destri — Matrícula n. 27.475.
Carlos Abdalla — Matrícula n. 27.447.
Alberto Gittirana — Matrícula n. 27.437.
Moema Mathias Alves Gomes — Matrícula n. 28.077.
José Nascimento Barcellos — Matrícula n. 1.621.
Octavio Martins — Matrícula n. 27.476.
Maria de Lourdes Corrêa Pinto — Matrícula n. 38.803.
Carmen Ferreira da Silva — Matrícula n. 17.508.
Francisco de Assis Fonseca — Matrícula n. 17.640.
Felixberto Pinto de Mello — Matrícula n. 17.290.
Alvaro Vidal de Castro Sobrinho — Matrícula n. 27.440.
Octavio Sfangberg Pires — Matrícula n. 22.670.
Maria Espirito Santo — Matrícula n. 17.295.
Luciano dos Santos Filho, matrícula n. 27.469.
Elisa de Alcântara Ferreira, matrícula n. 27.453.
Moysés Carvalho, matrícula 27.474.
Jerônimo Sodré Peçanha, matrícula n. 11.883.
Francisco Barroso de Vasconcellos, matrícula n. 26.127.
Cyndalia Corrêa da Costa, matrícula n. 1.608.
Iramaya Pinto Pereira Neves, matrícula n. 27.461.
Clarice de Andrade Bello, matrícula n. 1.607.
Olivia Loureiro Lopes, matrícula n. 27.477.
Fragola Elza Silva Albuquerque, matrícula n. 26.126.
Adelaide Zagaglia, matrícula 19.387.
Antônio da Costa Ribeiro de Figueiredo, matrícula n. 11.871.
Oswaldo da Costa Fontes, matrícula n. 22.673.
Joaquim José Lourenço Filho, matrícula n. 22.619.

Rosa Ferreira de Aguiar, matrícula n. 11.894.
João Espinola Veiga, matrícula número 22.648.
Lair dos Santos Cruz, matrícula n. 17.523.
José Juracy Dunstan de Freitas, matrícula n. 29.599.
Clementina Leite Nunes Pires, matrícula n. 19.395.
Emília Corrêa, matrícula 17.520.
Carlos Navarro, matrícula 7.139.
Maria da Costa, matrícula 22.663.
Maria da Glória Santos, matrícula n. 1.623.
Alzira Gomes Menezes, matrícula n. 11.887.
Maria da Glória Blangieux Freire, matrícula n. 17.296.
Maria da Conceição Antunes Pinheiro, matrícula n. 27.470.
Cielia Lima Mattos, matrícula número 17.736.
Diva Albi, matrícula 28.073.
Evandro Amorim de Almeida, matrícula n. 27.455.
P. 2.295.
O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n. 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve conceder acesso, por nomeação, nos termos do artigo 8.º da Lei n. 704, de 20 de junho de 1952, combinado com o artigo 35 do Decreto n. 12.058-53, pelo critério de antiguidade, ao cargo de Encarregado de Serviço, classe "K", do Q. S., ao Feitor, classe "J", do Q. S. Estevão José da Rosa, matrícula 9.484.
P. 2.296.
O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que consta do Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n. 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve conceder acesso, por nomeação, nos termos do artigo 6.º do Decreto n. 8.813-47, combinado com o artigo 35 do Decreto n. 12.058, de 1953, pelo critério de merecimento, ao cargo de Oficial Administrativo, classe "K", do Quadro Extra, ao Escriutário, classe "I", do Quadro Extra, Nelson de Siqueira Amazonas, matrícula n. 47.041.
P. 2.297.
O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que consta do Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n. 12.058-53, resolve conceder acesso, por nomeação, nos termos do artigo 6.º do Decreto n. 8.813-47, combinado com o artigo 35 do Decreto n. 12.058-53, pelo critério de merecimento, ao cargo de Oficial Administrativo, classe "K", do Quadro Extra, ao Escriutário, classe "I", do Quadro Extra, Noemi Pitanga Raul-P. 2.299.
P. 2.298.
O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que consta do Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n. 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve conceder acesso, por nomeação, nos termos do artigo 6.º do Decreto n. 8.813-47, combinado com o artigo 35 do Decreto 12.058-53, pelo critério de antiguidade, ao cargo de Oficial Administrativo, classe "K", do Quadro Extra, ao Escriutário, classe "I", do Quadro Extra, Silvia Autran Soares, matrícula 72.822.
PP. 2.296.
O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n. 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve conceder acesso, por nomeação, nos termos do artigo 7.º da Lei n. 500, de 27 de outubro de 1951, combinado com o artigo 35 do Decreto n. 12.058-53, pelo critério de merecimento, ao cargo de Contador, classe "K", do Q. P., ao Guarda-Livros, classe "J", do Q. P., Durval Rodrigues Monteiro, matrícula n. 45.129.

P. 2.300.

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto n. 12.058-53, resolve conceder acesso, por nomeação, nos termos do artigo 7.º da Lei n. 500, de 27 de outubro de 1950, combinado com o artigo 35 do Decreto número 12.058-53, pelo critério de merecimento, ao cargo de Contador, classe "K", do Q. P., ao Guarda-Livros, classe "J", do Q. P. Silvia de Lemos Pereira Leite, matrícula n. 445.034.

P.2.301 a P. 2.310:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto 12.058, de 18 de maio de 1953, resolve conceder acesso, por nomeação, nos termos do artigo 6.º do Decreto 8.813-47, combinado com o artigo 35 do Decreto n. 12.058-53, pelo critério de antiguidade, ao cargo de Oficial Administrativo, classe "J", do Q. P., aos Escriutários, classe "I" do Q. P. abaixo:

P. 2.301 — Elydia Vidal Leite Ribeiro — matrícula 27.533.
P. 2.302 — Anésia de Souza — Matrícula 25.383.
P. 2.303 — Manoel Luiz Gonçalves — matrícula 30.550.
P. 2.304 — Oto Soares — matrícula 13.403.
P. 2.305 — Honório Macedo Pimentel — matrícula 13.474.
P. 2.306 — José Lopes Ferreira — matrícula 6.760.
P. 2.307 — Leandro Luiz de Azevedo — matrícula 22.050.
P. 2.308 — Jacy de Macedo Matos — matrícula 30.511.
P. 2.309 — Maria Possato Sampaió Nascimento — matrícula 16.122.
P. 2.310 — Maria Rosa Vieira Soares — matrícula 16.742.

P. 2.311 a P. 2.320.

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o Regulamento de Promoções aprovado pelo Decreto 12.058-53, resolve conceder acesso, por nomeação, nos termos do artigo 6.º do Decreto 8.813, de 1947, combinado com o artigo 35, do Decreto 12.058-53, pelo critério de Merecimento, ao cargo de Oficial Administrativo, classe "J", do Q. P., aos escriturários, classe I do Q. P. abaixo:

P. 2.311 — Octacílio Baldrado Teixeira — matrícula 1.310.
P. 2.312 — Milton de Barros — matrícula 19.718.
P. 2.313 — José Magalhães Pinto — matrícula 27.369.
P. 2.314 — Francisco Pires Lacerda — matrícula 4.685.
P. 2.315 — Antonia Barbosa Lamiar — matrícula 464.

P. 2.316 — Orlando Aguiar — matrícula 6.049.
P. 2.317 — Moneyr Fernandes Lopes — matrícula 27.847.
P. 2.318 — Sidney de Vasconcelos — matrícula 27.201.
P. 2.319 — Erenio César Pereira — matrícula 21.626.
P. 2.320 — Maria Leonor Borges de Medeiros Quintela — matrícula

ATOS D OPREFEITO

Decretos de 1.º de novembro de 1956

A n.º 568:

O Prefeito do Distrito Federal tendo em vista o que consta do processo 1.012.743-56, resolve, aposentar, nos termos do item IV do artigo 182, do Decreto-lei 3.770-41, o Servente, classe "F", do Q. P., Maria Helena Lara — matrícula 23.624.

A n.º 569:

O Prefeito do Distrito Federal tendo em vista o que consta do processo 1.028.468 resolve conceder

jubilção, nos termos do artigo 1.º da Lei 286, de 7 de dezembro de 1948, combinado com o artigo único da Lei 572-51, ao Diretor de Escola Primária Municipal, Ivete Khury, padrão "O", do Q. P., matrícula 2.862.

A n.º 570.

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que consta do processo 1.022.612-56, resolve aposentar, nos termos do parágrafo 1.º do artigo 38 da Lei 217-48, o Auxiliar de Encarregado de Garage, classe "K", do Q. P., Ezequiel Ignácio Ribeiro, matrícula 26.230.

A n.ºs 571 a 573:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que consta dos processos abaixo mencionados, resolve aposentar, nos termos do parágrafo 1.º do artigo 38, de Lei 217 de 1948, os abaixo:

A 571 — Iolanda Faria de Freitas — matrícula 72.660. Atendente, classe "G", do Q. E. — Processo 1.025.815-56.

A 572 — Eduardo Meireles Coelho — matrícula 9.451 — Artífice, classe "I", do Q. S., — Processo 1.026.622-56.

A 573 — Manoel de Azevedo — matrícula 11.650 — Carroceiro — padrão "G", do Q. S., — Processo 1.029.857-56.

Portarias de 1.º de novembro de 1953

N.º 752:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que consta do processo 1.022.854-56, resolve nomear, nos termos do artigo 11 do Decreto 8.296-45 Adauto Joffre Lima de Oliveira, para exercer o cargo de Prestador do Desnabante da Prefeitura, Lincoln Alves Canarinho — matrícula 90.393.

N.º 753:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que consta do processo 1.032.255-56, resolve dispensar de ponto, no período de 4 a 11 de novembro de 1953, os Médicos da Prefeitura do Distrito Federal que comprovarem sua participação no X Congresso Interamericano de Cirurgia e ao V Congresso Brasileiro de Cirurgia, a realizar-se no Rio de São Paulo.

N.º 754:

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que consta do processo 2.001.322-56, resolve nos termos do artigo 231 e seguinte do Decreto-lei 3.770-41, determinar a instauração de processo administrativo a fim de apurar as irregularidades apontadas no Mercado de Madureira designando os senhores Manoel Valadarez Pereira Gomes, sub-inspetor, padrão "S", matrícula número 28.757 Darcy José de Campos, Oficial Administrativo, classe "O", matrícula 5.537 e Louro Ferreira Matos, Oficial Administrativo, classe "M", matrícula 28.601, para sob a presidência do primeiro, constituírem a respectiva Comissão.

O Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o que consta do Ofício 4.206-56, SGA, resolve, designar Segismundo Crivinel Rato Diretor do Hospital do Servidor; Alah Turico da Silva Baptista, Presidente do Clube Municipal; Benfamin de Araújo Carvalho, Arquiteto, padrão "O", e o funcionário Zelindo Moura para integrarem a Comissão instituída pela Portaria 715, de 24 de outubro de 1956 incumbida de elaborar o plano geral de melhoria nos serviços de assistência médico-social aos servidores municipais.

DESPACHO DO PREFEITO

Expediente de 1 de novembro de 1956

na S.G.A.

Processos:

N. 1.033.584-56 — Of. 4.150-56-SGA
G.P. 2.095-56 — Nilo Martins.
N. 1.031.665-56 — Of. 1.297-56-DAF.
N. 1.040.935-55 — Rosalino Fonseca
de Lima. — Autorizo.
N. 4.019.929-56 — Of. 321-56-DRM.
N. 7.000.968-56 — Of. 255-56-GD.
De acordo.
N. 5.002.082-56 — Of. 360-56-SGI.
N. 6.026.335-56 — Of. 2.548-56 —
SGS. — Autorizo a remoção.
N. 3.008.591-55 — Of. 571-55-DEP
— Deferido em face do parecer.
N. 30.976-43 — Mario Moreira Lopes.
— De acordo. Arquivar-se.
N. 1.044.892-52 — Durval Gama. —
Em face do parecer, mantenho o despacho recorrido.

"Teor do officio a que se refere o presente despacho"

OFICIO N.º 4.206

Em 29 de outubro de 1956

Senhor Prefeito:

Pelo Officio n.º 3.890-56, de 8 de outubro corrente (GP 815-56) tive a oportunidade de propor a Vossa Excelência a designação de uma Comissão para estudar a melhoria da assistência medica ao servidor municipal.

Aquiescendo com a minha proposta houve por bem Vossa Excelência expedir a portaria n.º 745, de 24 do corrente, constituindo dita comissão. Acresce que esta SGA muito de propósito não havia incluído na proposta os atuais Diretores do Departamento de Assistência ao Servidor e do Hospital do Servidor por lhe parecer melhor reservá-los para a critica necessária ao trabalho final.

Melhor ponderando, porém, achei acertado que desde logo o Diretor do Hospital integrasse a Comissão a fim de, como representante do DAF, nela colaborar com a sua experiência de chefe do serviço, conhecedor direto de suas necessidades. Ao Diretor do Departamento ficará, então, reservada a missão de opinar sobre o trabalho para instrução do parecer. com que, afinal, terei de submeter o assunto à elevada deliberação de Vossa Excelência.

Havendo, por outro lado, sido procurado pela Diretoria do Clube Municipal, que pleiteia se fazer representar na referida Comissão, não vejo inconveniente de manifestar minha aquiescência para que tal representação se concretize, e, assim sendo, sirvo-me desta oportunidade para neste sentido igualmente propor a Vossa Excelência a designação do Advogado Alah Eurico da Silveira Baptista. Presidente da mencionada associação de servidores municipais, para também integrar aquela Comissão.

Finalmente, por sugestão do Presidente da Comissão antes aludida, consulto a Vossa Excelência sobre a possibilidade de a integrarem mais dois outros servidores, o Arquiteto, padrão "O", Benjamin de Araújo Carvalho e o funcionário Z-lindo Moura, ex-Técnico de Administração, cujos serviços, nas respectivas especialidades, são também julgados úteis aos trabalhos da mesma.

Consubstanciando a proposta ouso submeter à sua assinatura a portaria inclusa.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos do meu mais profundo respeito.

José J. de Sá Freire Alvim. Secretário Geral de Administração.

A sua Excelência o Senhor Embaixador Francisco Negrão de Lima, DD. Prefeito do Distrito Federal.

"Foi expedida a Portaria n.º 755 de 1.º do corrente".

Processos:

Na PRG.:

N. 7.029.257-54 — Paulo Ferreira da Rocha — Em face do parecer, prosiga-se.

Na Consultoria:

N. 7.205.428-54 — Construções Populares Ltda. — Proceda-se nos termos do parecer do Sr. Consultor Jurídico".

Na SGS.:

N. 6.001.827-56 — Departamento de Higiene — Casse-se o alvará tendo em vista as ponderações da Secretaria Geral de Saúde e Assistência".
N. 6.032.512-56 — Serviço de Controle. — Autorizo.

Na SGF.:

N. 6.007.244-56 — Dispensário Medialha Milagrosa. — Autorizo em face do parecer.

N. 6.006.998-56 — Associação Atlética Carloca. — Autorizo.

Na SGV.:

G. P. n.º 4.150-56 — Alexandre Weinstein e outros. — Indeferido.
G. P. n.º 4.674-55 — Martha do Valle Costa Nogueira e outros. — Autorizo.
G. P. n.º 5.392-56 — Romeu Souza. — Indeferido.
G. P. n.º 5.859-56 — Adolpho Lopes Camões e outros. — Indeferido.

No Gabinete:

N. 4.015.204-55 — Colégio Foo-Ball Club. — Autorizo o cancelamento.
N. 4.201.284-55 — Canaricultores Roller Associados Cariocas. — Autorizo o cancelamento.
N. 6.033.751-55 — União dos Educadores. — Compareça para cumprir exigência.
Em 3-11-56.

Paulo Veras Ramos — Processo número 1.011.720-56 — Fixados os proventos anuais de inatividade em Cr\$ 22.220,00 no período de 2-7-55 a 30-6-1956 e refixados em Cr\$ 156.300,00 a partir de 1-7-56.

Refixados os proventos anuais de inatividade nas importâncias abaixo, a partir de 1-7-56, à vista das informações prestadas:

N. 1.009.485-54 — José Joaquim Castello — Cr\$ 81.000,00.
N. 1.000.113-54 — Djanira Gomes Fialho — Cr\$ 154.752,00.
N. 1.050.735-53 — Athanagildo Vieira Sampaio — Cr\$ 174.640,00.
N. 1.050.644-53 — José Antonio da Sá — Cr\$ 90.000,00.
N. 1.016.414-53 — Maria José Ferreira Alves — Cr\$ 272.760,00.
N. 1.014.270-55 — Aida D'Angelo Werneck — Cr\$ 305.088,00.
N. 1.000.184-55 — Aprigio Lopes Gazio — Cr\$ 186.000,00.
N. 1.034.870-54 — Emilio Fagundes — Cr\$ 120.000,00.
N. 1.010.475-54 — Antonio Bento Cardoso — Cr\$ 81.000,00.
N. 1.030.606-55 — Gustavo Barbosa — Cr\$ 45.000,00.
N. 1.024.950-55 — Maria Antonietta Gomes Miranda — Cr\$ 304.200,00.
N. 1.017.034-55 — Luiz Nunes Rodrigues — Cr\$ 304.800,00.
N. 1.016.111-55 — Odette Macedo Fernandes — Cr\$ 138.000,00.
N. 1.002.592-56 — Almor Albuquerque — Cr\$ 222.420,00.
N. 1.047.057-55 — Alexandre Cardoso — Cr\$ 90.000,00.
N. 1.045.790-55 — Salvador Mudadado — Cr\$ 156.000,00.
N. 1.031.142-55 — Manoel Florêncio da Silva — Cr\$ 90.000,00.
N. 1.009.228-56 — Diva Villaga Carretero — Cr\$ 204.000,00.
N. 1.007.683-51 — Maria Camargo de Almeida — Cr\$ 84.000,00.
N. 1.032.282-52 — Maria Guedes Maia Forte — Cr\$ 154.752,00.
N. 1.029.662-52 — Esther Desmarais Costa Lima — Cr\$ 304.500,00.

D. P. 5.663-51 — Diva Passos Justo — Tendo em vista o que consta do proc. n.º 1.022.556-56 e o disposto no art. 2.º da Lei 761-52, fica o servidor a quem se refere o presente título, com a remuneração correspondente ao padrão O, acrescido de 3 cotas de 20% do vencimento atribuído a esse padrão, pela Lei n.º 260-48, a partir de 18-7-56.

D. P. 1.350-52 — Tendo em vista o que consta do proc. n.º 1.009.399-56 e o disposto no art. 2.º da Lei 761-52, fica o servidor a quem se refere o presente título, com a remuneração correspondente ao vencimento atribuído ao padrão O, acrescido de 4 cotas de 20% desse vencimento, a partir de 23-12-52.

D. P. 6.953-47 — Carlos Alberto de Souza Araújo — Tendo em vista o que consta do proc. n.º 1.027.002-53 e o disposto no art. 4.º da Lei 567-51, fica o servidor em referência com a remuneração correspondente ao vencimento do padrão O, acrescido de 3 cotas de 20% do vencimento atribuído a esse padrão pela Lei n.º 260-48, a partir de 9-8-56, anulada a apostila lavrada no presente título em 17-9-56.

D. P. 7.083-47 — José Ribamar Soares — Tendo em vista o que consta do proc. n.º 1.027.401-56 e o disposto no art. 4.º da Lei 567-51, fica o servidor em referência com a remuneração correspondente ao vencimento do padrão O, acrescido de 3 cotas de 20% do vencimento atribuído a esse padrão pela Lei 260-48 a partir de 20-8-1956, anulada a apostila lavrada no presente título em 17-9-56.

D. P. 1.442-56 — José Luiz Nunes de Souza — Tendo em vista o que consta do proc. n.º 1.022.314-56 e o disposto no art. 4.º da Lei 567-51, fica o Médico a quem se refere o presente decreto de provimento com a remuneração correspondente ao vencimento

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DO SECRETÁRIO GERAL

Dia 3 de novembro de 1956

N. 1.044.593-52 — Augusto da Cunha Mendes. — Fica anulado o despacho de 11-10-56.

N. 1.025.185-55 — Maria Amélia Tórres Ribeiro de Castro. — Fica anulado o despacho de 25-9-56 (folhas 23).

Fixados os proventos anuais de inatividade nas importâncias abaixo mencionadas, à vista das informações prestadas:

Júlio Cota — N. 1.010.706-53 — Cr\$ 90.000,00.

Stella Maria de Carvalho da Silva — N. 1.022.635-56 — Cr\$ 163.440,00.

Maria Jurema Muniz — Processo n.º 1.022.031-56 — Cr\$ 204.000,00.

Fixados os proventos anuais de inatividade nas importâncias abaixo mencionadas, a partir de 1-7-56, à vista das informações prestadas:

João Soares Rodrigues — Processo n.º 1.042.338-54 — Cr\$ 324.900,00.

Edith Adelaide do Rêgo Barros Ribeiro — N. 1.043.537-54 — Cr\$ 163.440,00.

João Quintanilha — N. 1.041.395, de 1954 — Cr\$ 7.500,00.

Elias Francisco da Silva — Processo n.º 1.036.206-54 — Cr\$ 84.000,00.

Marcos Tito Leite de Castro — Número 1.022.007-54 — Cr\$ 114.400,00.

Leopoldino Antonio Dias — Processo n.º 1.036.210-54 — Cr\$ 90.000,00.

João Tavares de Figueiredo Filho — N. 1.021.906-54 — Cr\$ 99.600,00.

Manoel Antonio da Costa — Número 1.017.413-54 — Cr\$ 84.000,00.

Vitor Ribeiro de Carvalho — Número 1.008.489-54 — Cr\$ 90.000,00.

José Mangia Júnior — Processo número 1.004.559-54 — Cr\$ 138.000,00.

Domingos de Souza Freitas — Número 1.004.113-54 — Cr\$ 46.000,00.

Ondina Dias Correia de Lemos — N. 1.002.066-54 — Cr\$ 163.440,00.

Nair Souza Pinto de Freitas — Número 1.037.428-53 — Cr\$ 154.752,00.

Daisy Ribeiro da Fonseca e Silva — N. 1.036.091-53 — Cr\$ 163.440,00.

Braulio José da Costa — Processo n.º 1.009.250-53 — Cr\$ 156.000,00.

Higino Francisco dos Santos — Número 1.040.661-52 — Cr\$ 90.000,00.

Dulce Damasceno — Processo número 1.040.046-52 — Cr\$ 84.000,00.

Alda Maria Paraguassu de Figueiredo — N. 1.051.377-52 — Cr\$ 154.752,00.

Francisco Eugenio Brañt Horta — N. 1.028.586-52 — Cr\$ 310.800,00.

Vicentina Cesar Netto dos Reis — N. 1.025.787-52 — Cr\$ 304.800,00.

Estela Lindheimer — N. 1.012.481, de 1952 — Cr\$ 177.840,00.

José Mariano Nascimento — Processo n.º 1.023.750-51 — Cr\$ 84.000,00.

Sebastião Pereira Lopes — Processo n.º 1.015.567-51 — Cr\$ 84.000,00.

Maria Benedicta Ferreira — Processo n.º 1.019.905-50 — Cr\$ 304.800,00.

Oscar da Silva Vieira — Processo n.º 1.033.289-56 — Cr\$ 305.340,00.

Laureta Leal Storino Barbosa Lima — N. 1.032.466-56 — Cr\$ 163.400,00.

Emma Muniz Alvares de Azevedo — N. 1.032.139-56 — Cr\$ 154.752,00.

Otilia Mendes de Almeida — Processo n.º 1.005.717-56 — Cr\$ 272.760,00.

Sebastião Monteiro da Silva — Processo n.º 1.002.466-56 — Cr\$ 99.600,00.

Luiz Antonio — N. 1.022.356-56 — Cr\$ 99.600,00.

Divia Moraes — N. 1.043.968-55 — Cr\$ 163.440,00.

João Borges de Freitas — Processo n.º 1.038.915-55 — Cr\$ 109.200,00.

Sebastião Lopes da Silva — Processo n.º 1.026.741-55 — Cr\$ 99.000,00.

Arthur Manoel Lopes — Processo n.º 1.016.284-55 — Cr\$ 138.000,00.

Nicolina da Conceição Parada Romariz — N. 1.043.357-53. — Fixados os proventos anuais de inatividade em Cr\$ 78.192,00 refixados em Cr\$ 154.752,00 ficando sem efeito os despachos de 7-5-54.

Raynaldo José Pereira — Processo n.º 1.044.603-55 — Fixados os proventos anuais de inatividade em Cr\$ 90.000,00 à vista das informações prestadas, anulado o despacho de 23-8-56.

Thamar Célia de Souza — Processo n.º 1.016.239-53 — Refixados os proventos anuais de inatividade em Cr\$ 201.600,00 no período de 23-12-52 a 30-6-56 e em Cr\$ 304.800,00 a partir de 1-7-56.

Francisco Costa — N. 1.016.174-56 — Fixados os proventos anuais de inatividade em Cr\$ 35.880,00 e refixados em Cr\$ 109.200,00 a partir de 1-7-56.

Nourival Luiz Barboza — Processo n.º 1.011.071-56 — Fixados os proventos anuais de inatividade em Cr\$ 17.360,00 até 30-6-56 e refixados em Cr\$ 69.000,00 a partir de 1-7-56.

Gilson Amado — N. 1.008.837-50. — Fixados os proventos anuais de disponibilidade em Cr\$ 486.800,00 anulando-se o despacho de 13-1-55.

Alvaro de Assis Barbosa — Processo n.º 1.002.109-56 — Fixados os proventos anuais de inatividade em Cr\$ 26.040,00 no período de 27-4-56 a 30-6-56 e refixados a partir de 1-7-56 em Cr\$ 90.000,00.

José Lopes da Silveira — Processo n.º 1.034.951-55 — Fixados os proventos anuais de inatividade em Cr\$ 26.040,00 até 30-6-56 e refixados em Cr\$ 90.000,00 a partir de 1-7-56.

atribuído ao padrão O acrescido de uma cota de 20% desse vencimento, a partir de 28-6-56 (data da posse).

Tendo em vista o que consta dos processos abaixo e do disposto no art. 4.º do Decreto-lei 9.909-46, ficam os Professores a que se referem os presentes decretos de provimento, com a remuneração correspondente ao vencimento atribuído ao padrão J, acrescido de cotas de 20% desse vencimento a partir de datas diversas:

D. P. 203-52 — Dynar Agostini, matrícula 65.443 — Proc. 1.019.956-56 — 1 cota a partir de 2-5-56.

D. P. n. PP-3.204-40 — Noêmia Massa Pinto, mat. 8.693 — Processo n. 1.024.336-56 — 4 cotas a partir de 10-5-56.

D. A. 343-56 — Nestor Ferreira — Tendo em vista o que consta do processo 1.018.484-56, fica esclarecido que o servidor em referência, sempre exerceu, desde a admissão as suas atividades no Departamento de Limpeza Urbana.

N. 1.027.163-52 — Maria Olga Martins Duarte — Retificados os proventos anuais de inatividade para Cr\$ 78.192,00, o período de 28-11-50 a 30-6, de 1956 e refixados em Cr\$ 154.752,00 a partir de 1-7-56, ficando sem efeito os despachos de 30-7-52, 7-5-54, 3-6-55 e 6-4-56.

N. 1.012.682-56 — José de Lima Tavares — Fixados os proventos anuais de inatividade em Cr\$ 99.960,00 até 30-6-56; refixados em Cr\$ 99.600,00 a partir de 1-7-56.

N. 1.011.570-56 — Mario Adolpho da Costa — Fixados os proventos anuais de inatividade em Cr\$ 20.660,00 no período de 18-4-46 a 30-6, de 1956 e refixados em Cr\$ 99.600,00 a partir de 1-7-56.

N. 1.067.732-49 — Francisca de Andrade Silva — Refixados os proventos anuais de disponibilidade em Cr\$ 7.200,00 no período de 1-1-40 a 30-11, de 1943; Cr\$ 9.000,00 do período de 1-12-43 a 31-12-45; Cr\$ 15.000,00 no período de 1-1-46 a 30-11-48; Cr\$ 20.640,00 de 1-12-48 a 2-8-50, ficando, outrossim, sem efeito o despacho de 4-8-56.

D. A. 343-47 — Alvaro da Cunha Duque Estrada — Fica esclarecido que os benefícios da Lei 761-52 de que trata a apostila de 5-7-56 foram concedidos ao servidor em referência ex-pi do disposto no art. 1.º da Lei 708-52.

D. D. 22-48 — Ernesto Paiva Marreca — Fica retificado na apostila de 18-9-53 para D. P. 1.929 o que ali consta como D.D. 1.929.

Refixados os proventos anuais de disponibilidade em Cr\$ 118.800,00 de 28-11-50 a 1-5-51.

D. A. 567-55 — Francisco Leite — Tendo em vista o que consta do processo 1.007.024-53, fica esclarecido que o inativo em referência exerceu, desde a admissão suas atividades no Departamento de Limpeza Urbana.

Refixados os proventos anuais de inatividade em Cr\$ 78.600,00 a partir de 1-7-56, à vista das informações prestadas.

N. 1.046.366-49 — Nelson Romero — Retificados os proventos anuais de disponibilidade em Cr\$ 61.920,00 de 16-4-48 a 7-9-50; e refixados em Cr\$ 86.760,00 de 8-9-50 a 30-5-55, ficando outrossim, sem efeito, os despachos de 9-2-56 e 17-7-56.

N. 24.542-45 — Francisca Rodrigues Pessoa de Andrade Praenkel — Refixados os proventos anuais de inatividade em Cr\$ 201.900,00, a partir de 23-12-52 até 30-6-56; e em Cr\$ 303.100,00 a partir de 1-7-56, ficando anulado o despacho de 31-8-56.

Fixados os proventos anuais de inatividade nas importâncias abaixo, à vista das informações prestadas:

N. 1.024.583-56 — Henrique Gomes de Souza — Cr\$ 138.000,00.

N. 1.012.143-56 — Lygia Alves Pinto — Cr\$ 99.600,00.

N. 1.032.571-52 — Antonio Alexandre — Cr\$ 109.200,00.

Fólia de gratificação a que se refere o processo n.º 1.031.665-56:

Antônio do Nascimento, matrícula 5.930 — Cr\$ 200,00.

Dolor de Souza Andrade, matrícula 77.060 — Cr\$ 200,00.

Homerio Barbosa Villa Nova, matrícula 78.790 — Cr\$ 500,00.

Wilson Alves Teixeira, mat. 38.811 — Cr\$ 300,00.

João Carlos Clemente, mat. 46.201 — Cr\$ 500,00.

Cipriano da Costa, mat. 49.331 — Cr\$ 600,00.

Alvaro Santos Gomes, mat. 73.951 — Cr\$ 500,00.

Sulamite de Araújo Macedo, matrícula 92.811 — Cr\$ 500,00.

Alzira José da Silva, mat. 28.062 — Cr\$ 500,00.

Carlinda Brides de Brito, matrícula 38.862 — Cr\$ 300,00.

Ema Ida Luscher, mat. 4.312 — Cr\$ 500,00.

Armando Moreira Vale, mat. 56.253 — Cr\$ 300,00.

Santiago Ribeiro da Silva, matrícula 68.303 — Cr\$ 200,00.

Carlos de Azeredo, mat. 74.903 — Cr\$ 200,00.

Maria Cacilda Ramalho Siqueira, mat. 79.533 — Cr\$ 500,00.

Marinete Baptista Fragaço, matrícula 82.593 — Cr\$ 500,00.

Zélia Ribas Rodrigues, mat. 44.614 — Cr\$ 350,00.

Iracema de Oliveira Porto, matrícula 56.544 — Cr\$ 200,00.

Valdemiro Felismino de Oliveira, mat. 39.825 — Cr\$ 300,00.

Renato Lino Pires, mat. 38.835 — Cr\$ 500,00.

Osmar Peixoto, mat. 46.285 — Cr\$ 1.000,00.

Francisco Jovando de Albuquerque, mat. 76.925 — Cr\$ 300,00.

Aidé Luiz do Rosário, mat. 67.906 — Cr\$ 200,00.

Bartholomeu de Jesus Araújo, matrícula — Cr\$ 500,00.

Cândida de Oliveira, mat. 74.106 — Cr\$ 500,00.

Ladislau Sento Sé, mat. 77.526 — Cr\$ 600,00.

Lavinia Pereira da Silva, mat. 79.356 — Cr\$ 500,00.

Gilberto de Assunção Martha, matrícula 33.597 — Cr\$ 600,00.

Luiza Augusta de Araújo, matrícula 72.127 — Cr\$ 200,00.

Irene Valadão Campos Ribeiro, matrícula 78.407 — Cr\$ 300,00.

Flora Mesentier, mat. 92.737 — Cr\$ 500,00.

Maria Antonieta da Silva, matrícula 92.737, Cr\$ 500,00.

Oneximo dos Santos, mat. 79.718 — Cr\$ 500,00.

Maria Antonieta da Silva, matrícula 92.558 — Cr\$ 200,00.

Murillo Gomes da Silva, mat. 38.829 — Cr\$ 500,00.

Roberto Bandeira Coimbra, matrícula 43.279 — Cr\$ 600,00.

Lucas Paiva, matr. 49.309 — Cr\$ 400,00.

Euclides de Oliveira Maceió, matrícula 53.129 — Cr\$ 300,00.

Euphasio Alexandre de Queiroz, matrícula 67.789 — Cr\$ 200,00.

Departamento do Pessoal

ATOS DO DIRETOR

Portaria n.º 84, de 1 de novembro de 1956

O Diretor do Departamento do Pessoal resolve designar para ter exercício no 10-PS (Serviço de Conferência de Contas), o Auxiliar de Escritório, referência E, Maria de Lourdes Ferreira, matrícula n.º 82.541.

Serviço de Informações

8-PS

DESPACHOS DO CHEFE DO SERVIÇO

Dia 31 de novembro de 1956

Processos:
N.º 1.007.816-52 — Agrícola Sebastião Rainha, matrícula n.º 40.108 — Junte seu decreto de aposentadoria.
N.º 1.009.857-56 — José Bernardo de Souza, matrícula n.º 15.824 — Junte seu decreto de provimento.
N.º 1.012.831-56 — Antonio da Costa, matrícula n.º 58 — Junte seu decreto de provimento.
N.º 1.019.611-53 — Adolpho Frederico de Lima Freire, matrícula número 58.213 — Compareça pessoa da família do ex-servidor a fim de receber documentos.

N.º 1.018.846-54 — Nilson Lopes da Silva, matrícula n.º 43.504 — Compareça para receber a certidão.

N.º 1.031.321-56 — Adolpho Rodrigues — Compareça para receber o CPR.

N.º 1.031.340-56 — Oswaldo Cardoso Lessa, matrícula n.º 39.094 — Junte os contra-cheques de outubro a dezembro de 1950.

N.º 1.031.828-56 — Moacyr de Faria, matrícula n.º 59.811 — Compareça ao Setor I a fim de receber a Portaria n.º 2.691 devidamente retificada.

N.º 1.032.710-56 — Dorvalino Garcia do Nascimento, matrícula número 64.303 — Junte os certificados mencionados no requerimento.

N.º 1.033.352-56 — José Corrêa Tavares — Declare o fim a que se destina a certidão requerida.

N.º 1.033.933-56 — Bernardo Pereira Garcia, matrícula n.º 26.277 — Cumpra o exigido pelo art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.108-39.

N.º 1.034.138-56 — Waldemar Augusto Cardoso, matrícula n.º 89.887 — Compareça ao 3-PS.

N.º 1.034.401-56 — Amélia Moura Borges, matrícula n.º 19.794 — Cumpra o exigido pelo art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.108-39.

N.º 1.046.232-55 — Sylvio Braga e Costa, matrícula n.º 19.274 — Junte os decretos de provimento com as apostilas do que requer.

N.º 1.057.139-53 — Lourenço José dos Santos, matrícula n.º 31.391 — Compareça pessoa da família do ex-servidor a fim de receber documentos.

N.º 7.306.410-51 — José Rafael, matrícula n.º 63.626 — Compareça pessoa da família do ex-servidor, a fim de tomar ciência.

Compareça para esclarecimentos:
N.º 1.026.565-56 — Adelaide Ribeiro, matrícula n.º 32.686.

N.º 1.034.856-56 — Dorvina de Oliveira, matrícula n.º 27.029.

Compareçam ao Setor I, munidos de prova de idade e 2 fotografias 3x4 a fim de ultimar o expediente de salário família:

N.º 1.030.955-56 — Nair Teixeira de Freitas.

N.º 1.031.161-56 — Pedrina Corrêa de Souza.

Dia 3 de novembro de 1956

Licenças concedidas aos servidores

Matrícula	Núcleo	Nome
INICIAIS		
8.568	8.650	Benedito Soares — Artífice classe H — 17 dias — Art 153 de 30 de outubro de 1956 a 15 de novembro de 1956.
15.511	8.931	Djalma Fernandes — Trabalhador L.U. — 16 dias — Art 153 de 28 de outubro de 1956 a 12 de novembro de 1956.

N.º 1.031.391-56 — Amponina Vieira dos Santos.

Compareçam para ciência e receber documentos:

N.º 1.023.941-56 — Alzito Coutinho, matrícula n.º 59.731.

N.º 1.029.186-56 — Nylcenêa Leite Cerqueira, matrícula n.º 22.492.

N.º 1.031.899-56 — Honório Joaquim Lopes, matrícula n.º 22.411.

N.º 5.302.595-56 — Salustiano de Azevedo Folly.

Compareçam para ciência:

N.º 1.008.731-51 — Abraham Moned Small.

N.º 1.034.363-56 — Augusto Dias da Costa, matrícula n.º 51.416.

N.º 1.028.303-56 — Alayde Pereira da Costa.

N.º 1.029.695-56 — Izolina Goulart Meira.

N.º 1.030.936-56 — Edecyr José Dias.

N.º 1.031.844-56 — Mathilde Monteiro Guimarães.

N.º 1.034.332-56 — Celso Ferreira Pinto.

Compareçam ao Setor I, a fim de ultimar o expediente de retificação de nome:

N.º 1.030.948-56 — Ilza Ferreira, matrícula n.º 61.320.

N.º 1.031.938-56 — Marlene Pinheiro, matrícula n.º 83.489.

N.º 1.031.946-56 — Lourdes Mendonça, matrícula n.º 68.360.

N.º 1.032.228-56 — Idália Alves da Costa, matrícula n.º 79.716.

N.º 1.032.240-56 — Carmen Silva de Jesus, matrícula n.º 79.924.

N.º 1.032.250-56 — Penha Guimarães Freitas, matrícula n.º 68.973.

N.º 1.032.383-56 — Juandir Teiles Coelho, matrícula n.º 73.721.

Compareçam munidos de Cr- 10.00 em selos de expediente da PDF, a fim de receber a certidão requerida:

N.º 1.016.464-55 — Antonio José da Silva.

N.º 1.026.014-56 — Celso de Moraes Maciel Didier.

N.º 1.027.803-56 — Anselmo Sampaio Corrêa.

N.º 1.028.451-56 — Ary Cavalcanti.

N.º 7.212.589-56 — Pedro Vitorino Bastos.

N.º 7.212.591-56 — Flávio Rodrigues Guimarães.

N.º 7.702.901-56 — Emile Henri de Lagaye Lanteuill.

Compareçam para receber documentos:

N.º 1.022.968-56 — Manoel Nascimento, matrícula n.º 52.261.

N.º 1.023.064-56 — Antonio de Carvalho, matrícula n.º 26.513.

N.º 1.028.882-53 — Luiz de Macedo, matrícula n.º 18.426.

N.º 1.032.265-56 — Marcelino da Silva Sales, matrícula n.º 90.517.

N.º 1.032.690-56 — Elbódio Rocha Porto, matrícula n.º 90.056.

N.º 6.017.246-53 — Renato Pires Siqueira, matrícula n.º 46.129.

Omitido no Diário Oficial de 30 de outubro de 1956:

N.º 6.025.221-56 — Rubens Doria — Compareça munido de Cr\$ 10.00 em selos de expediente da PDF, a fim de receber a certidão requerida.

Matrícula	Núcleo	Nome	Matrícula	Núcleo	Nome
22.607	7.660	Nadir Mais Fragoso — Enfermeiro classe K — 32 dias — Art. 153 — de 7 de outubro de 1956 a 7 de novembro de 1956.	51.167	1.950	Francelino Inácio — Trabalhador ref. D — 10 dias — Art. 153 — de 1 de outubro de 1956 a 10 de novembro de 1956.
23.101	9.365	Lidia Campos — Professor Primário, pd. J — 18 dias — Art. 153 — de 26 de outubro de 1956 a 12 de novembro de 1956.	52.241	9.851	Antônio Cevárolí — Artífice ref. D — 7 dias — Artigo 153 — de 1 de novembro de 1956 a 7 de novembro de 1956.
26.108	8.290	Isaluna Pereira da Silva — Servente classe F — 42 dias — Art. 153 — de 18 de outubro de 1956 a 18 de novembro de 1956.	53.567	890	Celino Rodrigues de Moraes — Condutor — 7 dias — Art. 153 — de 31 de outubro de 1956 a 6 de novembro de 1956.
39.636	891	Paulo Francisco do Vale — Artífice ref. F — 10 dias — Art. 153 — de 29 de outubro de 1956 a 7 de novembro de 1956.	52.611	8.950	Antônio de Oliveira Rocha — Trabalhador ref. D — 62 dias — Art. 153 — de 1 de novembro de 1956 a 1 de janeiro de 1957.
43.371	9.850	Clodomiro Jose Pereira — Trabalhador referência D — 20 dias — Art. 153 — de 29 de outubro de 1956 a 17 de novembro de 1956.	53.193	3.930	Sebastião Alfredo da Silva — Trabalhador ref. E — 92 dias — Art. 153 — de 29 de outubro de 1956 a 28 de janeiro de 1956.
46.219	951	Gerardo Pereira da Silva — Artífice referência D — 4 dias — Art. 153 — de 22 de outubro de 1956 a 26 de novembro de 1956.	53.507	1.896	Manuel Pedro da Silva — Condutor ref. F — 14 dias — Art. 153 — de 30 de outubro de 1956 a 12 de novembro de 1956.
51.339	6.951	Pedro Paulo Xavier da Silva — Artífice referência F — 46 dias — Art. 153 — de 11 de outubro de 1956 a 21 de novembro de 1956.	54.171	4.851	Noci de Lima — Trabalhador ref. D — 21 dias — Art. 154 — de 31 de outubro de 1956 a 20 de novembro de 1956.
52.827	4.336	Iica Ribeiro Ramos — Professor de Curso Primário — 32 dias — Art. 153 — de 25 de outubro de 1956 a 25 de novembro de 1956.	54.773	5.953	Ramiro dos Santos — Artífice cl. G — 7 dias — Art. 153 — de 1 de novembro de 1956 a 7 de novembro de 1956.
53.327	4.934	Manue Bispo da Conceição — Trabalhador referência E — 32 dias — Art. 153 — de 26 de outubro de 1956 a 26 de novembro de 1956.			INDEFERIMTOS
53.567	890	Celino Rodrigues de Moraes — Cód. bond. ref. F — 7 dias — Art. 153 — de 24 de outubro de 1956 a 30 de outubro de 1956.	62.748	890	Adriano Augusto Durões — Motorneiro ref. E. — Indeferido à vista do laudo médico.
57.719	4.934	Norival Roberto de Oliveira — Trabalhador referência E — 7 dias — Art. 154 — de 14 de setembro de 1956 a 20 de setembro de 1956.			ALTAS
57.719	4.934	Noelival Roberto de Oliveira — Trabalhador referência E — 39 dias — Art. 153 — de 24 de outubro de 1956 a 22 de novembro de 1956.	2.868	8.380	Iveto Kauri — Rirt C. Prim. pd. O.
53.639	4.934	Pedro Magano — Trabalhador ref. E — 15 dias — Art. 153 — de 25 de outubro de 1956 a 8 de novembro de 1956.	3.621	1.380	Chermoviz Fuiza Leão — Corista pd. M.
58.419	8.937	Jose Francisco Vargas — Trabalhador referência E — 62 dias — Art. 153 — de 8 de outubro de 1956 a 8 de dezembro de 1956.	4.978	1.562	Joaquim Marques da Silva — Fiscal G. R. Móvel, padrão R.
60.553	5.932	Julio Marinho — Trabalhador referência E — 20 dias — art. 153 — de 26 de outubro de 1956 a 14 de novembro de 1956.	8.198	5.310	Andrelino Luiz dos Santos — Artífice cl. I.
60.707	672	Francelina Brum Gaspar — Auxiliar de Escritório referência 19 — Art. 153 — de 25 de outubro de 1956 a 12 de novembro de 1956.	17.389	4.930	Jose Augusto Ribeiro — Trabalhador pd. E.
62.259	2.342	Zai Gurião — Professor Primário — 32 dias — Artigo 153 — de 19 de outubro de 1956 a 19 de novembro de 1956.	29.278	9.363	Araci Ferreira — Dir. Esc. Prim., pd. O.
62.627	7.373	Nadi A. do Nascimento — Professor Primário — 32 dias — Art. 153 — de 22 de outubro de 1956 a 12 de novembro de 1956.	37.608	6.801	Joviano Antônio Melo — Trabalhador ref. D.
		PRORROGAÇÕES	44.839	5.852	Alfredo Pimentel — Asfaltador.
4.978	1.502	Joaquim Marques da Silva — Fiscal G. da R. Móvel, padrão R. — 5 dias — Art. 153 — de 29 de outubro de 1956 a 2 de novembro de 1956.	54.939	5.935	Antônio Silva Vilas Boas — Artífice cl. G.
6.679	1.310	Eugênio Borges Pascoal — Oficial Administrativo, padrão K — 18 dias — Art. 153 — de 24 de outubro de 1956 a 10 de novembro de 1956.	57.299	6.935	Geraldo Dutra — Trabalhador ref. E.
6.751	3.040	Clodomiro Cirino dos Santos — Guarda H — 20 dias — Art. 153 — de 1 de novembro de 1956 a 20 de novembro de 1956.	57.321	6.935	Mateus Rodrigues — Trabalhador ref. E.
18.201	4.979	Eulides Gonet — Mec. Auto, classe H — 23 dias — Art. 154 — de 31 de outubro de 1956 a 22 de novembro de 1956.	57.339	3.931	Sebastião Gil Rabelo — Trabalhador ref. E. — Reassumam à vista do laudo médico.
23.392	7.856	Daniel Francisco Quintanilha — Trabalhador pd. G — 25 dias — Art. 153 — de 1 de novembro de 1956 a 25 de novembro de 1956.			Publicações omitidas ou feitas com incorreções em D O anteriores:
31.481	2.904	Fidelis Gemes da Silva — Trabalhador pd. F — 177 dias — Art. 156 — de 24 de outubro de 1956 a 18 de abril de 1957.	45.714	1.760	Adelaide Margarida Manso Silva — Visit. Social, classe H — 31 dias — Art. 153 — de 21 de outubro de 1956 a 20 de novembro de 1956.
32.108	9.345	Alexandrina Santos — Trabalhador pd. G — 56 dias — Art. 153 — de 1 de novembro de 1956 a 26 de dezembro de 1956.	85.470	4.934	Clodomiro de Sousa — Trabalhador ref. D — 29 dias — Art. 153 — de 16 de outubro de 1956 a 13 de novembro de 1956.
36.248	3.320	Valquiria Batista de Assis — Atend. pd. F — 35 dias — Art. 153 — de 1 de novembro de 1956 a 5 de dezembro de 1956.			
37.608	6.801	Joviano Antônio Melo — Trabalhador ref. D — 4 dias — Art. 153 — de 1 de novembro de 1956 a 4 de novembro de 1956.			
44.839	5.852	Alfredo Pimentel — Asfaltador — 6 dias — Art. 153 — de 19 de outubro de 1956 a 24 de outubro de 1956.			
51.581	890	João Muniz Telo de Sampaio Júnior — Motorneiro, ref. D — 32 dias — Art. 153 — de 30 de outubro de 1956 a 30 de novembro de 1956.			
46.327	660	Carlos Augusto Moraes do Vale e Silva — Médico padrão O — 152 dias — Art. 153 — de 31 de outubro de 1956 a 31 de março de 1957.			

SECRETARIA GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Serviço de Expediente

Expediente de 3 de novembro de 1956

ATOS DO SECRETÁRIO GERAL

Portarias de 1 de novembro de 1956

N. 2.144:

O Secretário Geral de Educação e Cultura resolve remover, do Serviço de Expediente para o Departamento de Educação Complementar, o discotecário ref. I — Iara Ferraz de Góis, mat. 44.131.

N. 1.245:

Tendo em vista o que estabelece o item 4 das Instruções n. 19, de 31 de outubro de 1956, resolve designar o membro da Comissão de Estudos Históricos da Cidade — Odorico Pires Pinto, para coordenar o Curso de Informações sobre a Cidade do Rio de

Janeiro, instituído na Biblioteca Municipal.

N. 1.246:

Resolve remover, do Departamento de Educação Técnico Profissional para a Escola Normal Carmela Dutra, o professor de ensino secundário, padrão O — Deusdedit de Sousa, matrícula 25.925.

DESPACHOS DO SECRETÁRIO GERAL

Hildebrando Barbosa Viana — Processo n. 1.032.324-53. — Aprovo a escala.

Ofício 289-DEC-56 — Processo número 3.008.095-56. — Considerando que as professoras removidas do ITE para o DEC, pelas Portarias 1.078 a 1.086, de 13-9-56, como excedentes em relação ao número de turmas, tornam-se necessárias com referência aos agrupamentos homogêneos de educação

física, resolve tornar sem efeito as portarias citadas, determinando, como medida de emergência, que as professoras designadas continuem a exercer as funções a que ficaram obrigadas pelos atos referidos, até o término do ano letivo de 1956.

Manuel Tôres de Carvalho Barbosa — Procs. ns. 3.310.109-55 e 3.310.110-55. — Aceito a obra em caráter definitivo louvado nos pareceres.

RETIFICAÇÃO

Bol. n. 245 — "D. O." de 29 de outubro de 1956.

Ato do Secretário Geral.

Portaria 1.227, de 27-10-56:

Onde se lê:

matricula...

Leia-se:

matricula...

Despacho do Secretário Geral
Ofício 429-LPA-56 — Processo número 3.009.691-56.

Onde se lê:

Aprovo a execução.

Leia-se:

Aprovo e autorizo a execução...
Ofício 432-LPA-56 — Processo número 3.009.690-56.

Onde se lê:

Autorizo a de...

Leia-se:

Autorizo a abertura da
Bol. n. 247 — "D. O." de 31 de outubro de 1956.

Atos do Secretário Geral
Portaria n. 1.232, de 29-10-56:

Onde se lê:

professor de curso supletivo,
Leia-se:
o professor de curso elementar supletivo.

Despacho do Secretário Geral
Onde se lê:

Ily Sampaio Letie dos Santos.

Leia-se:

Ily Sampaio Leite dos Santos.

INSTRUÇÕES N. 21

Regulamento Concurso para adjudicação do Prêmio Almirante Tamandaré, na Semana da Marinha.

Art. 1.º O concurso instituído pelo Secretário Geral de Educação e Cultura em 25-10-56, para seleção de uma biografia do Patrono da Marinha Brasileira obedecerá às normas das presentes Instruções.

Art. 2.º Será atribuído o "Prêmio Almirante Tamandaré", de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) oferecido pela gloriosa Marinha Brasileira, ao trabalho sobre a vida e feitos do Almirante Tamandaré, classificado em primeiro lugar em concurso a que só poderão concorrer professores, de qualquer grau, dos quadros da Prefeitura do Distrito Federal, em efetivo exercício do magistério.

Art. 3.º O trabalho, destinado a alunos das 4.ª e 5.ª séries primárias e escrito em linguagem adequada à sua mentalidade, será publicado pela Marinha Brasileira para distribuição gratuita aos estabelecimentos de ensino.

Art. 4.º As inscrições, abertas até 30 de novembro do corrente ano, serão feitas na sede da Biblioteca Municipal.

Parágrafo único. O Dirigente da Biblioteca Municipal designará um servidor para receber os originais e tê-los sob sua guarda e responsabilidade.

Art. 5.º No ato da inscrição, o candidato apresentará o trabalho que de-

verá ser inédito, em três vias, com o mínimo de cinquenta páginas dactilografadas, em espaço dois.

Art. 6.º Não serão aceitos trabalhos com rasuras ou emendas sem ressalvas.

Art. 7.º O trabalho deverá ser assinado com pseudônimo e acompanhado de envelope branco, tipo ofício, sem timbre, indevassável, com os dizeres: "Prêmio Almirante Tamandaré", encerrando ficha, preenchida com os seguintes dados:

Pseudônimo.

Nome do candidato.

Matricula na PDF.

Secretaria em que está lotado.

Departamentos em que está lotado.

Estabelecimento de ensino em que está lotado.

Categoria funcional.

Art. 8.º Será feita, publicamente, a abertura dos envelopes para identificação de autoria, após o julgamento dos trabalhos.

Art. 9.º O Secretário Geral de Educação e Cultura designará Comissão Julgadora, de cinco professores de notória idoneidade moral e de renome no magistério, constituída de:

a) um de História do Brasil e um de Português, indicados pelo Ministério da Marinha;

b) dois de História do Brasil e um de Português, da escolha do Secretário Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 10. Competirá aos professores de História do Brasil julgar a apresentação dos fatos históricos relatados, quanto à fidelidade e relevância.

Art. 11. Competirá aos professores de Português julgar quanto à adequação da linguagem usada pelos candidatos, tendo em vista a capacidade de compreensão de alunos das 4.ª e 5.ª séries primárias.

Art. 12. Cada um dos membros da Comissão Julgadora firmará declaração de não estar, inscrito no concurso, nem ter parentes nessa condição.

Art. 13. A Comissão Julgadora redigirá ata, que deverá ser subscrita por todos os membros, dos trabalhos do julgamento, na qual se indicará também o premiado, depois de cumprido o disposto no artigo 8.º desta.

Art. 14. Após a publicação da ata no órgão oficial da Prefeitura do Distrito Federal, poderão ser devolvidos os originais aos concorrentes, com exceção de um dos três exemplares apresentados pelo candidato vencedor, o qual será arquivado na Secretaria Geral de Educação e Cultura.

Art. 15. Não serão admitidos recursos da decisão da Comissão Julgadora.

Art. 16. Passarão a pertencer ao Ministério da Marinha os direitos autorais da obra premiada.

Art. 17. O candidato vencedor terá direito a cinquenta exemplares da obra, os quais não poderão ser postos à venda.

Art. 18. O prêmio será candidato vencedor em solenidade pública.

Art. 19. A inscrição importará na aceitação no concurso dos candidatos, nos termos destas Instruções.

Distrito Federal, 31 de outubro de 1956. — Benjamin Albagli, Secretário

INSTRUÇÕES N. 22

Reorganiza a Revista de Educação Pública, órgão oficial da Secretaria Geral de Educação e Cultura.

O Secretário Geral de Educação e Cultura resolve:

Art. 1.º Ficam unificadas na Revista de Educação Pública, órgão oficial da Secretaria Geral de Educação e Cultura, as publicações periódicas impressas editadas pela S. G. E. ou prevista com idêntica finalidade de divulgação de trabalhos técnicos e documentário de atividades.

Parágrafo único. São mantidas as publicações organizadas como "Arquivos" que se destinem à reprodução de documentos históricos ou a edição de monografias.

Art. 2.º Todos os Departamentos e Institutos componentes da Secretaria Geral de Educação e Cultura figurarão como Seções da Revista de Educação Pública, para as quais devem contribuir, na medida de suas possibilidades, com artigos originais de docentes ou técnicos, trabalhos técnicos de funcionários, fotografias e noticiário de iniciativas e realizações do respectivo setor.

Parágrafo único. A matéria referente ao Instituto ou Departamento poderá ser apresentada em avulsos ou reunida em boletins mensais ou trimestrais, mimeografados ou dactilografados para distribuição imediata, fazendo-se a temessa de três exemplares à redação da Revista.

Art. 3.º Cada Seção constituída na forma do artigo anterior, ficará sob a responsabilidade do respectivo Diretor de Departamento ou Instituto, o qual designará um representante junto à Revista de Educação Pública incumbido de coligir o material a ser publicado na Seção respectiva, após aprovação do Secretário Geral.

Art. 4.º A direção geral da Revista compete ao Secretário Geral de Educação e Cultura auxiliado por funcionário designado como Secretário, sem prejuízo de seus encargos normais.

Art. 5.º A edição da Revista, será feita em volumes anuais, podendo ser distribuídos em fascículos por trimestre, quadrimestre ou semestre, conforme a matéria e recursos disponíveis.

§ 1.º Os Boletins de Legislação e Atos Oficiais continuarão a ser editados em separado, como anexos da Revista relativos a cada semestre.

§ 2.º Poderão ser tiradas separatas dos trabalhos publicados na Revista, autorizadas de acordo com a sua natureza, em número de exemplares variável, a fim de atender à divulgação entre professores, técnicos ou instituições especializadas.

Art. 6.º A Seção de Bibliografia ficará a cargo da Biblioteca Municipal, sem prejuízo da colaboração de professores técnicos de outros Departamentos e Institutos, no que concerne à respectiva especialização.

Art. 7.º Ficam revogadas as Instruções n.º 2, de 2 de fevereiro de

1943, do Secretário Geral de Educação e Cultura e demais disposições que contrariem o presente ato.

Distrito Federal, 31 de outubro de 1956. — Benjamin Albagli, Secretário Geral.

INSTRUÇÕES N.º 23

Uniformizam a designação dos responsáveis por Setores da Secretaria Geral de Educação e Cultura.

O Secretário Geral de Educação e Cultura, tendo em vista os pareceres constantes do processo número 3.003.093-56.

Considerando que a Secretaria Geral de Educação e Cultura compreende em sua organização elevado número de setores criados por Instruções e Resoluções e subordinados a diferentes autoridades na escala hierárquica;

Considerando a conveniência de uniformizar a designação dos funcionários incumbidos das diversas dependências;

RESOLVE:

Art. 1.º Os servidores responsáveis por Setores da Secretaria Geral de Educação e Cultura, passam a ser designados da seguinte forma:

1 — Dirigentes para os setores ou dependências diretamente subordinados ao Secretário Geral, ou a Diretores de Departamentos ou Institutos, a saber:

a) Ao Secretário Geral:

Setor de Administração e Controle do Ensino Religioso (SAER)
Setor de Internamento de Menores (SIM)
Setor de Legislação (SLE)
Biblioteca Municipal (BM)
Instituto Municipal de Nutrição (IMN)

b) Ao Departamento de Educação de Adultos:

Setor de Orientação e Controle do Rendimento Escolar (SOORE)
Instituto Municipal de Belas Artes (IMB)

c) Ao Departamento de Educação Complementar:

Centro de Recreação e Cultura (CRC)
Unidades de Recreação do S. R. F. R.

d) Ao Departamento de Educação Primária:

Setor de Bibliotecas e Auditórios Escolares (SBAE)
Setor de Controle e Orientação do Ensino Particular (SCOEP)
Setor de Trabalhos Manuais (STM)

e) Ao Departamento de Saúde Escolar:

Centro Cirúrgico Ortopédico Barata Ribeiro (CCOBR)
Centro Médico Pedagógico Nossa Senhora de Loreto (CMPNSL)
Pavilhão Oftalmológico Hilário Gouvêa (POHG)

Preventório Escolar Alaulfo da Paiva do IOC
Serviço de Higiene e Assistência Dentária (SHAD)

f) Ao Instituto de Educação:
Setor Médico Especializado em Educação Física, Recreação e Jogos (SMEEFRJ)

Setor de Orientação Educacional (SOE)

Setor de Orientação e Inspeção do Ensino Normal Particular (SOENP)

g) Ao Instituto de Pesquisas Educacionais:

Setor de Orientação Pré-vocacional e Assistência Social (SOPAS)

2 — Coordenadores para os setores compreendidos em Serviços ou Instituto subordinados ao Secretário Geral ou a Diretor de Departamento.

I — Subordinados ao Secretário Geral:

a) Setores da Biblioteca Municipal

b) Setores do Serviço de Administração

c) Setores do Serviço de Expediente

d) Setores do Serviço de Teatros e Diversões

II — Subordinados a Diretor de Departamento:

a) Setores dos Serviços de Corresponsabilidade

b) Setores dos Serviços do Departamento de Educação Complementar

c) Setores dos Serviços do Departamento de História e Documentação.

d) Setores dos Serviços do Departamento de Prédios e Aparelhos Escolares

e) Setores do Centro Cirúrgico Ortopédico Barata Ribeiro do DSE

f) Setores do Centro Médico Pedagógico Nossa Senhora do Loreto DSE

g) Setores do Instituto Médico Pedagógico Oswaldo Cruz do DSE

h) Setores do Instituto Odontopedagógico Zeferino de Oliveira do DSE

i) Setores do Instituto Oscar Clark do DSE

j) Setores do Pavilhão Oftalmológico Hilário Gouvêa do DSE

k) Setores do Serviço de Abreugrafia e Cadastro Torácico do DSE

l) Setores dos Serviços de Saúde do Instituto de Educação e Escolas Normais e das Escolas Secundárias do DSE

m) Setores dos Serviços de Secretaria

3 — Encarregados para unidades de trabalho compreendidas em setores tais como: bibliotecas, laboratórios, gabinetes especializados, oficinas.

4 — Responsáveis para os sub-setores.

Art. 2º Ficam a cargo do Instituto Municipal de Belas Artes as atividades previstas para o Setor de Belas Artes, nos termos da Resolução n.º 13, de 23 de junho de 1950, o qual fica extinto.

Art. 3º As consultas culturais a que se refere a Resolução número 12, de 19 de abril de 1950, passam a ser atendidas, de acordo com a sua natureza, pelos diversos órgãos da Secretaria Geral de Educação e Cultura, extinto o respectivo setor.

Art. 4º O Setor de Legislação Educacional passa a denominar-se Setor de Legislação, com a finalidade de coligir e registrar a legislação federal e municipal expedida ou em curso, providenciando a publicação dos boletins e ementas correspondentes.

Distrito Federal, 3 de novembro de 1956. — Benjamin Alabgli, Secretário Geral.

Comissão de Literatura Infantil

(Ano de 1956)

RELATÓRIO FINAL

I — Preliminar:

Tiveram os membros da Comissão de Literatura Infantil, designada para apreciar, no corrente ano, os trabalhos inscritos no concurso de que trata a Lei n.º 793, de 2 de abril de 1954, a honra de servir em idênticas funções, no exercício anterior.

2. Ao apresentar, então, o seu relatório, a Comissão sugeriu que se dessem ao público maiores esclarecimentos sobre os objetivos desse Concurso anual, e a tal conclusão devia chegar por duas razões: uma de fato outra de princípio.

3. A primeira resultava dos predicações do material que teve de examinar, na sua maior parte, inadequado. De fato, viu-se a Comissão, naquele ano, constrangida a opinar pela concessão de um só dos prêmios previstos, o segundo; e, ainda assim, devia manifestar como manifestou algumas reservas, não quanto ao valor literário geral da obra premiada, que reputou elevada, mas à possível inadequação do trabalho aos fins previstos.

4. A razão de princípio fundamentava-se no espírito da lei, que a Comissão devia esforçar-se por bem interpretar. Entendeu ela que o fito destes Concursos anuais deve ser o de influir de maneira decisiva para o aprimoramento da literatura infantil no país não apenas mediante a concessão de prêmios, como incentivo prático, mas também pela significação que essa laurea pode vir a representar (desde que a seleção seja cuidada) como estímulo ideal a escritores que já se dediquem ao gênero, e bem assim a outros, que se disponham a fazê-lo.

5. Em face dos resultados colhidos, nestes dois anos, pode-se dizer que, mesmo entre escritores de nota e educadores que escrevem para a infância, há necessidade de desenvolver a compreensão de que deve ser a literatura infantil. Tudo quanto se produza, ao rescreto, para crianças, pode ter esse título, em sentido lato; no caso deste Concurso, porém, a significação é restrita, de caráter didático. Isso em primeiro lugar. Quanto ao mais, será preciso esclarecer que o fim de uma literatura para crianças só poderá ser, como o da literatura de adultos, a expressão estética. Num e noutro caso, ou a literatura é boa expressão de arte, ou já não será literatura.

6. Uma obra literária comunica emoção desinteressada. Não se quer dizer com isso que, na atividade das letras, como nas das demais artes,

o objeto de cunho estético não possa estar ligado a fins práticos. Poeta, a literatura, e assim a música, e as artes plásticas, em geral, normalmente se empregam para efeitos educativos gerais, ou para desenvolvimento e difusão dos valores da cultura.

7. Mas a arte serve à contemplação, para deleite de espírito, fonte de sugestão e recreação — e de recreação, tomada esta palavra em seu sentido etimológico, a ação de criar de novo, de recompor, com mais harmonia, idéias, tendências e sentimentos. Nessa função, a literatura infantil não pode esquecer o cultivo da língua, que é a sua substância. Não pode esquecer os valores sociais, certamente mutáveis como expressão da existência humana, mas a serem sempre levados em conta, com justo equilíbrio, naquela formação educativa geral, a que já se fez alusão.

8. Dir-se-á que os fins da literatura são também os de evasão e catarsis, como já o fazia notar Aristóteles ao emprestar à tragédia grega o papel de "purificadora das paixões", e que esse objetivo se estende às composições destinadas às crianças. Ninguém o nega. Uma boa obra encontra ressonância na alma infantil justamente quando lhe oferece certa provisão de sonho e fantasia, ou seja, a impressão de liberdade espiritual que faz dirimir ou esquecer os conflitos da vida quotidiana. E nesse sentido que a literatura infantil, como a da gente grande, purifica e liberta, servindo à higiene mental.

9. Mas, por isso mesmo, a literatura das crianças deve atender a alguns requisitos essenciais. Não há de ser, como pensam alguns, simples projeção de conflitos e ressentimentos dos próprios autores, em composições em que por vezes não se sabe o que mais admirar: se o mau gosto, se a falta de reverência para com o espírito da criança, normalmente ingênua e tocado de poesia.

10. Não há de bastar ao autor a capacidade imaginativa, será preciso que ela se ponha a serviço de "boa recreação". Não basta que o escritor redija de forma a atrair a candura dos pequenos leitores; será necessário compor com simplicidade, sim, mas com limpeza — sem plebeísmos grosseiros, sem expressões de jirra, nem insistentes modismos de linguagem infantil. Assim como a concepção, a forma há de ser bela, e há de começar a revelar-se na estrutura ou composição geral, provida de equilíbrio. Deve refletir, enfim, a mensagem de que se ache possuído o escritor: se ele sente que não é portador de nenhuma mensagem, que não escreva; e as crianças lhe ficarão a dever por isso.

11. Essa mensagem não pode ser a transmissão calculada ou artificiosa de noções instrutivas; também não deverá tender a um moralismo de fórmulas, tão vazio como estéril, nem o desprezo aos bons costumes, nem servir de veículo a expressões de patriotismo palavroso e formal. Mas não há de lançar, ao reverso, as sementes do erro, nem contribuir para o desprezo aos bons costumes, nem para o enfraquecimento do espírito de comunidade, esquecendo a família, o torrão, a compreensão humana. Porque, se assim o fizer, já não se recreando, ou criando de novo, estará criticando, mas envilecendo.

12. Isto em 1955, e em face do que se observou em 1956, a Comissão, preliminarmente, apurou, ao Excelentíssimo Senhor Secretário Geral de Educação e Cultura, no ano anterior, a unidade de fazer, a maior escatamento de que há quanto aos recitamentos do público infantil — os objetivos deste Concurso, da lei, de quais, como é do espírito, sejam apreciar, douvar

obras autênticas de literatura infantil. Ao mesmo tempo, a Comissão alivia a conveniência da expedição de um aditamento à regulamentação vigente dos Concursos Literários e Artísticos da Prefeitura, na parte relativa à Literatura Infantil, para o que tem a honra de apresentar, conforme o anexo, um ante-projeto de Decreto.

13. Nesse esboço consideram-se certos aspectos formais da apresentação dos originais, como o de sua extensão, previsto na regulamentação geral quanto aos demais concursos, não, porém em relação ao de Literatura Infantil e estabeleceram-se também critérios gerais para que os textos fossem aceitos, ou recusados, logo a exame preliminar, quanto ao fundo e à forma.

II — JULGAMENTO DOS TRABALHOS

14. A Comissão foram presentes, para exame e julgamento, 29 originais, em três vias, os quais conferiam com as relações de inscrição que lhes foram anexadas, e todas devidamente autenticadas; os originais estavam rubricados pelo Excelentíssimo Senhor Secretário Geral de Educação e Cultura.

15. Cada membro da Comissão recebeu uma das vias, para exame individual, por algumas semanas. A seguir, em reuniões sucessivas, conforme atas lavradas pelas Sras. Secretárias do Concurso, confrontaram-se as impressões pessoais, e logo se estabeleceram critérios definidos do julgamento, quanto ao "fundo" e quanto à "forma" dos trabalhos.

16. Esses critérios foram os seguintes:

A. Quanto ao "fundo":

- a) a originalidade da criação;
- b) a unidade do tema;
- c) o valor estético do tema;

B. Quanto à "forma":

- a) o equilíbrio geral da composição;
- b) a correção e propriedade da linguagem;
- c) a sua adequação ao tema e ao grupo de idades que o autor tenha considerado.

17. Em relação a cada um desses aspectos, cada julgador atribuiu valor numérico de 1 a 5 pontos. Todos somados, no caso de uma obra de mais alta qualidade, o total seria de 30 pontos. Desde logo fixou também a Comissão a critério de exclusão para a segunda fase do julgamento: os originais que não alcançassem pelo menos 2/3 do total dos pontos, deveriam ser automaticamente excluídos por não apresentarem condições mínimas para concessão dos prêmios previstos.

18. Observou-se sensível paridade de julgamento, quando se confrontaram os votos individuais. De fato, muito embora tivessem eles oscilado quanto ao total dos pontos atribuídos a cada trabalho, verificou-se geral concordância na posição relativa, ou graduação.

19. Uma das conclusões gerais era a de que, em sua maioria, os originais representavam composições improvisadas, o que se podia notar pela reduzida extensão do texto. De fato, do vinte e nove originais apresentados, um há, com 3 páginas; dois, com 6; um com 9 e outro com 10 páginas. Entre dez e vinte páginas, há sete trabalhos; entre 21 e 36, nada menos que onze.

20. É evidente que a qualidade dos trabalhos não decorre de sua extensão. O famoso prêmio de literatura infantil "The Newbery an Calde-

cott", da American Library Association, no ano de 1945, foi concedido a um pequenino poema de uma centena de linhas, se tanto — "A Prayer of a Child", de Elizabeth Orton Jones. Mas representou caso excepcional. Tratava-se de uma inimitável composição, por seu sentido humano, graça e ternura. O mesmo não se poderá dizer de nenhum dos originais de reduzida extensão, apresentados a exame.

21. Contra o julgamento analítico, a que se fez referência, pode-se objectar que essa forma de apreciação é artificial, não devendo sobrepor-se a uma impressão global de cada trabalho. Mas a Comissão não esqueceu esse aspecto, pelo que entendeu que a análise preliminar deveria servir apenas a uma separação entre composições de maior e de menor mérito, mais adequadas ou menos adequadas. De todos os trabalhos, a Comissão discutiu o valor do conjunto, demorando-se na apreciação das que tivessem obtido menor número de contra-indicações, nos votos individuais. Não obstante, a impressão de má qualidade cu de inadequação aos fins da Literatura Infantil devia permanecer. Nenhum dos originais pôde ser classificado para outorga de quaisquer dos prêmios.

22. A Comissão lamenta ter de afirmar, pela experiência colhida em dois anos seguidos de trabalho, que há uma sensível deturpação do sentido da leitura recreativa para crianças, nos originais que examinou. De par com pequeninos escritos, de nenhum valor literário, apresentaram-se adaptações e versões, nem sempre felizes, de temas muito conhecidos, nacionais e estrangeiros; e o que ainda parece pior, muitos originais versam assuntos absolutamente impróprios, quer por inspirarem o desamor à virtude, quer por atentarem contra valores, agora examinados, não pode ser considerada de Literatura Infantil. Alargadora geral, mas desprovida de textos didáticos ou de intenção moralizadora, razoavelmente escritos, são suficiente elaboração estética, ou ao menos de sentido poético que o gênero reclama; outros, vasados em linguagem incorreta, cu mesmo grosseira, mostram que há desconhecimento do alto papel que o legislador desejou que este Concurso venha a ter.

23. Resta consignar uma palavra sobre as ilustrações que acompanham 9 dos originais, muito embora elas não possam ter julgamento à parte, quando não admitido o texto. Desenhos que acompanham três dos originais apresentam algum mérito, ainda que nem sempre perfeitamente adequados; as demais pareceram à Comissão impróprias para livros recreativos infantis.

CONCLUSÃO

A vista do exposto, entende a Comissão que a nenhum dos trabalhos apresentados ao Concurso de Literatura Infantil, no corrente ano, deve ser atribuído qualquer dos prêmios previstos na Lei.

E, ao assim exprimir o seu julgamento, a Comissão pensa que bem interpreta os alios propósitos do Legislador, como ainda o empenho da Secretaria Geral de Educação e Cultura em dar-lhes perfeita e cabal execução.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1956.

A Comissão:

(a.) Manoel Bergstrom Lourenço Filho.

(a.) Cecília Meireles.

(a.) Lúcia Benedetti.

Ata final relativa ao julgamento do Concurso de Literatura Infantil de 1956, aos prêmios Municipal de Literatura, instituídos na Lei 793, de 28-4-1954.

Aos dezessete dias do mês de outubro de mil novecentos e cinquenta e seis teve lugar a última reunião da Comissão do Concurso de Literatura Infantil, no Gabinete do Secretário Geral de Educação e Cultura, presente, inteirada pelos escritores: D. Cecília Meireles, D. Lúcia Benedetti e Professor Dr. Lourenço Filho. Foi feita a leitura do relatório dos trabalhos da Comissão e dos anexos, e, como houvesse concordância de todos os membros, estes assinaram o relatório, o qual em seguida foi passado às mãos de S. Exa. o Sr. Secretário. O relatório apresenta a seguinte conclusão: — "à vista do exposto, entende a Comissão que, a nenhum dos trabalhos apresentados ao Concurso de Literatura Infantil, no corrente ano, deve ser atribuído qualquer dos prêmios previstos na Lei". Nada mais havendo a constar, nós, Elita Duque Estrada Meyer, Técnico de Educação, matrícula 24.566 e Marina Hamann, Oficial Administrativo, matrícula número 03.447, encarregados de articular todas as Comissões de Concurso da S. G. E., digo, de prêmios da S. G. E., lavramos a presente ata, em 16 de outubro de 1956, que vai assinada pelos membros da Comissão. — as.) Dr. Lourenço Filho — Cecília Meireles — Lúcia Benedetti.

Serviço de Administração

RELAÇÃO N.º 80

"Auxílio para locomoção aos professores primários designados a qualquer título para auxiliar os trabalhos de orientação e fiscalização do ensino particular".

Fólias ns.:	1.361-E,	1.362-E,
1.363,	1.364-E,	1.365-E,
1.366-E,	1.367-E,	1.368,
1.369-E,	1.370-E,	1.371.

Serviço de Administração, Setor

"B", em 1 de novembro de	Cr\$
Marina Cardoso Russo	750,00
Maria Clarice Pereira Fonseca	750,00
Sylvia Maria de Lemos Cortes	750,00
Cléa Lutzev	750,00
Marina Beneditte de Garcia Paula	750,00
Any Bellagamba Durão Barbosa	750,00
Eurico León Rodrigues	750,00
Neusa de Siqueira Pinto	750,00
Norma da Costa Rebouças	750,00
Lisette Ferreira de Lima	750,00
Maria Isabel Anita Antunes de Freitas	750,00
Delza Ismar Padilha Machado	750,00
Ermelinda Moraes Small	675,00
Maria Carlota Figueiredo Pinheiro	750,00
Maria Amália de Vasconcellos Costa	750,00
Helena Baroni Susart	750,00

GRATIFICAÇÕES A DIRETORES DO C.C.A.

RELAÇÃO N.º 84

Mês de setembro:

Fólias ns.:	1.392-E,	1.393-E,	1.394-E,
1.395-E,	1.396-E,	1.397-E,	1.398-E,
1.399-E,	1.400-E,	1.401-E.	

Serviço de Administração, Setor

"B", em 1 de novembro de 1956.

Ary dos Santos Ferreira	3.500,00
Sylvia Cardoso	3.500,00

Elysio Pereira	3.500,00
Pedro da Silva Sampaio	3.500,00
José do Valle Nunes	3.500,00
Decio Cardoso de Amorim	3.500,00
Nilton da Costa Marroig	3.500,00
Alba Ferreira de Souza	3.500,00
Gumerindo Martins Barreto	3.500,00
Liverman Martins	3.500,00
Bruno Horacio Gomes	3.500,00

Departamento de Saúde Escolar

EXPEDIENTE DE 3 DE NOVEMBRO DE 1956

BOLETIM N.º 185

Apresentações:

Do dentista classe L, matrícula número 34.229 — Maria Amelia Teixeira — em 1 de novembro de 1956, por término de licença artigo 153.

Do dentista classe K, matrícula número 68.088 — Thalita de Faria Carvalho — em 1 de novembro de 1956, por término de licença prêmio.

Do dentista classe K, matrícula número 68.088 — Kreula Santos Pinto — em 31 de outubro de 1956, por término de licença artigo 153.

DESPACHOS DO DIRETOR

Inspeção de saúde de Professores Particulares

Compareçam no prazo de cinco dias, a Avenida Almirante Barroso, ao Departamento de Saúde Escolar, 91 — 6.º andar, sala 602, de 12 às 15 horas, munidos de carteira de identidade e cartão de protocolo os seguintes candidatos:

Alda Marques de Castro — Aristheia Marinah Pereira — Antonio Martins Guimaraes — Arly Vianna Cysneiro — Carmen Miranda de Carvalho — Carmen Sylvia de Guzman Lobo, Cecília Correa Rodrigues — Constantino Vassallo — Darcy Cyrillo dos Santos — Ajanete Moreira Pinto de Melo — Duice Vianna Ribeiro — Ereni Anversa — Eduardo Oliveira Pontes — Erica Vieira de Mello — Eraldo Meireles de Souza — Helena de Almeida Mattos — Helena Rodrigues de Carvalho, — Inubia de Alencar Fernandes — José Luiz Esteves Netto — Lívio de Carvalho Santos — Miriam Magdalia Cylleno — Maria Helcias Freire — Maria Reginaza — Mattos Lems — Maria Naza Lucchi Wolff — Maria Emilia de Souza Helena Barbosa do Valle — Maria reth de Araújo Costa Santos — Maria anVda do Nascimento — Marina Carneiro — Manolito Aragão Soares — Milligent Schwendeman Menezes de — Nair Franco — Petronilia Mata da Oliveira — Neide Cordeiro de Souza Fonseca — Regina Maria de Carvalho — Romero Gonçalves da Silva — Ruth da Costa Santos — Silbene Abraão Rached — Sebastião Fernandes Dutra — Sonia Ribeiro de Albuquerque — Vania Gomes Soares — Vera Lucia Ramcs — Walkiria da Silva Montauriol — Wanda de São Paulo Aguiar — Zelia Goldfeld — Zeno Marques Santiago.

Departamento de Ensino Técnico Profissional

EXPEDIENTE DE 3 DE NOVEMBRO DE 1956

BOLETIM N.º 164

ATOS DO DIRETOR

Portaria n.º 612:

Designar o Professor de Ensino Secundário, padrão O, matrícula número 25.825 — Deusdedit de Souza — para o Ginásio Municipal Bento Ribeiro, núcleo n.º 8.260, por término de licença.

Portaria n.º 613:

Designar o Inspetor de Alunos classe G, matr. 22.689 — Adelia da Silva Barbosa — para a Escola de Educação Feminina Orsina da Fonseca, núcleo 5.261, por término de licença.

Portaria n.º 614:

Designar, o Servente, classe G, matrícula n.º 29.209 — Clementino Domingos dos Santos — para o Ginásio Municipal Presidente Vargas, núcleo 3.264, por término de licença.

Portaria n.º 615:

Designar o Servçal, padrão F, matrícula n.º 18.638 — Felsbela de Oliveira — para a Escola Amaro Cavalcanti, núcleo 3.262, por término de licença.

Portaria n.º 616:

Designar o Atendente, ref. E, matrícula n.º 34.950 — Maria Statura Gazelgrandi de Mello — para a Escola Industrial Ferreira Vianna, núcleo 5.260, por término de licença.

DESPACHOS DO DIRETOR

Geraldo Mansoldo.

— Autorizo, devendo, porém, o requerente legalizar sua situação em época oportuna.

Maria de Lourdes Pereira, — Levantada a permissão, prossiga-se.

Departamento de História e Documentação

BOLETIM N.º 216

EXPEDIENTE DE 1 DE NOVEMBRO DE 1956

DESPACHOS DO DIRETOR

Remeta-se ao Departamento da Renda Imobiliária: N.º 3.700.640-56 — Nilo Garcia de Fernandes de Sá. — Sol. certidão. N.º 4.485.649-56 — Departamento imóvel. N.º 4.024.625-56 — Of. 476-56 do DPM. — Sol. Inf.

Remeta-se ao DFT.: N.º 4.521.473-56 — Maria Bernardina Silva — Transmissão de intervíves.

Empeça-se a certidão: N.º 3.700.581-56 — Benjamin Cordeiro — Sol. cert.

Instituto de Pesquisas Educacionais

BOLETIM N.º 42

EXPEDIENTE DE 31 DE OUTUBRO DE 1956

Apresentação:

No dia 31 de outubro de 1956 — do Professor de curso Secundário (Diretor do IPE), — matrícula número 1.463 — Mario Penna da Rocha — Por término de licença Art. 153 — Núcleo 2.230.

Instituto de Educação

EXPEDIENTE DE 1 DE NOVEMBRO DE 1956

BOLETIM N.º 79

Curso de Aperfeiçoamento:

Atendend o a um pedido da Professora Wanda Torak, comunica-se aos alunos do Curso de Administração Escolar que os trabalhos de Sociologia Educacional deverão ser entregues no próximo dia 8 de novembro, no horário regular da aula.

Serviço de Administração

BOLETIM N.º 83

Expediente de 1.º de novembro de 1956

Fôlha n.º 102 — Relativa aos meses de maio-junho-julho de 1956

Decreto n.º 13.098, de 20-12-1955

	Cr\$
João Marcelo de Araújo	13.440,00
Aluizio de Castro Ferreira da Silva	2.240,00
Maria de Lourdes da Costa	12.480,00
Daniel Capella	12.480,00
Geny Felipe Camillo	7.200,00
Arthur Augusto Borges Junior	3.600,00
Nelson Gomes de Oliveira	2.640,00
Milton Furtado Ceazarino	13.440,00
Zadir Octacilio Ribeiro	13.680,00
Paranhos da Silva	4.480,00
Antonio Correa Nunes	5.280,00
Joaquim Cavanellas da Rocha de Souza	23.840,00
Aduzinda Freirato	22.160,00
Sidney de Vasconcellos	9.600,00
Eugenia Dias	17.040,00
Herondina da Silva Aquino	13.440,00
Cláudio de Paula Guimarães	17.520,00
Eloyna Amarante Gonzalez	13.440,00
Maria de Nazareth Fernandes da Silva	1.200,00
José da Silva Fernandes Filho	2.640,00
João Carneiro de Souza	12.800,00
Ederval da Costa Nery	13.440,00
Antonio Perez Salgado	20.480,00
Maria de Lourdes Keller	13.120,00
Américo de Castro	7.040,00
Ruy Barbosa Nogueira	3.200,00
Mário Guimarães Rangel	5.280,00
Luiz Hélio Pereira Rees	1.200,00
Henriqueta de Almeida	1.200,00
Pinto Vieira de Castro	5.280,00
Odila Maria Mesquita Machado	6.400,00
Maria de Lourdes Nobre Guimarães	13.440,00
Evangelina de Azevedo	11.520,00
Monteiro Bastos	13.120,00
Ivan Bustamante de Almeida	1.600,00
Orlando Gomes	1.200,00
Eduardo Nunes Grandão	320,00
Geraldo Barroso Leite	10.160,00
Newton de Almeida Caldas	20.480,00
Dalila Butierrez Leivas	14.400,00
Maria Carolina Guimarães de Burões	8.320,00
Luiz Becker	13.440,00
Italo da Silva	4.640,00
Suely do Lindo	5.280,00
Firglio Vieira	17.040,00
Clementina de Lima Vieira	18.720,00
Bernardina da Cunha Martins	10.240,00
Vasco Pedrazzi	2.640,00
Flávio Machado de Andrade	6.400,00
Domingos Ferreira Alves	2.400,00
Antonio Rosa da Silva	13.440,00
Maria Isabel Werneck de Castro	1.120,00
Darcy dos Santos Ribeiro	5.280,00
Sylvio Monteiro Gonçalves	960,00
Guomar do Espírito Santo	7.040,00
José Augusto Marx Filho	5.280,00
Edmundo Arnaud de Azevedo Mello	2.540,00
Paulo Antonio de Paiva	

SECRETARIA GERAL
DE FINANÇAS

	Cr\$
Marília Silveiras Coutinho	13.120,00
Antonio Dias	13.440,00
Cléa Muniz de Azevedo	18.080,00
Coutinho	16.640,00
Ivan Ferreira da Costa	6.720,00
Waldemiro Francelino Ribeiro	12.800,00
Vera Maura de Medeiros e Albuquerque	20.480,00
Elizabeth de Araújo Bastos	20.480,00
Waldette Eliza de Sant'Anna Vieira	20.480,00
Odevaldo Alves Cyrino	5.280,00
Aldo Signorelli	13.440,00
Zelmon Vieira Xavier	5.680,00
Walter Nunes de Souza	25.600,00
Neuza Romeu Salles	20.160,00
Rosa Pinho Espindola	15.600,00
Joaquim Cencio de Pontes	4.480,00
Aramis Alves de Afcantara	11.840,00
Cezar do Paço Mattoso	30.720,00
Maia Filho	13.440,00
Gilberto Ferreira	
Acidália Pinheiro de Albuquerque Maranhã	6.720,00
Adrienne Rouchon	7.040,00
Luiz Afrânio Miguez de Mello	5.280,00
James Severo	2.640,00
Ernestina Cabral	5.280,00
Floriane Ferreira de Oliveira	2.640,00
Geraldo José de Brito	2.640,00
Alexandre Rodrigues	10.000,00
Barbata Filho	1.920,00
Mário Bento	
Luiz Paulo Souto Mayor de Farias Santos	18.720,00
Nelly Fernandes da Silva	5.760,00
Esther Barreiros Stalione	17.040,00
Flávio Boavista Passos	1.200,00
Adelardo Pereira Guimarães	13.440,00
Nilda Pinheiro Viana	11.840,00
Ivone Affonso de Menezes	4.880,00
Rosaly Rocha	7.040,00
Edith Amarante	17.040,00
Eunice Laport da Mota	20.480,00
Gembarowski	2.240,00
Inevelino Andreollo	17.760,00
Carlos Alberto Tumminelli da Vinha	6.720,00
Dael Benevolo	8.800,00
Odette Bezerra Barreto Ramos	5.280,00
Jorge Augusto Drieux Borges	5.280,00
Edila Barbosa Paixão	2.640,00
Mário Ferreira Vieira	18.720,00
Newton Bezerra de Menezes	12.480,00
Irene Pereira Pires	18.720,00
Orlando de Souza Pontes	13.440,00
Onawa de Alcântara	6.080,00
Herminia Luz	20.480,00
Hélio Pedro de Farias	12.800,00
Denizart Paulo Pereira	6.080,00
Célio José de Oliveira	3.840,00
Ivonne Loureiro Coppolechio	25.600,00
Nelson Fraga	13.770,00
Sara D'Angelo Gentil de Araújo	15.360,00
Attila Barreto Bañar	18.000,00
Elza Peixoto da Silva	13.440,00
Nilda Graça Melo Miranda	2.240,00
Geraldo Guillaume Muto	20.480,00
Samuel Gutierrez Fernandes Aliff	22.160,00
Arcy de Queiroz Pacheco	5.760,00
Aymoré Lopes Castilho	5.280,00
Mazunka Bchar	

Walter Gomes da Silva	2.640,00
Odette Costa Gomes de Oliveira	17.040,00
Boris Edelman	18.720,00
Maria Amélia Fernandes da Silva	13.440,00
Afrânio de Paula	20.480,00
Olinda Pereira Martin	13.440,00
Oswaldo Balançuela Paz	18.720,00
Dalila Cruz	880,00
Total	1.360.640,00

Importa a presente fôlha em Hum milhão, trezentos e sessenta mil, seiscentos e quarenta cruzeiros.

Em, 30 de outubro de 1956

Fôlha n.º 103 — Relativa aos meses de julho e agosto de 1956

Decreto n.º 13.098, de 20-12-1955

	Cr\$
Pedro Pereira da Costa Junior	8.160,00
Célia Souza	10.320,00
Augusto Pires Filho	18.000,00
Carmen S. Thiago de Xerez	9.600,00
Alberto Felipe Jacomiani	2.000,00
Salaberga Guedes da Costa	3.360,00
Hilton Doreste Nogueira	6.720,00
Francisco Pedro de Souza	8.640,00
Orlando Duarte da Silva	3.200,00
Pautilla da Fonseca Oliveira	1.280,00
Alice Benedicta de A. Ventania	10.320,00
Adolpholina da Conceição Corrêa	1.600,00
Guilhermina Teixeira Dias	1.920,00
Daniel Grangier	1.360,00
Eloy Ferreira da Cunha	1.200,00
Wilson Sant'Anna	13.440,00
José Lima	2.080,00
Alvaro da Silva Lima	6.400,00
Mauro Breves de Azevedo	6.560,00
Paulo Rodrigues Castro da Souza	7.040,00
Agostinho Silva	2.400,00
Miguel da Fonseca e Silva	2.320,00
Stella Barbosa Abrantes	4.800,00
Carmen Meendes Xavier S. Benevides	3.680,00
Angélica Fernandes da Silva	4.640,00
Ivo Borges Saladeo	6.720,00
Walter Rocha Vianna	1.840,00
Ruy Bartras	3.400,00
Clair Corrêa Santos	11.760,00
João Nogueira de Andrade	3.840,00
Ligio Livio Moreira de Amaral	6.720,00
Paulo Alves de Iemos	3.680,00
Helena da Silva Meinick	10.160,00
Ernestina Figueira Bello	1.600,00
Tarcysio Tostes	5.760,00
José Carlos de Araújo Santos	16.500,00
José de Abreu Guerreiro	2.000,00
Hestia Carvalho Bastos Dalbon	1.280,00
Maria Lucia Braga Torres	1.600,00
Mary Sigmaringa Seixas	4.000,00
Olávio Ferreira	2.400,00
José Fernandes Aquino	3.760,00
Edyr Kfuri Perdição	6.800,00
Alvaro Teixeira Pinto	9.840,00
Cid Valentim	2.000,00
Agostinho Maciel	5.440,00
Oliver Alves Pereira	10.400,00
Mário Pereira	2.400,00

	Cr\$
Alfredo Balliester de Albuquerque Paes	2.640,00
Danillo de Mello Gonçalves	4.000,00
Delminda de Freitas	8.640,00
Zamprognio	1.600,00
Edian Kfuri	3.840,00
Maria Magdalena de Azevedo	9.600,00
Sebastião Barbutti	6.640,00
Jorge Alves dos Santos	4.000,00
Edith Borges de Oliveira	9.120,00
Sebastião Ferreira Pereira	1.360,00
Antonio Carlos Alves Pereira	20.160,00
Edmundo Argemiro Quinto Alves	2.400,00
Itagira Coelho Villar	6.720,00
Hildebrando Angelo	16.800,00
Sylvia Augusta Cravo Guimarães	16.800,00
Mauro Vasquez Villares	4.160,00
Severo Domingos dos Santos	800,00
Nicolau Corrêa Moraes	2.400,00
Oswaldo Rosa de Lima	2.800,00
Bento Cândia Pontes Filho	4.800,00
Alfredo Chrispim	2.560,00
Fernando Cid Varella	9.600,00
Júlio da Costa	6.720,00
Hamilton Xaxier da Costa	3.840,00
Edson Soares	6.720,00
Hamilton Xavier da Costa	3.840,00
Edson Soares	1.280,00
Arthur Fernandes	4.800,00
Armando Campos	4.480,00
Lola Bonacossa Sant'Anna	2.480,00
Maria Nazareth de Oliveira	6.800,00
Irene Cavalheiro de A. Carvalho	8.400,00
Leopoldina Stockler Araújo	8.560,00
Evangelina Burle	13.440,00
Egisto Ermelindo Perim	10.240,00
Zilda Magalhães Lyra	13.440,00
Targina Celestino de Oliveira	6.800,00
Dinah Waddington Barros	3.200,00
Mário Xavier Moreira	4.800,00
Nelson Maia Carvalho	5.040,00
Gilberto Henault de Medeiros	4.960,00
Mário Castello Branco	6.400,00
Nelly Paranhos Rainho	7.840,00
Oswaldo Teixeira	6.000,00
Bento Plácido Peixoto	3.800,00
Amarante	3.120,00
Clarindo Marcelino dos Santos	5.120,00
Hugo Machado de Mattos	2.400,00
Maria Mery Banho	6.000,00
Seraphim da Silva Lima	6.240,00
Maria Luiza Campos	4.000,00
Zélia Azevedo dos Santos	8.880,00
Olga Pieranti	8.000,00
Guanaíra Coutinho Hannig	6.720,00
Waldir Telles Nogueira	10.640,00
Zelton Gonçalves Viana	4.000,00
João Pereira	4.560,00
Isabel Sanches Celestino	7.200,00
Leandro Nunes Ferreira	4.800,00
Luiza Lazoski da Silva Ramos	4.000,00
José Gomes Cardoso	2.400,00
Euridice Veiga	7.920,00
Ivone Waltz	2.320,00
Marilena Viriato de Freitas	1.600,00
Ogarihe Messeder Fernandes	4.800,00
Gualberto Teixeira dos Santos	4.720,00
Daniel Pires	6.720,00
Eugenia Feliciano de Jesus	6.720,00
Lucilia Ferreira Vieira	
Djalma dos Santos	
Odette da Silva Menezes	

Maria da Conceição Soares	8.640,00
João Francisco da Silva	320,00
Aristeu Origula	6.430,00
Tertuliano Pereira Gama	8.240,00
Maria Clotilde Pires Rebello	4.080,00
Lydia Ferreira Alves	4.000,00
Olga Poubel	8.480,00
Cassio Menezes	20.160,00
Wilson Ballard de Barros	8.400,00
Florianio Pinto Peixoto	720,00
Carlos Cerqueira Glen	6.720,00
Sebastião Fernandes de Souza	11.200,00
Nilo de Sá Freire Burity	2.400,00
Cláudio Vazquez Villares	8.160,00
Miguel Hespagnol	800,00
Ary Menezes	5.040,00
Egle de Freitas Castro	6.480,00
Maria Sophia da Gama Santos	8.880,00
Olga Fonseca Torres	2.640,00
Mazunka Behar	2.000,00
Tharcilla Rocha Maia Vasquez	9.760,00
Idalina Guimarães da Fonseca	9.440,00
Edgard Barcelos Cerqueira	1.760,00
Humberto Gianordoli	800,00
Maria José Pillar Pereira da Silva	3.600,00
Thais Velloso Alves	3.360,00
José Enéas do Nascimento	6.720,00
Sylvio Pereira da Silva	8.640,00
Alvaro Paiva Motta	3.800,00
Aristeu Freire Alemão	11.920,00
Maria de Brito	4.000,00
Thais Drumond Pimentel Barbosa	4.000,00
Total	867.340,00

Importa a presente folha em Oitocentos e sessenta e sete mil trezentos e quarenta cruzeiros.

Em 30 de outubro de 1956. — Visto — *Sylvio Ribeiro Alves*, pelo chefe do FSA — mat. 6.424.

Superintendência Financiamento Urbanístico Gabinete do Superintendente

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Expediente de 24 de outubro de 1956.

Processos:
N. 4.152.286-56-FSU — Francisco Izidoro Monteiro Júnior — Declare o fim a que se destina a certidão.
N. 4.152.414-56-FSU — Vicente da Silva Ramos — Indeferido.

DESPACHOS DO CHEFE DA 3-SU

Expediente de 25 de outubro de 1956.

Processos:
N. 4.484.501-56 — DPM — Sérgio Leonardos Hamann — Compareça para prestar esclarecimentos.

DESPACHOS DO CHEFE DA 4-SU

Expediente de 26, 27, 29 e 30 de outubro de 1956.

Processos:
N. 4.152.369-56-FSU — Felipe Boronovo — Compareça o proprietário ou seu representante legal, à Av. Presidente Vargas, n. 435 18.º andar para tomar conhecimento e declarar se concorda com a avaliação feita na forma do regulamento (IV art. 3.º, Dec. 6.977).
N. 4.482.709-56-DPM — Miguel Salazar Mendes de Moraes e outros — Idem.
nha Predial e de Saneamento do Rio de Janeiro — Idem.
N. 7.502.529-CC-DHP — Venâncio de Souza — Idem.

N. 7.515.451-56-DED — Indústria e Comércio de Máquinas Santa Teresa S.A. — Idem.
N. 7.515.997-56-DED — Eduardo Salomon Chame — Idem.
N. 7.571.211-56-DED — Elias Lovenkron — Idem.
N. 7.574.383-56-DED — S. Cunha & Cia. Ltda. — Idem.
(Caçado pelo 7.408.917-53-DED).
N. 7.575.921-56-DED — Antônio Mendes Diniz — Idem.
(Caçado pelo 7.506.945-50-DED).
N. 7.575.976-56-DED — Adelino Ferreira — Idem.
N. 7.577.286-56-DED — Ferrometais Colombo — Comércio e Indústria S.A. — Idem.
N. 7.577.660-56-DED — Tripodi Marmine — Idem.
N. 7.602.098-56-DHP — Ernani de Souza Pinto — Idem.
N. 7.517.137-56-DED — Osvaldo Martuscelli e outros — Apresente o interessado, no prazo de 30 dias, título de propriedade, devidamente transcrito no Registro Geral de Imóveis.
N. 7.578.176-56-DED — Válder Maia — Idem.
N. 7.578.177-56-DED — José Moutinho — Idem.
N. 7.578.206-56-DED — Luiz Feliciano de Gurgão Bentes — Idem.
N. 7.578.207-56-DED — Fausto Passiello e outros — Idem.
N. 7.578.231-56-DED — José Mario Figueiredo — Idem.
N. 7.578.244-56-DED — Carlos Pereira da Silva — Idem.
N. 7.578.245-56-DED — Banco Nacional do Estado de Minas Gerais — Idem.
N. 7.578.246-56-DED — Adelino da Silva Ribeiro — Idem.
N. 7.578.343-56-DED — Ramiro de Souza — Idem.
N. 7.578.344-56-DED — João Pereira da Silva Meira — Idem.
N. 7.578.409-56-DED — Chafiz Chala — Idem.
N. 7.578.410-56-DED — Henrique Hryniewicz — Idem.
N. 7.578.411-56-DED — José da Silva Piximine e outros — Idem.
N. 7.578.412-56-DED — José David Jerusalimschy e outro — Idem.
N. 7.578.413-56-DED — Sociedade Indígena de Madeiras Ltda. — Idem.
N. 7.578.414-56-DED — Antônio Martins — Idem.
N. 7.603.609-56-DHP — Marietta Guimarães Regada — Idem.
N. 7.603.610-56-DHP — Manoel Ferreira da Rosa — Idem.

Procuradoria de Desapropriações

Expediente de 30 de outubro de 1956.

DESPACHOS DO AUDITOR DA 2-S.U.

Processos:
N. 4.146.424-50 — S. Kubudi & Cia. Ltda. — Rua Guilherme Prota, n. 138 — Pague o interessado a taxa de assinatura de termo.
N. 7.424.510-55 — João Nogueira — Rua Joaquim Monteiro, esquina de Marcelino de Brito — Compareça para esclarecimentos.
N. 7.572.660-56 — Maria Lany Lambert — Rua Bruno Seabra, junto e depois do número 165 — Apresente certidão de casamento.
N. 7.510.966-56 — Delfim Botelho Machado — Rua Francisco Sá, número 97-99 — Compareça para esclarecimentos.
N. 4.465.722-54 — Jorge Abdalla Chamma — Rua do Rezende, n. 180 — Idem.
N. 4.480.192-56 — Nelson dos Santos Pontes — Rua das Laranjeiras, n. 109 — Idem.
N. 7.416.637-55 — Giuseppe De Luca — Rua Lobo Júnior, n. 1.817 — Idem.

N. 7.510.882-56 — Augusto Vasconcelos Júnior — Rua Barata Ribeiro, n. 737 — Idem.
N. 4.480.419-56 — Irene Cirlo de Faria — Rua General Glicério, número 74 — Idem.
N. 7.725.135-51 — Paulo Pedro Cômmodo — Rua Nova Jerusalém, lote 103 — Idem.
N. 7.404.946-55 — Sincal Sociedade de Incorporadora Administração Limitada — Rua Pirajá, n. 62 — Idem.
N. 4.147.147-53 — Andreilina da Costa Machado — Rua São Francisco Xavier, n. 492 — Idem.
N. 7.515.065-56 — João Baptista da Costa Pinto — Rua Real Grandeza, n. 39 — Idem.
N. 7.511.616-56 — Adolfo Tendler — Rua Barata Ribeiro, n. 425 — Idem.
N. 4.151.588-55 — Eulina Maria de Azevedo Bouças — Rua da Pedreira, n. 14 — Idem.
N. 7.407.656-55 — Fabio Pena da Veiga — Rua Visconde de Pirajá, n. 22 — Idem.
N. 4.142.948-49 — Luiz Fernandes Braga — Rua José Mauricio, n. 29 — Idem.
N. 7.501.275-52 — Manoel José Ribeiro — Rua Periatã, n. 28 — Idem.
N. 4.149.505-54 — Miguel Tahan — Rua Barão de Bom Retiro, n. 131 — Idem.
N. 4.152.161-56 — Manuel Vieira e outro — Estrada Intendente Magalhães, lote n. 2 — Idem.

Departamento de Tributos Diversos

Dia 31 de Outubro de 1956

Processos:

N. 4.305.800-56 — Fermac Terraplanagem Engenharia Limitada — Concedo a baixa, em face das informações, cancelando-se o débito correspondente ao exercício de 1955.
N. 4.313.860-55 — Casa Bancária Sul Americana Limitada — Indeferido — O alvará original não está anexado ao processo n.º 5.455.216-54 já devolvido pelo C.R.F.
N. 4.308.658-56 — Cezar Hack Seroa da Motta — Deferido, na forma dos pareceres.
N. 4.309.495-55 — Octacílio Góesberto de Oliveira — Concedo a baixa em face das informações.
N. 4.312.430-56 — Manoel de Miranda Neto — Indeferido — O despacho de 28 de agosto de 1956 — Recorra, querendo, para o Colendo Conselho de Recursos Fiscais, obedecendo as prescrições do Decreto número 11.191-51.
N. 4.312.714-56 — Centro's Elétricas de Minas Gerais Sociedade Anônima — De acordo — As atividades da empresa requerente não se incluem, a partir de 1956, nos assentos do imposto de indústrias e profissões, tendo em vista o disposto no artigo 15 e parágrafo primeiro e segundo da Lei 820 de 1955 combinado com o artigo 2º alínea "a" da Lei 687-51.
Assim determino o cancelamento da inscrição nº 21.429 inclusive da guia emitida.
N. 4.313.110-56 — Jessé Fontana Pacheco — Concedo a baixa, em face das informações.
N. 4.314.080-56 — F. Purwin & Cia. Limitada — Deferido, na forma do parecer retro, subscrito pelo Chefe da D-IP.
N. 4.314.476-56 — Luciano Lo Giudice — Indeferido — Mantenho o enquadramento do estabelecimento em o item 11 da tabela do artigo 27, da Lei n.º 820-55, intercorrência prevista na alínea "a" do artigo 19, da citada Lei.

N. 4.314.655-56 — Samil Soc. Americana de Expansão Imobiliária Limitada — Deferido na forma dos pareceres retro, substitua-se a guia inclusa.

N. 4.314.842-56 — Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária — A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária é uma sociedade de caráter hospitalar, não visando a lucro e sendo mantida com contribuições dos seus associados.

Estaria, por consequente, excluída do campo de incidência dos impostos de localização e de indústrias e profissões e, consequentemente, do respectivo alvará, durante a vigência das leis números 563-50 (artigo 2.º) e 746-52 (artigo 3.º item 5.º), segundo critério adotado pelo Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em sucessivos acordãos.

Não assentando, também, sobre ditas atividades, o atual imposto de indústrias e profissões, "ex-vi" do artigo 15 da Lei 820-55, cancelam-se as inscrições 122.199 e 24.227, correspondentes, respectivamente, ao alvará e ao imposto mencionado e, bem assim, o débito existente.

Recorro "ex-officio" desta decisão para o Colendo Conselho de Recursos Fiscais, na conformidade do disposto no artigo 52 do Decreto n.º 11.191-51.

N. 4.314.863-56 — Organização Sionista Unificada do Rio de Janeiro — A Organização Sionista Unificada do Rio de Janeiro é uma sociedade civil de caráter cultural, não visando a localização e de indústrias e profissões.

Estaria, por consequente, excluída do campo de incidência dos impostos de lucro.

e, consequentemente, do respectivo alvará, durante a vigência das Leis números 563-50 (artigo 2.º) e 746-52 (artigo 3.º item 5.º), segundo critério adotado pelo Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em sucessivos acordãos.

Não assentando, também, sobre ditas atividades, o atual imposto de indústrias e profissões, "ex-vi" do artigo 15 da Lei 820-55, cancelam-se as inscrições 139.190 e 31.607, correspondentes, respectivamente, ao alvará e ao imposto mencionado.

Recorro "ex-officio" desta decisão para o Colendo Conselho de Recursos Fiscais, na conformidade do disposto no artigo 52 do Decreto 11.191-51.

N. 4.315.389-56 — João Dale — Concedo a baixa, em face das informações.

N. 4.315.773-56 — Federação Espírita Brasileira — A Federação Espírita Brasileira é uma sociedade civil de caráter religioso e filantrópico, não visando a lucro e sendo mantida com contribuições de seus associados.

Estava, portanto, excluída do campo de incidência dos impostos de licença para localização e de indústrias e profissões e, consequentemente, do respectivo alvará, durante a vigência das Leis 563-50 (artigo 2.º) e 746-52 (artigo 3.º item 5.º), segundo critério adotados pelo Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em sucessivos acordãos.

Não assentando, também, sobre ditas atividades o atual imposto de indústrias e profissões, "ex-vi" do artigo 15 da Lei 820-55.

Cancelam-se, por consequente as inscrições 21.981 e 33.092, correspondentes respectivamente, ao alvará e ao imposto ora mencionado.

Recorro "ex-officio" desta decisão para o Colendo Conselho de Recursos Fiscais, na conformidade do artigo 52 do Decreto 11.191-51.

N. 4.315.942-56 — Ascendino Rodrigues de Andrade — Mantenho o despacho de 31 de agosto de 1956 de vez que o valor venal atribuído ao es-

tabelecimento teve origem na aplicação do índice mínimo previsto no artigo 45, da Lei n.º 820-55.

Recorra, querendo, para o Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, observadas as prescrições do Decreto número 11.191-51.

N. 4.316.827-56 — Antônio Gama & Irmão Limitada — Concedo a baixa, em face das informações.

N. 4.316.958-56 — Luiz Pinto — Deferido — Fixo para o estabelecimento inscrito sob o n.º 36.584 o valor venal de Cr\$ 192.000,00, para 1956, com apoio no artigo 29 do Decreto n.º 13.184-56.

Retifique-se, outrossim, o seu enquadramento, para o item 11 da tabela do do artigo 27, da Lei n.º 820-55, em face da intercorrência prevista na alínea "a" do artigo 19, da precitada Lei.

N. 4.317.250-56 — Kaic Kosmos Administração Ind. e Comércio Sociedade Anônima — Certifique-se, de de acordo com o informado.

N. 4.317.725-56 — Oscar Silva Barbosa. — Deferido, na forma do parecer de 12 do corrente do Chefe do 3-I.P.

N. 4.318.104-56 — Julio Cezar Cordeiro. — Concedo a baixa, em face das informações.

N. 4.318.250-56 — Joaquim Fernandes de Brito. — Deferido, na forma do parecer de 12 do corrente, do Chefe do 3-I.P.

N. 4.318.656-56 — João Antunes Guimarães. — Concedo a baixa, em face das informações.

N. 4.318.779-56 — Imperial Modas S.A. — Concedo a baixa, em face das informações.

N. 4.318.819-56 — Audzio Pinheiro. — Concedo a baixa, em face das informações, cancelando-se o débito correspondente aos exercícios de 1954 e 1955.

N. 4.319.345-56 — Mario Simões & Cia. Ltda. — Concedo a baixa, em face das informações.

N. 4.320.847-56 — Distribuidora de Materiais Nice Ltda. — Concedo a baixa, em face das informações.

Serviço de Correspondência

1-TD

DESPACHO DO CHEFE

N. 4.314.798-55 — Arnaldo do Nascimento. — Compareça para retirar a guia do exercício de 1956 — 2.ª cota.

Divisão de Impostos Diversos Serviço de Escrituração Fiscal

1-ID

DESPACHO DO CHEFE, DE SERVIÇO

Expediente de 25 de outubro de 1956

Processos:

N. 4.320.513-56 — Antônio Rodrigues Monteiro Filho. — Prove vínculo entre o requerente e o requerido, "e declare o número da placa".

N. 4.320.194-56 — Eduardo Alves Júnior. — Indeferido. O processo que deu origem ao registro em nome de Eduardo Alves Júnior, contém, somente, o certificado de registro, expedido pelo Estado de São Paulo, do qual o DTD não fornece certidão.

Expediente de 31 de outubro de 1956

Processos:

N. 4.320.703-56 — Marjorie Mason Wenk. — Apresente prova de identidade.

N. 4.320.907-56 — Pietro Bruno. — Apresente carteira de identidade.

N. 4.320.969-56 — Francisco Pereira Pinto. — Preliminarmente, o documento apresentado com a reserva do nome, no cartório do "Registro de Títulos e Documentos".

Divisão de Impostos Diversos Serviço de Controle Financeiro

2-ID

DESPACHO DO CHEFE DE SERVIÇO

Expediente de 30 de outubro de 1956

Processos:

N. 4.321.062-56 — J. Pereira & Borges Ltda.

N. 4.320.638-56 — Rainho & Bento.

— Paguem o débito.

N. 4.319.776-56 — Domenico Mauro.

N. 4.319.780-56 — Comercial Importadora D'Elia Agricultura Indústria Ltda.

N. 4.320.098-56 — O. G. Pinheiro.

N. 4.320.993-56 — Aloysio Scotello Orrico.

N. 4.320.997-56 — Jankiel Gelwan.

N. 4.320.998-56 — Construtora A. Rangel Ltda.

N. 4.321.000-56 — Divulgadora Científica Ltda.

N. 4.321.010-56 — T. Ribeiro Representações.

N. 4.321.014-56 — Maria Tereza Monteiro de Castro.

N. 4.321.017-56 — Jacob Esfrolm Hutner.

N. 4.321.019-56 — Mendel Kaufman.

N. 4.321.021-56 — J. Souza Dias — Alfalates Ltda.

N. 4.321.022-56 — Joaquim Alves da Silva.

N. 4.321.024-56 — Imobiliária Leblon Ltda.

N. 4.321.027-56 — Francesco Petrocelli.

N. 4.321.037-56 — Cesar Rebelo Fernandes.

N. 4.321.038-56 — João Augusto Correia Vilela.

N. 4.321.043-56 — Helcias Noqueira Melo.

N. 4.321.047-56 — Cineminha Villa Nova Ltda.

N. 4.321.048-56 — José Pamplona Borges Máquinas de Escrever.

N. 4.321.054-56 — Mario Francisco Campos.

N. 4.321.061-56 — Madeiras Ipiranga S.A.

N. 4.321.065-56 — Ajic — Assistência Jurídica Informativa Com. e Rep. Ltda.

N. 4.321.066-56 — Pavimentadora Penha Ltda.

N. 4.321.067-56 — Antônio Leandro dos Santos.

N. 4.321.068-56 — Humberto Pires Ferreira.

N. 4.321.075-56 — Eduardo Lourenço Balocas.

N. 4.321.078-56 — Georges Emmanuel Kolet's.

N. 4.321.080-56 — Cenal Comércio de Representações Europa Norte.

N. 4.321.085-56 — Clóvis Martin.

— Apresentem, preliminarmente, a ficha de inscrição do imposto de Indústrias e Profissões.

Expediente de 31 de outubro de 1956

Processos:

N. 4.318.150-56 — Boemia Astuto.

N. 4.318.151-56 — Luzia Astuto.

N. 4.320.677-56 — Participações Mercantil e Industriais Copavil Ltda.

— Paguem o débito.

N. 4.321.095-56 — Euclides Vieira Araújo.

N. 4.321.097-56 — Aluizio de Carvalho.

N. 4.321.113-56 — Augusto Salgado da Silva.

N. 4.321.115-56 — Banco Português do Brasil S.A.

N. 4.321.144-56 — Decorações Amendoeira Ltda.

— Apresentem, preliminarmente, a ficha de inscrição do imposto de Indústrias e Profissões.

SECRETARIA GERAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Serviço de Expediente

Expediente de 3 de novembro de 1956

DESPACHOS DO CHEFE DO SSE

De 31-10-56

Processos:

N. 6.012.829-56 — Concorrência Pública n.º 13 ref. à firma Panambra S. A. Importadora e Exportadora Pán Americana Brasileira.

N. 6.023.906-56 — Concorrência Administrativa n.º 545 ref. à firma Willmann, Xavier Com. e Ind. So-

cidade Anônima. — Compareça, a fim de providenciar a publicação do contrato em *Diário Oficial*.

Expediente de 5 de novembro de 1956

DESPACHO DO CHEFE DO SSE

De 1-11-56

Processo n.º 6.016.158-55 — Concorrência Pública n.º 24 ref. à firma Simaco & Companhia Limitada. — Compareça, a fim de providenciar a publicação do Contrato em *Diário Oficial*.

SECRETARIA GERAL DE VIAÇÃO E OBRAS

Departamento de Estradas de Rodagem

Expediente de 3 de novembro de 1956

Listas de licenças — Prorrogações:

2 — ER OMP:

FL — 3.927 — Milton Seivanes — Artífice — Mat. 1.972 — 9 dias — Artigo 153 — De 26 de setembro a 4 de outubro de 1956.

GR-3:

FL — 3.928 — João Conegundes das Virgens — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 2.496 — 10 dias — Artigo 153 — De 21 a 30 de setembro de 1956.

FL — 3.967 — Adolfo Moraes da Silva — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 1.921 — 3 dias — Artigo 153 — De 26 a 28 de setembro de 1956.

GR-3:

FL — 3.950 — Manuel Martins Salgado — Op. Maq. Médias — Matrícula 899 — 14 dias — Artigo 156 — De 27 de setembro a 10 de outubro de 1956.

GR-7:

FL — 3.951 — Walter Alves de Oliveira — Op. de Maq. Leves — Mat. 2.469 — 3 dias — Artigo 154 — De 30 de setembro a 2 de outubro de 1956.

1-DR:

FL — 3.971 — Ismael Miguel Rondon — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 264 — 3 dias — De 28 a 30 de setembro de 1956.

2-DR:

FL — 3.910 — Manuel Francisco Guedes — Artífice — Mat. 1.159 — 6 dias — Artigo 153 — De 25 a 30 de setembro de 1956.

FL — 3.911 — Francisco Laina — Trabalhador Extr. Mens. — Mat. 1.158 — 9 dias — Artigo 156 — De 27 de setembro a 3 de outubro de 1956.

FL — 3.931 — João Feliciano dos Santos — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 2.446 — 5 dias — Artigo 153 — De 27 de setembro a 1 de outubro de 1956.

5-DR:

FL — 3.917 — Mário Gomes da Silva — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 360 — 3 dias — Artigo 156 — De 26 a 28 de setembro de 1956.

FL — 3.919 — Waldemar da Silva — Vigia — Mat. 976 — 6 dias — Ar-

ta — Mat. 3.093 — 7 dias — Artigo 154 — De 27 de setembro a 3 de outubro de 1956.

FL — 3.973 — Adolpho Patenoster da Silva — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 2.189 — 4 dias — Artigo 153 — De 28 de setembro a 1 de outubro de 1956.

3-DR:

FL — 3.913 — Paulo Moreira — Trabalhador Extr. Mens. — Matrícula 2.547 — 10 dias — Artigo 153 — De 26 de setembro a 5 de outubro de 1956.

FL — 3.932 — Virgílio Rodrigues da Silva — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 307 — 15 dias — Artigo 153 — De 11 a 25 de setembro de 1956.

FL — 3.934 — Manuel da Silva Guedes — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 1.251 — 11 dias — Artigo 154 — De 26 de setembro a 6 de outubro de 1956.

FL — 3.898 — Aladio Cavalcante de Mendonça — Trabalhador Extra-numerário Mens. — Mat. 2.499 — 14 dias — Artigo 153 — De 25 de setembro a 8 de outubro de 1956.

FL — 3.955 — João Lemos — Trabalhador Extr. Mens. — Matrícula 2.332 — 2 dias — Artigo 153 — De 28 a 29 de setembro de 1956.

4-DR:

FL — 3.916 — José de Lima — Trabalhador Extr. Mens. — Mat. 3.017 — 1 dia — Dia 24 de setembro de 1956.

FL — 3.941 — Antônio José de Araújo — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 2.446 — 5 dias — Artigo 153 — De 27 de setembro a 1 de outubro de 1956.

5-DR:

FL — 3.917 — Mário Gomes da Silva — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 360 — 3 dias — Artigo 156 — De 26 a 28 de setembro de 1956.

FL — 3.919 — Waldemar da Silva — Vigia — Mat. 976 — 6 dias — Ar-

tigo 153 — De 26 de setembro a 1 de outubro de 1956.

FL — 3.920 — Manuel José da Costa — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 1.789 — 2 dias — Artigo 153 — De 23 a 24 de setembro de 1956.

FL — 3.921 — Otacilio Paes Ferreira — Artífice — Mat. DER 2.324 — 3 dias — Artigo 153 — De 26 a 28 de setembro de 1956.

FL — 3.943 — Orozimbo Silva — Trabalhador Extr. Mens. — Matrícula 806 — 5 dias — Artigo 153 — De 26 a 30 de setembro de 1956.

FL — 3.944 — Luiz Gonzaga Brandão — Artífice — Mat. 1.837 — 4 dias — Artigo 153 — De 26 a 29 de setembro de 1956.

FL — 3.945 — Lício de Souza Cordovil — Artífice — Mat. 2.434 — 5 dias — Artigo 153 — De 25 a 29 de setembro de 1956.

FL — 3.957 — Albanes da Silva Santos — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 1.673 — 4 dias — Artigo 153 — De 23 a 26 de setembro de 1956.

FL — 3.980 — Levy Ferreira Leite — Vigia — Mat. 2.663 — 33 dias — Artigo 156 — De 29 de setembro a 31 de outubro de 1956.

6-DR: FL — 3.900 — Sebastião Conceição — Trabalhador Extr. Mens. — Matrícula 1.112 — 28 dias — Artigo 153 — De 23 de setembro a 20 de outubro de 1956.

FL — 3.958 — Claudio, José Luiz — Trabalhador Extr. Mens. — Matrícula 740 — 3 dias — Artigo 153 — De 27 a 29 de outubro de 1956.

FL — 3.959 — Ademar dos Santos — Trabalhador Extr. Mens. — Matrícula 3.118 — 20 dias — Artigo 153 — De 28 de setembro a 17 de outubro de 1956.

7-DR: FL — 3.901 — Almir da Silva Dantas — Artífice — Mat. 2.981 — 13 dias — Artigo 153 — De 23 de setembro a 5 de outubro de 1956.

8-DR: FL — 3.902 — Mário Fernandes da Silva — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 1.292 — 3 dias — Artigo 153 — De 22 a 24 de setembro de 1956.

FL — 3.903 — Antônio Eliziário — Trabalhador Extr. Mens. — Matrícula 1.441 — 5 dias — Artigo 153 — De 22 a 26 de setembro de 1956.

FL — 3.904 — Jorge Francisco da Rosa — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 2.451 — 2 dias — De 22 a 23 de setembro de 1956.

FL — 3.925 — Florencio Afonso dos Santos — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 2.669 — 2 dias — Artigo 154 — De 23 a 24 de setembro de 1956.

FL — 3.964 — Antônio Eliziário — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 1.441 — 5 dias — Artigo 156 — De 27 de setembro a 1 de outubro de 1956.

Altas: 2-ER OMP — FL 3.807 — José Higinio Hachado — Vigia — Mat. 347 — Em 25 de setembro de 1956.

GRC — FL — 3.967 — Adolfo Moraes da Silva — Trabalhador Extranumerário Mens. — Mat. 1.921 — Em 29 de setembro de 1956.

1-DR — FL — 3.971 — Ismael Miguel Rondon — Trabalhador Extranumerário Mens. — Mat. 264 — Em 1 de outubro de 1956.

3-DR — FL — 3.932 — Virgílio Rodrigues da Silva — Trabalhador Extranumerário Mens. — Mat. 307 — Em 26 de setembro de 1956.

4-DR — FL — 3.916 — Jair José de Lima — Trabalhador Extr. Mensalista

— Mat. 3.017 — Em 25 de setembro de 1956.

5-DR: FL — 3.917 — Mário Gomes da Silva — Trabalhador Extr. Mens. — Mat. 360 — Em 29 de setembro de 1956.

FL — 3.920 — Manuel José da Costa — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 1.789 — Em 25 de setembro de 1956.

FL — 3.957 — Albanes da Silva Santos — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 1.673 — Em 27 de setembro de 1956.

FL — 3.860 — Amado de Souza — Trabalhador Extr. Mens. — Matrícula 2.980 — Em 22 de setembro de 1956.

8-DR: FL — 3.902 — Mário Fernandes da Silva — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 1.292 — Em 25 de setembro de 1956.

FL — 3.904 — Jorge Francisco da Rosa — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 2.451 — Em 24 de setembro de 1956.

FL — 3.925 — Florêncio Afonso dos Santos — Trabalhador Extr. Mensalista — Mat. 2.669 — Em 25 de setembro de 1956.

Departamento de Edificações

11-DD-2

DESPACHOS DO ENG.-CHEFE

Dia 24 de outubro de 1956

Passe-se alvará pagos os emolumentos na importância de Cr\$ N.º 7.571.760-56. — Avenida dos Democráticos, 533 — Abel Inácio Roque — Prorrogação do tapume prazo de 3 meses, na importância de Cr\$ 506,00.

N.º 7.577.622-56 — Rua Bucarest, 465 — Espólio de Benedito José Simplicio — Legalização de prédio residencial com 1 pavimento, pelo prazo de 3 meses, na importância de Cr\$ 591,00.

N.º 7.520.847-54 — Rua Apia, n.º 771 — Manoel de Oliveira Faria — Emolumentos contados de acordo com o despacho de 19 de outubro de 1956 — Prazo de 3 meses, na importância de Cr\$ 816,00.

N.º 7.571.324-56 — Rua Aracati 70-70-F — Rosa do Bem Batista — Prazo de 2 meses, na importância de Cr\$ 311,50.

N.º 7.578.165-56 — Rua Sebastião Carvalho, 81 — Antonio Antunes Dias — Modificação e reforma em prédio residencial com 1 pavimento — Prazo de 3 meses na importância de Cr\$ 121,40.

N.º 7.518.290-54 — Estrada do Saco, 1.755 — Lourival Batista — Prorrogação por mais um mês, na importância de Cr\$ 121,40.

N.º 308.971-42 — Rua Roberto Silva, 76 — Matriz de Ramos — Prorrogação por mais um ano de 10% sobre Cr\$ 3.489,60 Cr\$ 349,00.

Exigências a satisfazer: N.º 7.573.803-56 — Estrada Viário Geral n.º 2.303-F — Aptos. ns. 101 — 102 — 201 — 202 complete as obras.

N.º 7.412.374-53 — Rua Paranhos, 256 — Avelinho Gonçalves Pereira — Compareça em face do pedido (Corpo de Bombeiros).

Pode habitar: N.º 7.574.932-56 — Rua Comandante Coelho, 450 — José da

Silva — De construção de prédio residencial com 1 pavimento (pode habitar em 26 de outubro de 1956).

N.º 7.409.882-53 — Rua Joana Régio, 18 e 18-F — Albertina da Silva Dantas — Pode habitar o prédio dos fundos. Data do habite-se em 17 de outubro de 1956.

N.º 7.422.306-55 — Avenida dos Democráticos, 367 aptos 201 — 202 — 301 e 302; 367-A — 367-B — De construção de prédio misto de 3 pavimentos — Pode habitar parcial as lojas 67-A e 367-B (somente as lojas).

N.º 7.517.872-54 — Avenida Itacoca, 411 aptos. 201 — 202 e 411-A — Alberto Caminha de Barros — Construção de prédio misto de 2 pavimentos — Pode habitar em 17 de outubro de 1956.

Ficam aceitas as obras: N.º 7.577.180-56 — Rua Pacheco Jordão entre os ns. 100 e 108 — Deolinda Antunes — Construção de muro de frente — Aceito as obras em 19 de outubro de 1956.

N.º 7.577.638-56 — Rua Pacheco Jordão 6-B — Vera Pacheco & Ferreira Ltda. — Instalação comercial em loja destinada à venda de objetos de Cerâmica "Biblototes" — Aceito as obras em 24 de outubro de 1956.

N.º 7.578.186-56 — Rua Leonidia, 42 D — Manoel Antunes de Carvalho — Legalização de modificação (parede divisória em loja existente) — Aceito as obras em 24 de outubro de 1956.

N.º 7.501.070-52 — Rua Moserate, 44 e 44-F aptos 101-102 — Maria do Carmo — Legalização de 2 prédios de acordo com o despacho do Sr. Diretor de 16 de março — Lei 756 — Aceito as obras em 24 de outubro de 1956.

12-DD

DESPACHO DO ENG.-CHEFE

Passe-se alvará:

N.º 7.575.797-56 — Artur Gomes Ribeiro, Rua Retiro dos Artistas, 688 — Construção de muro de frente — Grátis.

N.º 7.577.821-56 — Luiz Pinto Gonçalves, Estrada Macembu, n.º 252 — Legalização de construção de muro de frente — Grátis.

Pode habitar: N.º 7.406.624-53 — Carlos Caetano Miragaia, Praça Jaurú, 32 — Prédio residencial de 1 pavimento.

Aceito as obras: N.º 7.574.373-56 — Geraldo Marcelino dos Santos, Estrada do Sacarrão, 991 — Instalação comercial em loja destinada a Bar.

Deferimento: N.º 7.574.122-56 — Osvaldo Lozada Pizarro, Rua Dom Juvêncio de Brito, 99 — Deferido, dada a diferença de nível.

Outros despachos: N.º 7.572.87-656 — Fernando Carvalho da Silva, Estrada do Rio Grande, j.d do n.º 3.009, lote 3 — Cliente.

N.º 7.416.780-55 — Alcibiades Marques, Estrada do Rio Grande, n.º 2.034 — Nada há que deferir, porquanto se trata de obras legalizadas pela Lei n.º 825.

Indeferimento: N.º 7.419.481-55 — Antonio Pereira de Pinho, rua Virginia Vi-

dal, 59 — Indeferido, em face do que consta do processo.

Exigências: N.º 7.520.829-54 — Alfredo Kempff Fiuza Guimarães, rua Ipa-dú, 520 — Apresente projeto das modificações havidas no projeto aprovado.

N.º 7.572.146-56 — João de Menezes Rocha Simões, rua Marangá, 300 — Requeira prorrogação.

N.º 7.577.529-56 — Luiz Anacleto da Fonseca, Rua Capitão Menezes, 1.356 — Apresente plantas visadas pelo Corpo de Bombeiros.

N.º 7.577.212-56 — Maria Augusta Saraiva, rua Comendador Pinto, 49 — Compareça o novo profissional para assinar as plantas.

N.º 7.573.486-56 — Carlos Ribeiro França — Av. Geremário Dantas, 152 — Apresente plantas visadas pelo Corpo de Bombeiros, feche os vãos na divisa e apresente as novas plantas visadas pelo responsável pelo cálculo estrutural.

N.º 7.505.100-52 — José Correa Pinto Sales, Estrada do Pau Ferro, 31 — Complete a assinatura com o carimbo da firma pela qual é responsável.

Dia 26 de outubro de 1956

Passe-se alvará:

N.º 7.571.695-56 — José Maria Cordeiro, rua Barão, 1.247 — Prorrogação de licença pelo prazo de 1 mês — Cr\$ 404,80.

N.º 7.424.237-55 — Idalino Luga-rinho, Estrada da Estiva, 1.373 — Prorrogação de licença pelo prazo de 3 meses — Cr\$ 691,70.

N.º 7.516.5000-54 — Maria Dias Rezende, rua Maricá, 152 — Prorrogação de licença pelo prazo de 2 meses — Cr\$ 536,80.

Indeferimento:

N.º 7.577.888-56 — João Rodrigues, rua Cândido Benício, n.º 2.363 — Indeferido, em face do artigo 05 do Decreto 6.000.

Exigências:

N.º 7.575.485-56 — Artur Marques de Almeida, Rua Baronesa, j.d do n.º 681 — Retifique a planta apresentada.

N.º 7.577.800-56 — Manoel Ribeiro da Cunha, Estrada do Cafundá, 906 — Apresente plantas visadas pelo Corpo de Bombeiros.

13-DD

DESPACHOS DO ENG.-CHEFE

Passe-se alvará depois de pago os emolumentos na importância de

N.º 7.577.048-56 — Manoel da Silva Serrano, Rua Francisco Real n.º 672.

Construção — Cr\$ 1.821,60 N.º 7.577.363-56 — José Sampaio Freitas, Estrada Gal. Canrobert Pereira da Costa n.º 874-A. Instalação Comercial Cr\$ 121,71.

Indeferido

N.º 7.421.584-55 — Pedro Correa da Rosa, Rua Pedro Gomes, n.º 152. Indeferido quanto ao pedido de prazo.

Aceitação:

N.º 7.576.123-56 — Darly Vasconcelos Vasques, Rua Olimpio de Castro n.º 799-A. Ficam aceitas as obras.

Exigências a satisfazer:

N.º 7.577.412-56 — Jacinto de Carvalho, Av. de Nazaré número 2.358. Compareça quanto a loja.

Dia 29 de outubro de 1956

Habite-se:

N.º 7.419.296-55 — Geraldo Moura de Azevedo, Rua Bárbara Heliodora n.º 671-F — Pode habitar.

Aceitação:

N.º 7.420.679-55 — Farid João Dabbaj, Rua Cardoso Martins n.º 55, 55-A, 55-B, 55-C. Ficam aceitas as obras.

Exigências a satisfazer:

N.º 7.578.363-56 — Leonidas Queiroz Hermida e outros, Estrada do Retiro n.º 418, casa I e II. Aguarda-se o processamento da licença no processo n.º 7.578.189-56.

N.º 7.508.532-50 — Lia Ribeiro Bispo, Rua Umbuzeiro n.º 95. — Compareça quanto à exigência do 1-ED.

Dia 30 de outubro de 1956

Passa-se alvará depois de pago os emolumentos na importância de

N.º 7.575.590-56 — Rui Varella Grilo, Rua Olímpio do Castro n.º 732. Acréscimo e modificação. Prazo 3 meses — Cr\$ 710,70

N.º 7.576.922-56 — Eduardo Campos, Rua Imperatriz n.º 235 — Construção de garagem. Prazo de 6 meses — Cr\$ 1.131,20.

N.º 7.578.009-56 — Eduardo Tupi Felipe, Rua Limites número 74-A — Instalação comercial Cr\$ 70,90.

Deferido:

N.º 7.570.026-56 — Simão Elias Estrada Marechal Alencastro número 4.105. Deferido de acordo com o artigo 108 do decreto 6.000.

Exigências a satisfazer:

N.º 7.577.219-56 — Manoel Ferreira Alves, Rua da Chita n.º 29 — Satisfaça a exigência do D.H.S.

N.º 7.576.278-56 — Miguel José Pedro, Av. Cônego de Vasconcelos n.º 65-B — Satisfaça a alínea (c) do artigo 125 do decreto n.º 6.000.

16-DD

DESPACHOS DO ENGENHEIRO CHEFE

Dia 26-10-56

Exigência:

N.º 7.576.314-56 — Elvira Ferreira Camacho dos Santos — Rua Orestes Rosalia lote 8 — Apresente o corte transversal da garagem situada 1 metro do alinhamento.

N.º 7.577.327-56 — Sociedade Civil Brasileira dos Missionários da Sagrada Família — Rua Gregório de Castro Morais quadra 49 — lotes 1 — 2 e 3 e 24 — Reduza a taxa de ocupação.

N.º 7.571.604-56 — Sul America Capitalização S. A. — Rua Gregório de Castro Morais n.º 52 — Requerida prorrogação no prazo de 8 dias sob pena de multa e embargo.

N.º 7.576.416-56 — Vitorio Gomes — Rua Engenheiro Rozaura Zambano n.º 306 — Apresente profissional responsável pelas obras.

N.º 7.577.241-56 — José Macário Dantas — Rua Estocolmo junto e depois do n.º 210 — Junte projeto.

N.º 7.576.373-56 — Henrique Hryniewicz — Rua Capitão Barbosa lote 8 — quadra 41 — Projete a área

secundária com um mínimo de ... 6.00m2, prove já ter assinado o termo de recuo e declare que não construíra, pôço, caixa d'água ou fossa na faixa de afastamento obrigatório.

N.º 7.423.763-55 — Leovegildo Mendes — Rua Estocolmo n.º 345 — Não pode habitar. Regularize o prazo da licença e cumpra o boletim 49.

N.º 7.573.865-56 — Maria da Conceição de Góis Monteiro Ramos — Estrada do Dendê n.º 988 — Não pode habitar. Conclua o passeio, coloque placa de numeração e cumpra o boletim 49.

N.º 7.571.475-56 — Mario Alvares da Cunha — Rua Eutiquio Soledade n.º 196 F — Não pode habitar, retifique a ficha no D. R. I.

N.º 7.424.129-55 — Pedro Paulo de Moura — Rua Engenheiro Maia Filho n.º 168 — Não pode habitar. Legalize o muro divisorio do jardim, coloque placa de numeração e cumpra o boletim 49.

Habite-se:

N.º 7.415.137-55 — Irahay Martins Gomes — Rua Anajamirim número 151 — Pode habitar. Prédio residencial de 2 pavimentos, com 3 apartamentos.

N.º 7.424.028-55 — Arildo Salles da Fonseca — Praça do Jequiá número 94 — Pode habitar. Prédio residencial de 1 pavimento.

N.º 7.522.855-54 — Carlos dos Santos — Rua Justo Jansen n.º 50 — Pode habitar. Prédio residencial de 2 pavimentos.

N.º 7.517.198-54 — Aluisio Marcial da Luz — Rua Arriba n.º 246 — Pode habitar. Prédio residencial de 1 pavimento.

N.º 7.415.022-55 — Hugo Zamponi — Rua 33 n.º 32 — Pode habitar. Prédio residencial de 2 pavimentos.

Aceitação de Obras:

N.º 7.576.495-56 — Francisca Franco Gonçalves — Avenida Paranapuã ns. 809 — 809-A — Ficam aceitas as obras.

N.º 7.4571.824-56 — Pedro Gonçalves Toledo — Avenida Paranapuã n.º 252 — Ficam aceitas as obras.

N.º 7.574.688-56 — Manoel Guardado Batista — Rua Tremembé número 32 — Ficam aceitas as obras.

Passa-se alvará pagos os emolumentos na importância de:

N.º 7.573.439-56 — Arthur de Oliveira Thadeu — Rua Guiricema número 11 — Reforma em prédio residencial de 1 pavimento. Prazo 1 mês. Cr\$ 66,00.

N.º 7.572.553-56 — José de Oliveira — Rua Serrão n.º 265 — Prorrogação por 1 mês — Cr\$ 205,00.

N.º 7.420.340-55 — José Hilton Dias — Rua Dr. Manoel Marreiros n.º 1.290 — Prorrogação por 6 meses — Cr\$ 647,40.

N.º 7.515.832-54 — José Joaquim Teixeira — Rua Professor Hilário da Rocha n.º 249 — Prorrogação por 7 meses — Cr\$ 1.259,30.

N.º 7.417.253-55 — Jorene Rodrigues da Rocha — Rua Dr. Manoel Marreiros n.º 1.141 — Prorrogação por 2 meses — Cr\$ 312,40.

N.º 7.571.982-56 — Ruth Quintaes — Rua Comendador Bastos n.º 563 — Modificação do projeto aprovado sem acréscimo de área — Cr\$ 110,00.

Departamento de Habitação Popular

5-H. P.

DESPACHOS DO ENGENHEIRO CHEFE

Dia 31 de outubro de 1956

Pode habitar o prédio e fica aceita a muralha:

N.º 7.501.265-51 — Rua Ardenas, 47 — Isaac Nathaniel Lewis.

Satisfaça a exigência e figure o nome do logradouro:

N.º 2.301.372-54 — Rua "2", lote n.º 263 — Edmundo dos Santos.

Deferido, mediante recibo:

N.º 7.603.426-56 — Rua Inhoerá, lote n.º 15 — José Manuel de Sales.

Apresente projeto para poderem ser apreciadas as modificações:

N.º 7.502.872-51 — Estrada do Baçal, 127 — Maria de Lurdes Prazeres.

Transfira-se paga a taxa:

N.º 7.300.151-54 — Rua Rio Apa, n.º 2 — Afonso Leão.

Corrija a placa de acordo com a petição.

N.º 7.423.125-55 — Rua Antônio Storino n.º 309 — José Luiz Lopes.

Passa-se o alvará pagos os selos:

N.º 7.601.006-56 — Rua Irupua, 456 — Diamantina da Costa Pinto.

N.º 7.603.207-56 — Rua Tinhare, n.º 217 — Joaquim Rodrigues Filho.

N.º 7.703.786-55 — Praça Elba, 33 — José Bezerra de França.

N.º 7.403.439-52 — Rua "A" n.º 38 — Horácio Pereira Azorim.

N.º 7.602.320-56 — Rua Riga, 154, fundos — Luiz Curvelo d'Ávila Júnior.

N.º 7.602.418-56 — Rua Professora Paula Aquiles, 50 — Manuel Correia.

N.º 7.504.464-51 — Rua Comandante Aristides Garnier, 161 — Honorato Soares de Freitas.

N.º 7.703.926-56 — Estrada do Quitungo n.º 1.497, fundos — Miguel Pez Fontes e outro.

N.º 7.601.252-56 — Rua Upitanga n.º 54, fundos — Heli Teixeira.

N.º 7.600.946-56 — Rua Itacorá, 121 — Aap's. 101-201 — Porfírio da Cruz.

N.º 7.602.242-56 — Rua Misael de Mendonça n.º 256, apartamentos 101-201 — Jayme Ferreira de Souza.

N.º 7.502.533-53 — Rua Lois Braille, n.º 71 — Heron Paquete Cesar.

N.º 7.401.043-52 — Rua Joaquim Martins n.º 530 — Mário Moreira.

N.º 7.600.679-56 — Rua Silva Carão n.º 35 — Maria Esteves.

Deferido:

N.º 7.603.458-56 — Rua Manuel Vieira lote 12 — Augusto Pereira de Jesus.

Satisfaça a exigência:

N.º 102.019-45 — Rua São João Gualberto, 113 — Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Aéreos e Tele-Comunicações.

N.º 7.603.111-56 — Rua Cabo Ernesto, lote 10 — José Angelino Cardoso.

N.º 7.601.499-56 — Rua "N" lote n.º 33 — Miguel Hernandez Martim.

N.º 7.603.483-56 — Estrada dos Bandeirantes — Armando Lourenço.

N.º 7.703.957-55 — Rua Belmira, n.º 117 — Julita de Freitas Rodrigues e outra.

N.º 7.577.256-56 — Rua Anália Franco, — Fernando Augusto de Meira.

N.º 7.501.743-49 — Rua Ourique, n.º 1.441 — João Baptista Pereira.

Cumpra o Decreto 13.347, de 6 de outubro de 1956, quanto aos afastamentos:

N.º 7.600.684-56 — Rua Aricanga n.º 229 fundos — Dalvina dos Santos.

Indeferido, art. 1º do Decreto número 7.363:

N.º 7.601.721-56 — Rua Luiz Beltrão n.º 272 — Antônio Costa de Oliveira.

N.º 7.603.607-56 — Rua Ponta Porã lote 9 — Antônio de Araújo Dias.

Prove o que alega:

N.º 7.600.110-56 — Rua Carlos Iladro, 205-209 — Antônio Dias.

Compareça:

N.º 7.403.046-52 — Rua Atinanga, n.º 352 — Sebastião Torres Baeta.

N.º 7.403.493-50 — Praça Irma Paula, 30 — Moisés Pinto de Oliveira.

N.º 7.703.983-55 — Rua Projetada "E", n.º 135 — Lourival Franco da Cunha.

Aguarde o reconhecimento do logradouro:

N.º 7.603.465-56 — Rua Pacheco Júnior, lote 74 — Moramia de Paiva Cavalcanti e outra.

Certifique-se:

N.º 7.503.801-51 — Rua Soldado Vasco, 190, apts. 101-201 — José Ferraz Branquinho.

N.º 7.503.237-53 — Rua Jupiter, 399 — Maximiano Caseiro.

N.º 7.302.759-54 — Rua Cherente, n.º 83 — Antônio Joaquim Fernandes.

N.º 7.402.755-50 — Estrada do Cafundá, 804 — Milton Lauzillotti.

Pague a taxa de reconhecimento de logradouro:

N.º 7.603.619-56 — Rua Mapendi, n.º 217 — Constantino da Rocha.

6-H. P.

DESPACHO DO ENGENHEIRO CHEFE

Dia 30-10-56

Passe-se Alvará:

Processos:

N.º 7.703.188-55 — Rua "F" n.º 122 — Alfredo Prazeres da Silva.

N.º 7.601.793-56 — Rua Adilino Fontoura n.º 64 — Antônio Santos de Souza.

N.º 7.6603.377-56 — Rua Dr. Souza Silveira n.º 51 — Dirce Barros Lima.

N.º 400.697-40 — Rua Américo Rocha n.º 299 — Salustiano de Oliveira.

Habite-se Definitivo:

Processo:

N.º 102.192-43 — Rua Augusto Franco n.º 114 — Virgílio Marques de Sá — Início em 13 de dezembro de 1943.

Prorrogação de Prazo:

Processos:

N.º 7.701.905-55 — Rua General Alfredo Assumpção n.º 286 — Waldir José de Brito.

N.º 7.702.774-55 — Rua Frei Pedro Zinzig n.º 101 — José Mariano Carneiro da Cunha.

N.º 7.792.875-55 — Rua Capitão Lafay n.º 106 — Maria Nogueira Pontes.

N.º 7.702.916-55 — Rua Jaboicabal n.º 211 — Hermenegildo José de Freitas.

N.º 7.702.877-55 — Rua Américo Rocha n.º 1.355 — Maria Pinheiro da Silva.

N.º 7.300.372-54 — Rua Martins Guimarães n.º 86 — João Mendonça.

N.º 7.303.073-54 — Rua Ferreira Canião n.º 65 — Ladislau Alves da Silva.

N.º 7.302.261-54 — Rua Guapeú n.º 138 — José do Nascimento Silva e outros.

N.º 7.502.863-53 — Rua Guaxindiba n.º 354 — João Félix Duarte.

N.º 7.503.386-53 — Rua Quintão n.º 183 — José Teles de Menezes.

N.º 7.502.566-53 — Rua Cimbres n.º 4656 — Edineth Figueira de Azevedo.

N.º 7.500.851-53 — Rua Ibatã número 510 — Waldir Aleixo dos Santos.

N.º 7.402.911-52 — Rua Tupiniquins n.º 139 — Nasser Abrahão.

N.º 7.402.406-52 — Rua Costa Rubim n.º 255 — Aventino Pereira Moreno.

N.º 7.400.950-52 — Rua "D" n.º 88 — Júlio Rocha.

N.º 7.502.887-51 — Rua Junqueri n.º 448 fundos — Manoel Ferreira da Silva.

N.º 7.505.135-51 — Rua Itirapina n.º 124 — Maria de Lourdes Araújo Leite.

N.º 7.504.105-51 — Rua Capitão n.º 1.257 — Atila Dias.

N. 7.503.877-51 — Rua Macedo
Colmbra n.º 305 — João Geraldo Pe-
reira Suzano.
N. 7.401.763-50 — Rua Lontas Va-
lentinas n.º 190 — Aventino Pereira
Moreno.
N. 7.500.051-49 — Rua Aracá nú-
mero 112 — Sebastião de Araújo.
N. 7.505.825-49 — Rua "C" n.º 81
— Imobiliária Comercial Vieira So-
brinho.
N. 7.504.443-49 — Estrada do Vie-
gas n.º 255 — Bento Queiroga Filho.
N. 7.502.072-49 — Rua Turvo nú-
mero 375 — Antônio Luiz de Souza.
N. 101.277-48 — Rua Arquipá nú-
mero 75 — Pedro Rodrigues Gomes.
N. 102.935-47 — Rua Agrícola nú-
mero 970 — Segismundo de Souza.
N. 100.874-45 — Rua Claraiba nú-
mero 11 — Mário dos Santos.
Processos em Exigência:
N. 7.602.483-56 — Rua Auristela
— Walter Amaral de Azevedo.
N. 7.603.587-56 — Rua Rio da
Prata — Carlos de Matos.
N. 7.603.651-56 — Rua Carinhonha
— Francisco José de Caldas.

Departamento de Concessões

Expediente de 1 de novembro de 1956

DESPACHO DO ENPENHEIRO CHEFE

Processos:

N. 7.308.294 — Cia. de Carris,
Luz e Força do Rio de Janeiro —
Aprovo.

Serviço de Ônibus

Relação das Empresas e Individuais
matriculadas conforme os memorandos
números 34.300 a 34.568.

Empresa de Ônibus:

Enzil — Guanabara — V. Central
— Jacaré — Abolição — Limousine
Federal — V. S. Jorge — N. S. Fátima
— S. Luiz — Braso Lisboa —
Inhaúma A. O. — Ibirapuera A. O.
— V. Redentor — V. Taquara —
Federal A. O. — V. Recreio — V. S.
Pezende — V. Suburbana — V. S.
Paulo — Ibirapuera A. O. — Copan-
te — T. D'Orey — Paranapan-
— Dinâmica — V. Sta. Helena —
Fluminense — Municipal de Ônibus
— T. Unidos — T. Bandeirantes.

Empresa de Lotações:

Jurema — Carioca — Simpatia —
Pereira Santos — Videira — Mara-
canã — Irmãos Almeida — Riópolis
— Modelo — Copacabana — Leblon
— L. Vieira — Inca — Estrela Azul
— Nascimento Fernandes — Tupan
— Andorinha.

Individuais:

1 — 118 — 185 — 209 — 234 — 264 —
276 — 350 — 411 — 426 — 429 — 440
— 469 — 473 — 503 — 555 — 592 —
593 — 607 — 658 — 685 — 688 — 690
— 701 — 708 — 712 — 719 — 756 —
771 — 813 — 819 — 855 — 856 — 821
— 888 — 893 — 894 — 946 — 957 —
995 — 1.020 — 1.021 — 1.054 — 1.085
— 1.101 — 1.051 — 1.115 — 1.120 —
1.129 — 1.136 — 1.193 — 1.201 —
1.238 — 1.250 — 1.282 — 1.317 —

1.333 — 1.375 — 1.425 — 1.427 —
1.447 — 1.454 — 1.493 — 1.512 —
1.517 — 1.520 — 1.525 — 1.527 —
1.528 — 1.539 — 1.554 — 1.559 —
1.567 — 1.570 — 1.584 — 1.592 —
1.596 — 1.614 — 1.615 — 1.619 —
1.629 — 1.631 — 1.638 — 1.659 —
1.692 — 1.691 — 1.621 — 1.673 —
1.700 — 1.708 — 1.712 — 1.735 —
1.741 — 1.763 — 1.787 — 1.791 —
1.799 — 1.834 — 1.839 — 1.871 —
1.891 — 1.874 — 1.904 — 1.917 —
1.927 — 1.930 — 1.944 — 1.949 —
1.950 — 1.956 — 1.976.

O prazo previsto no art. 47 do re-
gulamento será contado a partir da
data da publicação. Os memorandos
contendo detalhes e informações, se-
rão entregues no 8-CS (Serviço de
Correspondência).

Departamento de Limpeza Urbana

Expediente de 31 de outubro de 1956

Boletim n.º 244

ATOS DO DIRETOR

Falecimento:

Registrando o falecimento do Tra-
balhador L. U. referência "D" —
Vericiano José Eleutério da Silva,
matricula 89.670, do 5-DL, ocorrido
no dia 27 do corrente mês, conforme
comunicação da mesma Chefia, con-
stante do mem. n.º 405.

Apresentações e designações:

Registrando a apresentação dos ser-
ventuários abaixo:

a) em data de 29 do corrente do
Oficial-Administrativo, classe "K" —
Norival Telles, matricula 13.811, con-
forme Ofício n.º 1.130, e designan-
do-o para ter exercício no 3-LU;

b) em data de 27 do corrente, do
Trab. L. U. referência "C" — Ary-
kerme da Cunha Telles, mat. 61.439,
conforme Ofício n.º 440, e designan-
do-o para ter exercício no 1-DL.

Transferências:

a) do 3-LU para o 5-LU, o Oficial
Transferido:

Administrativo, classe "M" — João
Baptista Duarte, mat. 13.857;

b) do 8-DL para o 14-DL, o Tra-
balhador L. U. referência "E" —

Américo José Neves, mat. 59.648;

d) do 6-DL para o 9-DL-2, o Tra-
balhador L. U. referência "D" — José

Domingos Ferreira, mat. 79.589;

e) do 13-DL-1 para o 10-DL, o
batalhador L. U. referência "E" — Os-

waldo dos Santos, mat. 44.639;

e) do 6-DL para o 10-DL, o Tra-
balhador L. U. referência "D" —

Jorge Paulo Mala, mat. 92.472.

Férias:

Concedendo férias regulamentares,

a partir de 1.º de novembro vindouro,

ao Chefe de Distrito padrão CC-5 —

João Casemiro Júnior, mat. 16.565, do

12-DL.

Designação:

Designando o Oficial-Administrativo

classe "L" — José Maria dos Santos,

mat. 13.393, para responder pelo ex-

pediente do 12-DL, durante as férias

do respectivo Chefe.

9 meses e com base no período de
23 de fevereiro de 1941 a 21 de feve-
reiro de 1956. Aprovo a escala de 1
de janeiro a 30 de setembro de 1957,
proposta pelo D.A.G.

N. 1.034.677-54 — Hermenegildo
de Barros Batista do Espírito Santo,
matricula n.º 55.329 — Licença-prêmio
deferida pelo prazo de 3 meses e com
base no período de 28 de maio de
1948 a 28 de janeiro de 1952, tendo
gozado 10 dias, aprovo a escala para
gozo do restante para 19-11-56 a 18
de janeiro de 1957, proposta pelo
D.A.G.

Serviço de Fiscalização

MULTAS APLICADAS PELO DE- PARTAMENTO DE ABASTECI- MENTO

Processo n.º 2.001.976-56:

N. 4.463 — Aires Corrêa, matricula
n.º 3.825 — Infração do item 2-IV,
do art. 30, do Decreto n.º 13.112, de
27 de dezembro de 1955 — Cereais.

N. 8.643 — Antônio Francisco No-
vo, matricula n.º 181 — Infração do
item I, do art. 30, do Decreto nú-
mero 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Flores e plantas.

N. 8.644 — Joaquim David P. da
Silva, matricula n.º 4.840 — Infração
do item I, do art. 30, do Decreto
n.º 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Flores e plantas.

N. 8.645 — Valentim Fernandes,
matricula número 548 — Infração do
item I, do art. 30, do Decreto nú-
mero 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Flores e plantas.

N. 8.646 — Antônio Teixeira Bor-
ges Filho, matricula n.º 1.130 — In-
fração do item XVIII, do art. 30, do
Decreto n.º 13.112, de 27 de dezem-
bro de 1955 — Verduras.

N. 8.647 — Manuel de Matos, ma-
trícula número 170 — Infração do
item XVIII, do art. 30, do Decreto
n.º 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Verduras.

N. 9.564 — Antônio Júlio Vilarau-
da, matricula n.º 6.497 — Infração
do item XVIII, do art. 30, do Decreto
n.º 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Verduras.

N. 9.565 — Alberico Mendes, ma-
trícula número 6.666 — Infração do
item XVIII, do art. 30, do Decreto
n.º 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Verduras.

N. 63.590 — Luís Escaler, matrí-
cula número 4.598 — Infração do
item XXIX, do art. 30, do Decreto
n.º 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Flores e plantas.

N. 63.591 — João Ferreira, ma-
trícula número 3.613 — Infração do
item XXIX, do art. 30, do Decreto
n.º 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Flores e plantas.

N. 78.112 — Maria da Glória Ra-
bêlo, matricula n.º 1.908 — Infração
do item XIII, do art. 30, do Decreto
n.º 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Aves e Ovos.

N. 78.113 — Gianuário Feme, ma-
trícula número 4.808 — Infração do
item XIII, do art. 30, do Decreto
n.º 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Verduras.

N. 78.114 — José Freire da Silva,
matricula n.º 1.396 — Infração do
item XIII, do art. 30, do Decreto

n.º 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Verduras.

N. 78.115 — Humberto Moraes dos
Santos, matricula n.º 6.656 — In-
fração do item XXIX, do art. 30, do
Decreto n.º 13.112, de 27 de dezem-
bro de 1955 — Cereais.

N. 78.116 — Jesus Alves de Paula,
matricula número 5.295 — In-
fração do item XXX, do art. 30, do Decreto
n.º 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Cereais.

N. 78.374 — Irineu Dias de Al-
meida, matricula n.º 2.318 — In-
fração do item V, do art. 30, do Decreto
n.º 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Verduras.

N. 79.433 — José de Sousa Pa-
llo, matricula n.º 1.788 — In-
fração do item XXIX, do art. 30, do Decreto
n.º 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Aves e Ovos.

N. 82.507 — Ari Pereira L. S.,
matricula n.º 3.531 — Infração do
item IV, do art. 30, do Decreto nú-
mero 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Café em pó.

N. 82.508 — Humberto Segundo
Lente, matricula n.º 3.711 — In-
fração do item IV, do art. 30, do De-
creto n.º 13.112, de 27 de dezembro
de 1955 — Café em pó.

N. 82.509 — Edgard Marques,
matricula n.º 1.796 (Cabecreira) —
Infração do item V, do art. 30, do
Decreto n.º 13.112, de 27 de dezem-
bro de 1955 — Biscoitos.

N. 82.510 — Veldir Monteiro Pa-
mos, matricula n.º 1.343 (Cabecreira)
— Infração do item XIV, do art. 17,
do Decreto n.º 12.190, de 6 de agosto
de 1953 — Biscoitos.

N. 82.517 — Antônio José Pereira
matricula n.º 73 (Cabecreira) — In-
fração do item V, do art. 30, do Dece-
to n.º 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Temperos.

N. 82.518 — Joaquim Neto ma-
trícula n.º 472 (Cabecreira) — In-
fração do item V, do art. 30, do Dece-
to n.º 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Miudezas.

N. 82.519 — Olímpio Baluado,
matricula n.º 1.093 — Infração do
item IV, do art. 30, do Decreto nú-
mero 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Verduras.

N. 82.821 — Manuel R. Henri-
ques, matricula n.º 3.482 — Infração
do item V, do art. 30, do Decreto
n.º 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Flores e plantas.

N. 82.822 — Valentim Fernandes,
matricula número 548 — Infração do
item XXVI, do art. 30, do Decreto
n.º 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Flores e plantas.

N. 2.823 — Joaquim David P.
da Silva, matricula n.º 4.840 — In-
fração do item XXVI, do art. 30,
do Decreto n.º 13.112, de 27 de de-
zembro de 1955 — Flores e plantas.

N. 2.824 — Antônio Francisco No-
vo, matricula n.º 181 — Infração do
item XXVI, do art. 30, do Decreto
n.º 13.112, de 27 de dezembro de
1955 — Flores e plantas.

N. 2.825 — Benedito Estelito Car-
doso, matricula n.º 3.165 — Infração
do item XXIX, do art. 30, do De-
creto n.º 13.112, de 27 de dezembro
de 1955 — Cereais.

SECRETARIA GERAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Serviço de Expediente

BOLETIM N. 204

Dia 3-11-56

DESPACHOS DO SECRETARIO GERAL

Processos:

N. 1.012.612-56 — Lia Vidal de
Paula Pessoa, matr. n.º 1.255 — Li-

cença-prêmio, deferida pelo prazo de
9 meses, e com base nos períodos de
1-9-35 a 28-8-45 e 16-8-46 a 14-8-51.
Aprovo a escala de 2 de dezembro de
1956 a 28 de fevereiro de 1957, ficando
os seis meses restantes, para serem
marcados oportunamente de acordo com
o pedido do servidor.

N. 1.013.451-56 — Manuel Bar-
bosa de Oliveira, matr. n.º 29.407 —
Licença-prêmio, deferida pelo prazo de

Departamento de Veterinária

BOLETIM N. 150

Dia 31-10-56

DESPACHOS DO DIRETOR

Miguel Archanjo Sobrinho — Processo n. 2.062.502-56.

Amarina Mirza Áubler — Processo n. 2.062.387-56.

Carlos Luís Assis Barbosa e Costa — Proc. n. 2.062.488-56.

Fernandes Coutinho e Cia. Ltda. — (Matadouro, Modelo Meriti) — Processo n. 2.062.489-56.

— Deferido, de acordo com o informado.

RECOLHIMENTO DE RENDA

O D.V.T. recolheu aos cofres da Municipalidade pela Guia n. 7.901.030, a importância de Cr\$ 3.744.00 (três mil,

setecentos e quarenta e quatro centavos); pela Guia n. 7.901.031, a importância de Cr\$ 7.037,80 (sete mil, trinta e sete cruzeiros e oitenta centavos), e pela Guia n. 7.901.032, a importância de Cr\$ 3.112,60 (três mil, cento e doze cruzeiros e sessenta centavos).

Departamento de Indústria e Comércio

BOLETIM N. 16

Dia 1-11-56

DESPACHOS DO DIRETOR

Portaria n. 7. — O Diretor do Departamento de Indústria e Comércio resolve designar, o Escriurário, cl. G — Antônio Rubini, matrícula n. 49.041, para substituir, por motivo de doença, o Escriurário, classe G — Terezinha Baeta Leal, matr. n. 50.314, na formação do Inventário do Serviço de Pesquisas (2-I.C.).

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Divisão do Pessoal

Folha de Gratificação, por Serviços Extraordinários, prestados pelos funcionários do Tribunal de Contas do Distrito Federal, durante o mês de setembro de 1956.

Matrícula	Nome	Classe	Importância Cr\$
Núcleo 1.990:			
3.776	João Felipe Pires de Carvalho	Of. Adm. cl. O	600,00
3.810	Neuza Odon de Souza	Of. Adm. cl. M	500,00
3.822	Francisco Valuche	Continuo cl. I	300,00
59.063	Ruth de Souza	Of. Adm. cl. L	600,00
61.391	Aurea Carvalho	Of. Adm. cl. L	500,00
61.444	João Manoel Alves	Continuo cl. H	450,00
61.525	José dos Santos	Continuo cl. H	450,00
61.531	Jorge de Andrade	Servente cl. G	450,00
61.548	Victorino Coppede	Servente cl. G	450,00
61.668	Adalberto Ribeiro Guimarães	Motorista Pd. I	800,00
62.494	Roberto Pereira Rangel	Escr. Ref. H	600,00
62.494	Alberto Gonçalves Filho	Escr. Ref. G	600,00
33.692	Sebastião Corsino de Brito	Escr. Ref. G	500,00
34.723	Ivaldo Solano dos Santos	Motorista Fef. I	450,00
Núcleo 2.049:			
5.803	Eugênio Conceição Pontes	Fisc. Vigl. cl. I	450,00
Núcleo 3.852:			
87.429	Armando Ferreira Saraiva	Trab. Ref. D	200,00
Núcleo 4.976:			
59.186	Nelson Horácio da Costa	Motorista cl. G	800,00
77.162	Waldir de Oliveira	Trab. Ref. D	200,00
TOTAL			8.900,00

Importa a presente folha de gratificações, em Cr\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos cruzeiros).

Divisão do Pessoal, 2 S. T. — Em 25 de outubro de 1956. — *Rinat da Matta* — Escriurário referência "G" — Matrícula n.º 83.697.

Folha de Gratificação, por Serviços Extraordinários, prestados pelos funcionários do Tribunal de Contas do Distrito Federal, durante o mês de setembro de 1956.

Matrícula	Nome	Classe	Importância Cr\$
2.227	Núcleo 1.990: Myriam Pimentel Romero	Of. Adm. cl. O	2.000,00
3.821	Cícero José Delmondes	Zelador cl. J	450,00
8.991	Irineu Rodrigues de Araújo	Continuo cl. H	450,00
8.993	Elias Abraham	Of. Adm. cl. L	600,00
16.652	Fernando Gonçalves Soares	Continuo cl. I	450,00
23.114	Luiz do Couto Ramos	Servente cl. I	800,00
43.454	Elia da Silva Lillão Raposo Liguori	Of. Adm. cl. L	800,00
59.793	José Rodrigues	Servente cl. G	450,00
61.382	Jacy Alves de Andrade	Motorista Pd. I	800,00
69.425	Orlando Gonçalves Curvello	Motorista Pd. I	800,00
83.144	Joaquim Ferreira Carneiro de Castro Lyra	Escr. Ref. G	500,00
TOTAL			8.100,00

Importa a presente folha de gratificações, em Cr\$ 8.100,00 (oito mil e cem cruzeiros).

Divisão do Pessoal, 2 S. T. — Em 25 de outubro de 1956. — *Rinat da Matta* — Escriurário referência "G" — Matrícula n.º 83.697.

MONTEPIO DOS EMPREGADOS MUNICIPAIS

ATOS DO DIRETOR

Portaria n. 387 de 31 de outubro de 1956

O Diretor do Montepio dos Empregados Municipais, resolve, usando das atribuições que lhe confere o art. 9.º, do Decreto n. 8.233, de 13 de setembro de 1945, e de acordo com o parecer emitido pelo Serviço Médico-Social, deste Montepio, conceder trinta (30) dias de licença, em prorrogação, a partir de 10 de outubro de 1956, nos termos do art. 153, do Decreto-lei número 3.770, de 28 de outubro de 1941, combinado com o art. 38, do Decreto-lei n. 9.558, de 8 de agosto de 1946, ao Servente extranumerário mensalista, ref. «F» — Armando José Ceccato, mat. n. 891.

Portaria n. 388 de 31 de outubro de 1956

O Diretor do Montepio dos Empregados Municipais, resolve, usando das atribuições que lhe confere o art. 9.º, do Decreto n. 8.233, de 13 de setembro de 1945, e de acordo com o parecer emitido pelo Serviço Médico-Social, deste Montepio, conceder sessenta (60) dias de licença, em prorrogação, a partir de 16 de outubro de 1956, nos termos do art. 156, do Decreto-lei n. 3.770, de 28 de outubro de 1941, ao Enfermeiro, padrão «J» — Marina Pinto Duarte, mat. 821.

Portaria n. 389 de 31 de outubro de 1956

O Diretor do Montepio dos Empregados Municipais, resolve, usando das atribuições que lhe confere o art. 9.º,

do Decreto n. 8.233, de 13 de setembro de 1945, e de acordo com o parecer emitido pelo Serviço Médico-Social, deste Montepio, conceder quinze (15) dias de licença, inicial, a partir de 11 de outubro de 1956, nos termos do art. 153, do Decreto-lei n. 3.770, de 28 de outubro de 1941, ao Controlador, padrão «L» — Avanir de Oliveira Magalhães, mat. n. 734.

Portaria n. 390 de 31 de outubro de 1956

O Diretor do Montepio dos Empregados Municipais, resolve, usando das atribuições que lhe confere o art. 9.º, do Decreto n. 8.233, de 13 de setembro de 1945, e de acordo com o parecer emitido pelo Serviço Médico-Social, deste Montepio, conceder vinte (20) dias de licença, em prorrogação, a partir de 8 de outubro de 1956, nos termos do art. 153, do Decreto-lei número 3.770, de 28 de outubro de 1941, ao Oficial Administrativo, classe «J» — Alzira Mansur, mat. n. 540.

Expediente de 3 de novembro de 1956

DESPACHOS DO CHEFE DA DIVISÃO DE CONTRÔLE (M-3)

Majoração de pensão:

N. 330.375-56 — Manuel Lopes de Almeida — Deferido.

N. 324.871-56 — Cândido da Silva — Queira comparecer ao 6.º andar o Montepio dos Empregados Municipais, a Sra. Cremilda Peixoto da Silva, para tratar de assunto de seu interesse.

N. 323.844-55 — Maria Dionísia de Araújo — «Atendido em parte».

Restituição:

- N. 329.961-56 — José de Figueiredo Filho.
N. 330.017-56 — Elizeu Xavier Pinheiro.
N. 330.037-56 — Joaquim de Almeida Paula.
N. 330.041-56 — Stélio Augusto Pereira.
N. 330.665-56 — Francisco de Oliveira Pena.
N. 330.772-56 — José Simplicio.
N. 330.773-56 — José Lima Santos.
N. 330.791-56 — Pedro Izidoro dos Santos — Deferido.

DESPACHOS DO CHEFE DA CARTEIRA DE PENSÕES E AUXÍLIOS (M-41)

- N. 304.023-55 — João Mendonça de Barros — Compareça urgente os Srs. General Teixeira de França e o Sr. Procônio.
N. 331.077-56 — Idalino Gonçalves de Araújo — «Faça, preliminarmente, a prova de exclusão de Dáurea e Rute de Araújo, filhas do ex-contribuinte».

- N. 330.928-56 — Antônio de Lemos — Faça as provas de exclusão de filhos Hilda e Silvío.

- N. 330.458-56 — Jerônimo Pereira Vilela — Compareçam os pensionistas Ari e Conceição.

- N. 330.634-56 — Maria da Conceição Mendonça de Carvalho — Compareça, trazendo a certidão de nascimento.

- N. 322.979-56 — Décio Amaral Filho — Compareça munido de sua certidão de casamento.

- N. 330.573-56 — Maria Tereza Pacheco da Rocha — Faça processar o testamento e volte com a ordem judicial para seu cumprimento.

- N. 330.064-56 — Elpidio Trindade da Silva.

- N. 310.792-56 — Natalino Antônio

- N. 330.759-56 — Gentil de Castro

- N. 330.563-56 — Pedro da Costa

- N. 330.611-56 — Sebastião Soares Botelho.

- N. 330.413-56 — Sebastião Antunes

- N. 327.068-56 — José dos Santos

- N. 323.290-56 — Genésio Inácio

- N. 329.901-56 — Antônio Cande-

- lário Franca.

- N. 330.641-56 — Bráulio Teixeira

- Lima.

- N. 323.798-56 — Acir Correia Al-

- berto.

- N. 323.193-56 — João Nunes Barros.

- N. 329.056-56 — Marcelino Veloso

- da Silva.

- N. 330.955-56 — Elza Rodrigues.

- N. 329.253-56 — Adelaide Vila

- Forte Melo — Compareça urgente.

Serviço de Empréstimos Imobiliários

M-19

Expediente de 1 de novembro de 1956

DESPACHOS DO CHEFE DO SERVIÇO DE EMPRÉSTIMOS IMOBILIÁRIOS — M-19

Ermindo Ribeiro — Processo número 320.151-56.

Oswaldo Pires — Proc. 320.148-56 — Inscrevam-se e paguem a taxa de avaliação.

Gerson Tavares de Oliveira — Processo 322.357-56.

Hélio Lopes da Costa — Processo n. 326.646-56 — Apresentem outros meios de renda.

Araci Gonçalves de Siqueira — Processo 328.864-56.

José Lima — Proc. 310.091-53 — Compareçam para esclarecimentos.

Moacir Ferreira Campos — Processo 326.242-56 — «Apresente apólices seguro contra fogo e pague a taxa de fiscalização».

João Batista de Melo — Processo 327.863-56.

Benjamin da Silva Nunes — Processo 327.857-56 — Apresentem a documentação.

Carmen Travassos Costa — Processo n. 309.380-56.

Antenor Soares de Assis — Processo 323.806-56 — Completem a documentação.

Lêa da Rocha Santoro — Processo 308.097-56 (Insc. 2.463) — Apresente escritura devidamente registrada.

Fernando Armando D'Alvear — Processo 326.330-56 — Insc. 2.834 — Compareça ao M-19.

TERMOS DE CONTRATO

SECRETARIA GERAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Serviço de Expediente

Retificação

(Diário Oficial de 25-10-56 — fls. 10172-3)

Térmo de contrato para aquisição do material abaixo discriminado, que entre si fazem a Prefeitura do Distrito Federal etc. etc.

No início do contrato:

1ª Linha — onde se lê: doze — leia-se: onze.

Cláusula primeira:

12ª Linha — onde se lê: antivibratório — leia-se: antivibratório.

23ª — 24ª Linhas — onde se lê: suporte rodízio — leia-se: suporte antivibratório montado sobre rodízio.

Cláusula terceira:

20ª Linha — onde se lê: e dois — leia-se: e seis, desta Secretaria Geral.

Excluem-se: 21ª — 22ª — 23ª — 24ª — 25ª linhas.

26ª Linha — onde se lê: taria Geral. Quarta — leia-se: Quarta.

Cláusula oitava.

5ª Linha — onde se lê: material — leia-se: material.

Nas assinaturas:

1ª Linha — onde se lê: Darcy — leia-se: (As.) Darcy.

Visto:

1ª Linha — onde se lê: Fernando — leia-se: Fernando.

(Diário Oficial de 27-10-56 — fls. 10268-9)

Térmo de contrato para aquisição do material abaixo discriminado, que entre si fazem a Prefeitura do Distrito Federal etc. etc.

No início do contrato:

13ª Linha — onde se lê: 514-16 — leia-se: 514-6.

17ª Linha — onde se lê: julho — leia-se: julho.

19ª Linha — onde se lê: Aquisição — leia-se: Aquisição.

Cláusula primeira:

12ª Linha — onde se lê: M M m2". — leia-se: M.V. 30m2.

18ª — 19ª Linhas — onde se lê: caldeira — leia-se: caldeira.

41ª Linha — onde se lê: fornalha acabada com tijolos — leia-se: fornalha internamente acabada com tijolos.

55ª Linha — onde se lê: combustível — leia-se: combustível.

63ª Linha — onde se lê: termômetros — leia-se: termômetro.

89ª Linha — onde se lê: Chave para — leia-se: Chave blindada para
97ª — 98ª Linhas — onde se lê: mencionada — leia-se: mencionada.
99ª Linha — onde se lê: tancit — leia-se: tância.

Cláusula terceira:

8ª — 9ª Linhas — onde se lê: n.c. 14.011 d e — leia-se: 14 011, de

13ª Linha — onde se lê: Decretos c — leia-se: Decreto

18ª Linha — onde se lê: Decreto n. c — leia-se: Decreto

33ª Linha — onde se lê: Decreto n. c — leia-se: Decreto

43ª Linha — onde se lê: Cr\$ 1 000,00 — leia-se: Cr\$ 100,00

44ª Linha — onde se lê: 2 9e — leia-se: 29 e

Sexta:

3ª — 4ª Linhas — onde se lê: Cr\$ 549.000,00 — leia-se: Cr\$ 459.000,00.

5ª Linha — onde se lê: corre — leia-se: correrá

Cláusula nona:

5ª Linha — onde se lê: livro — leia-se: livro

8ª Linha — onde se lê: Hospitece — leia-se: Hospitec

10ª Linha — onde se lê: sos — leia-se: os

12ª Linha — onde se lê: do Distrito — leia-se: do Distrito

Final do contrato:

17ª Linha — onde se lê: Prefeitura — leia-se: Prefeitura

Nas assinaturas:

1ª — 2ª Linhas — onde se lê: Darcy — leia-se: (As.) Darcy

Visto:

2ª Linha — onde se lê: bq — leia-se: pd

(Fls. 10267)

Térmo de contrato para aquisição do material abaixo discriminado, que entre si fazem a Prefeitura do Distrito Federal etc. etc.

No cabeçalho do contrato:

1ª Linha — onde se lê: de — leia-se: do

No início do contrato:

20ª Linha — onde se lê: Sangue nos — leia-se: Sangue, do Departamento de Assistência Hospitalar nos

Nas assinaturas:

1ª Linha — onde se lê: Darcy — leia-se: (As.) Darcy

5ª Linha — onde se lê: Carvalho. — leia-se: Carvalho. Copiei fielmente: Adelfio Adelman de Carvalho — Oficial Administrativo cl. J mat. 19.985. Confere: Marg. da

Maria de Castro Moreira da Silva — Oficial Administrativo cl. K mat. 45.960. Visto: Fernando Taveira

Chefe do Serviço de Expediente pd. CC-5 mat. 33.513.

Térmo de contrato para aquisição do material abaixo discriminado, que entre si fazem a Prefeitura do Distrito Federal e a firma Sociedade Importadora Grassi Ltda.

Material: Aparelho de Raios X, dentário;

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de mil novecentos e cinquenta e seis, na Secretaria-Geral de Saúde e Assistência, da Prefeitura do Distrito Federal, no Edifício Marechal Deodoro, sito na Avenida Graça Aranha n.º 81 — 5.ª andar, compareceu o Senhor Erber Roberto sócio-gerente da firma Sociedade Importadora Grassi Ltda. estabelecida na Rua Senador Dantas n.º 76, sala loja, nesta Capital, que declarou, de conformidade com o resultado da concorrência pública n.º 40, de 24 de agosto de 1956, realizada pela Comissão de Aquisição de Material, comprometer-se ao fornecimento do material que é objeto do presente contrato, destinado ao Dispensário de Lepre n.º 2 — Serviço de Lepre do Departamento de Higiene nos termos de sua proposta apresentada à aludida concorrência pública, sujeitando-se a firma contratante a todas as condições do Edital da mesma e às cláusulas a seguir dis-

criminadas: — Primeira: A firma Sociedade Importadora Grassi Ltda. se obriga a fornecer e instalar um Aparelho de Raios X dentário, das fábricas "Weber Dental Manufacturing Co., "modelo" Raydex n.º 7", com capacidade de 15 MA. com 70 Kv. m. e as seguintes características: — Estativa fixa montada sobre base móvel, provida de rodas, coluna vertical situada sobre a base que sustenta o braço porta-tubo. O braço suporte do tubo é extensível e equipado com paradas ajustáveis de fricção. — Cabeça de tubo de raios X constando de transformador de alta tensão, transformador de filamento, tubo de raios X de foco linear de 1mm. Câmara de expansão especialmente larga, tudo isto imerso em óleo dentro de tanque anti-magnético, eliminando qualquer vibração, durante as exposições de raios X. — A cabeça do tubo é provida de um dispositivo para colocar um cone dentário e um cone maior para radiografias maiores com chassis de metal e escalas adequadas, duas tabelas de exposição e angulação para facilitar o trabalho do radiologista. — Mesa de comando contendo auto-transformador de ampla capacidade (15 MA. e 70 Kv. m.). — Estabilizador de filamento automático, tipo "Raytheon" e possibilidade de variações da filovoltagem de 45 até 70 Kv. de 3 em 3 Kv. m. Milliamperímetro com escala de 0,15 MA. Voltímetro de linha com escala de 0 até 130 para aferição da voltagem. Interruptor cronométrico manual, com variação de tempo de 1/4 de segundo até 12 segundos. Corta circuitos automáticos contra sobre-cargas. Comutador de linha destinado ao Dispensário de Lepre n.º 2 — Serviço de Lepre, do Departamento de Higiene, n.º 40, conforme de seu projeto apresentado à mencionada concorrência pública, na importância total de Cr\$ 105.000,00. — Segunda: O material em apreço será entregue e instalado imediatamente após o registro do presente contrato no Tribunal de Contas, da Prefeitura do Distrito Federal. — Terceira: A firma

contratante, para garantia da fornecimento e instalação em apreço, cautionou no Departamento de Contabilidade, da Secretaria-Geral de Finanças, a importância de Cr\$ 5.300,00 em 8 apólices do Decreto-lei n.º 4 780, de 5 de outubro de 1942, com 5 cupões 29 e seguintes, sendo: 5 Obrigações de Guerra no valor nominal de Cr\$ 1.000,00, de n.ºs 252.954-8 — Cr\$ 5.000,00 — 3 Obrigações de Guerra no valor nominal de Cr\$ 100,00 — de n.ºs 1.938.064-6 — Cr\$ 300,00; pela Guia n.º 5.750, de 15 de outubro de 1956, desta Secretaria-Geral.

Quarta: No caso de não serem cumpridas todas as obrigações neste assumidas pela firma e contratante a caução para sua garantia, constando da cláusula terceira, reverterá integralmente aos cofres da Prefeitura do Distrito Federal, caso em que essa

ses reserva o direito de alienar as apólices cautionadas. — Quinta: A caução de que trata a cláusula terceira só será liberada com autorização do Tribunal de Contas, provida a entrega e instalação do material em caução e decorrido o prazo de garantia (cláusula oitava).

Sexta: A despesa com o material em apreço, que importa no total de Cr\$ 105.000,00, correrá pela Verba 613 — Código 211,0 do orçamento vigente, onde foi devidamente empenhada. — Sétima: O presente contrato só entrará em vigor depois de registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando a Prefeitura do Distrito Federal por indenização alguma, no caso de denegação desse registro.

Oitava: A firma contratante se compromete a dar garantia pelo prazo de um ano ao material em apreço, contra qualquer defeito do material ou de fabricação, assim como assistência técnica voluntária de um ano.

Nona: O importe do expediente na importância de Cr\$ 20,00 — vinte cruzeiros — foi pago em selos muni-

elais, apostos e inutilizados no livro de contrato, na forma da lei. — O Senhor Erber Robert, sócio-gerente da firma Sociedade Importadora Grassi Ltda., apresentou todos os documentos de quitação de seus impostos federais e da Prefeitura do Distrito Federal, inclusive a Lei dos Dois Terços, bem como de quitação com a Justiça Eleitoral. — De acordo com o despacho do Excelentíssimo Senhor Prefeito exarado a 5 de outubro de 1956, no processo n.º 6.010.265, de 1956, desta Secretaria-Geral, eu, Hercília de Brito Banha, escriturário classe I, com exercício nesta Secretaria-Geral, para clareza e para que produza todos os efeitos legais e jurídicos, lavrei o presente contrato que lido e achado conforme pelas partes contratantes vai assinado pelo Doutor Darcy Bastos de Souza Monteiro, Secretário-Geral de Saúde e Assistência e representante, neste ato, da Prefeitura do Distrito Federal, pelo Senhor Erber Robert, sócio-gerente da firma Sociedade Importadora Grassi Ltda., e pelas testemunhas Doutores Eugênio de Andrade Lima e José Luiz Guimarães Santos, e por mim, que o escrevi. — Distrito Federal, em 25 de outubro de 1956. — Darcy Bastos de Souza Monteiro, Erber Robert, Eugênio de Andrade Lima, José Luiz Guimarães Santos, Hercília de Brito Banha. — Copiei fielmente: Iracy de Andrade, Aux. de Escritório, ref. E — matr. 416.216.

(N.º 31.809 — 3-11-56 — Cr\$ 459,00).

SECRETARIA GERAL DE VIAÇÃO E OBRAS

Retificação

Das cláusulas 1.ª, 2.ª e 3.ª, do Termo Aditivo do Contrato número 8/1955.

Na publicação de 27-10-1956, folhas n.º 10.270:

Cláusula 1.ª:

Onde se lê: ou por termofissão...

— Leia-se: ou por termosifão...

Cláusula 2.ª:

Onde se lê: Tribunal de Contas...

— Leia-se: Tribunal de Contas...

Cláusula 3.ª:

Onde se lê: Guia n.º... — Leia-se: Guia n.º 2.900.276 de 22 de outubro de...

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE

Retificação

No Diário Oficial de 31-10-1956, página n.º 10.428.

Contrato n.º 47

Onde se lê: Omitiu — Mário Lopes Galves, Jayme Fowler, Francisco da Costa Faria, Dario Soares Ferreira e Walter Schettini — leia-se: Omitir — Ass) Mário Lopes Galves, Jayme Fowler, Francisco da Costa Faria,

Dario Soares Ferreira e Walter Schettini.

No Diário Oficial de 31-10-1956, página 10.428.

"Contrato n.º 48"

Onde se lê: A. H. Schultze — amorteadores — dianteira — Quarta: A contratante elege para seu domicílio legal o Fórum da Capital Federal. Quinta: O presente contrato só terá validade depois de registrado no Egrégio Tribunal de Contas, não cabendo a contratante qualquer direito a reclamações ou indenizações no caso de impugnação deste pelo citado Tribunal de Contas, salvo a restituição de depósito feito como garantia do presente. Sexta: A caução na importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) em moeda corrente efetuada pela guia número 265 deste T.C.M., de 22-10-1956 e a guia de caução número 25.285 de 22-10-1956 do Departamento do Tesouro, como garantia deste contrato reverterá em favor dos cofres Municipais, caso deixe a contratante aqui contidas, sem que lhe assista o direito de protesto ou embargo. — a saber — Doutor Mário Lopes Galves I Superintendente de Transporte. — Mário Lopes Galves, A. H. Schultze, Dario Soares Ferreira, Antenor dos Santos Marques e Walter Schettini

Leia-se: A. H. Schultze — amorteadores — dianteiros — Quarta: A contratante elege para seu domicílio legal o Fórum da Capital Federal para dirimir qualquer dúvida futura. Quinta: O presente contrato só terá validade depois de registrado no Egrégio Tribunal de Contas, não cabendo a contratante qualquer direito a reclamações ou indenizações no caso de impugnação deste pelo citado Tribunal de Contas, salvo a restituição de depósito feito como garantia do presente. Sexta: A caução na importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) em moeda corrente, efetuada pela guia número 265 deste T.C.M., de 22-10-1956 e a guia de caução número 25.285, de 22-10-1956 do Departamento do Tesouro, como garantia deste contrato, reverterá em favor dos cofres Municipais, caso deixe a contratante de cumprir qualquer das obrigações aqui contidas, sem que lhe assista o direito de protesto ou embargo. — a saber — Doutor Mário Lopes Galves, Superintendente de Transporte. — Ass.) Mário Lopes Galves, A. H. Schultze, Dario Soares Ferreira, Antenor dos Santos Marques e Walter Schettini.

Omitiu: Copiel Fielmente: Wilson da Silva Paixão, matr. 83.104. Confere: Celeste dos Santos Moura, matrícula 77.307. Visto: Dario João Nogueira Júnior, Presidente do T.C.M., matr. 2.210.

Guia de Recolhimento Verba Bancária

Preço: Cr\$ 0.40

À VENDA

Avenida Rodrigues Alves 1

Agência I - Palácio da Fazenda

ATENDE-SE A PEDIDOS PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL

EDIÇÕES

DO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

Lei Orgânica do Ministério Público da União —

Div. n.º 520 2,00

Readaptação do Funcionário Civil ao Serviço Público Federal — Div. n.º 622 1,50

Constituição dos Estados Unidos do Brasil — (formato pequeno) — Div. n.º 559 15,00

Curso de formação de professores de surdos-mudos — Divulgação n.º 636 1,20

Portaria n.º 398, de 14-11-51 — Plano de padronização de contabilidade das empresas de transporte aéreo — Divulgação n.º 647 15,00

Decreto n.º 30.513, de 7-2-52 — Dispõe sobre a majoração dos salários do pessoal das empresas de navegação pertencentes ao patrimônio nacional — Div. n.º 648 1,00

**SECRETARIA GERAL
DE ADMINISTRAÇÃO****Departamento do Pessoal
Serviço de Informações****EDITAL N. 61-56**

"O Departamento do Pessoal comunica a quem interessar possa, que Ivo Guimarães Mariz se habilitou ao recebimento de 10 (dez) apólices da Dívida Pública da União, de números 1.561.053 a 1.561.062 e que se acham em caução como garantia da fiança do cargo de Despachante Municipal de seu pai, José Guimarães Mariz, em virtude de seu falecimento".

(Proc. n. 1.051.155-53).

Em 20 de outubro de 1956. — *Honório Marciano Corrêa*, Chefe do 8-PS.

EDITAL N.º 62-56

"O Departamento do Pessoal comunica a Carlos Haroldo Porto Carreiro de Miranda, que deverá comparecer ao Serviço de Informações (8-PS), à Avenida Erasmo Braga, n.º 118-B Tororo, a fim de cumprir exigência conforme despacho do Ilmo. Sr. Secretário Geral de Administração, exarado no processo n.º 1.012.502-56.

Em 12 de outubro de 1956. — *Honório Marciano Corrêa*, Chefe do 8-PS.

EDITAL N. 63-56

"O Departamento do Pessoal comunica a quem interessar possa, que se habilitou ao recebimento do mês de funeral, nos termos do artigo 173 do Estatuto, Erica Lindhorst Moreira, em virtude do falecimento do ex-servidor José Lopes da Costa Moreira, matrícula n.º 13.257, falecido em 16 de agosto de 1956, cujo estado civil declarado na certidão de óbito é o de casado".

(Proc. n. 1.030.357-56).

EDITAL N.º 64-56

O Departamento do Pessoal faz ciente a Armino Pereira da Silva, que, de acordo com o que consta do Processo n.º 1.035.013-53, deverá comparecer em sua sede, à Avenida Erasmo Braga n.º 118-B, loja, a fim de ultimar o expediente de admissão. (Proc. n.º 1.035.013-53). Em 25 de outubro de 1956. — *Honório Marciano Corrêa*, Chefe do 8-PS.

**Comissão de Processo
Administrativo****EDITAL**

De ordem do Sr. Presidente da Comissão de processo administrativo instaurado pela Portaria número 524 de 28 de julho de 1956, intimo o Sr. Waldemiro Pires, mat. n.º 22.079 calceteiro padrão 22, que nos termos do disposto no art. 237, do Decreto-lei n.º 3.770 de 1941, para apresentar sua defesa, dentro do prazo de dez (10) dias, no processo administrativo a que responde, por abandono de emprego.

Distrito Federal, 29 de outubro de 1956. — *Heitor Monteiro de Carvalho*, Secretário.

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo, designada pela Portaria n.º 619 de 30 de agosto de 1956, do Exmo. Sr. Prefeito do Distrito Federal, Faz Saber ao Senhor Francisco Rodrigues de Oliveira, Fiscal de Vigilância, classe "I", matrícula n.º 15.538, que deverá comparecer dentro de oito dias à rua Eva-

EDITAIS E AVISOS

risto da Veiga, 95 sobrado, onde se acha instalada a Comissão, a fim de apresentar defesa no Processo Administrativo a que responde.

Distrito Federal, 1 de novembro de 1956. — *Darcy José de Campos* — Presidente.

**SECRETARIA GERAL
DO INTERIOR E SEGURANÇA****Departamento de Fiscalização****Delegacia Fiscal
da Inflamáveis****2-FS****EDITAL**

O Delegado Fiscal da Delegacia Fiscal de Inflamáveis 2-F.S. faz saber que, em virtude de não terem sido pagas dentro do prazo legal as guias abaixo relacionadas ficam as mesmas canceladas e sem nenhum efeito legal:

N.º 837.375 — Mario Pereira — Bar — Rua Alvaro de Miranda número 383-B.

N.º 837.816 — Luiz de Faria — Carvoaria — Rua das Missões número 267.

N.º 998.451 — A. Machado & Machado — Rua Clarimundo de Melo n.º 400 — fundos.

N.º 835.837 — Julia Maria Fraga — Rua Projetada 2 n.º 47.

Em 10 de outubro de 1956. — *Milton Rodrigues*, Delegado Fiscal de Inflamáveis.

33.ª C. F. — Guaratiba**EDITAL**

O Delegado Fiscal da 33.ª C.F. — Guaratiba, faz público que, não tendo sido apresentada a nenhum Distrito de Arrecadação as guias n.º 976.192 e 976.193 de 22 de outubro de 1956, de Renda Eventual — Multas, fornecidas a Marcelino Hermida.

Fica declarada pelo presente edital, invalidada a referida guia para todos os efeitos.

Em 26 de outubro de 1956. — *José Henrique Renovato* — Matrícula 52.404.

**SECRETARIA GERAL
DE EDUCAÇÃO E CULTURA****Departamento de Educação
Técnico-Profissional****EDITAL N.º-6-56****CONCURSO DE LINGUA PÁTRIA**

Comunico aos interessados que a prova de seleção do «Concurso de Língua Pátria» instituído pela Lei n.º 632, de 1 de outubro de 1951, regulamentado pelo Decreto n.º 12.008, de 14 de abril de 1953, e modificado pelo Decreto número 13.010, de 28 de agosto de 1956, será realizada quarta-feira, dia 7 de novembro, às 9 horas, na Escola Industrial Sousa Aguiar, à Avenida Gomes Freire n.º 490 — Centro.

Os candidatos deverão comparecer a esse estabelecimento meia hora antes da realização da prova, munidos de caneta-tinteiro ou lápis-tinta.

Em 3 de novembro de 1956. — *Francisco Martins Capistrano*, Diretor do D.E.T.

**Departamento de Prédios
e Aparelhamentos Escolares****Comissão de Concorrências****QUADRO DEMONSTRATIVO**

Concorrência pública n.º 20, realizada em 31 de outubro de 1956, para execução de obras de reparação, instalação e adaptação no prédio do Ginásio Municipal Bento Ribeiro, à rua Paraguai, 112, Meier.

Concorrentes: — Amaral, Beves & Cia, Ltda., com o preço de Cr\$ 290.000,00 (duzentos e noventa e mil e novecentos cruzeiros).

Prazo de 4 (quatro) meses.

Em 31 de outubro de 1956. — *José Antônio Lima Guimarães*, Presidente da Comissão, matrícula 3.535. — *Alvaro Pavan*, Secretário da Comissão, matrícula 3.525.

Departamento de Educação Primária**EDITAL N.º 85-DEP****(Convocação de Diretores)**

De ordem do Sr. Diretor, comunico que se encontrem vagas as Escolas 5-8 Afrânio Peixoto, 6-15 Rocha Penn e 7-19 Frota Pessoa e convido os Senhores Diretores, interessados na remoção, a comparecerem ao Departamento de Educação Primária, na Av. Erasmo Braga n.º 118 — 8.º andar, no próximo dia 5 (segunda-feira), às 14 horas, de acordo com a classificação abaixo:

Classificação	Nome	Matrícula
1.º	Violeta Guimarães Lirio	10.949
2.º	Ruth Malataia	19.863
3.º	Arvaldina Valente Rolim	30.221
4.º	Maria Mendes Lima Girão	10.680
5.º	Nair de Oliveira Barbosa	19.627
6.º	Rosina Nathalia Ciudice	13.740
7.º	Nair Viegas de Oliveira	23.004
8.º	Cleira Queiroz de Oliveira	24.282
9.º	Perminia Maydana Mondt	10.804
10.º	Hélia de Alvarenga Costa	26.819
11.º	Jacy Ormord Ribeiro Bastos	27.048
12.º	Iracema de Brito da Silveira	24.395
13.º	Lydia Rachado Wernick	24.417
14.º	Ilda Tavares de Araújo	24.598
15.º	Lucy Moreira de Barros	23.351
16.º	Juracy Lisboa de Oliveira	21.796
17.º	Yolanda Alzira Ferreira	10.745
18.º	Anna Mello Soares	21.316
19.º	Gilza Braga de Oliveira	32.006
20.º	Lydia Vigió Gomes	27.042
21.º	Virgínia Gonçalves dos Santos	14.920
22.º	Altair de Almeida Mendonça	30.261
23.º	Olga Vasques Peres	21.842
24.º	Maria Paula Figueiredo Pinheiro	19.847
25.º	Yclanda Rezende Peres	28.265
26.º	Edith Gomes da Rocha	14.905
27.º	Maria Helena Campos dos Santos	20.841
28.º	Dahyl Nóbrega	10.634
29.º	Jacy Altino Dória	22.216
30.º	Lúcia Perdigão Silveira Lemos	18.762
31.º	Isolina Seize Silveira Lemos	18.762
32.º	Ítala de Figueiredo Fernandes	05.792
33.º	Rosa Gonçalves Marques	21.045
34.º	Anahyta Gonçalves Teixeira	04.345
35.º	Rosina Falbo	23.522
36.º	Clélia de Mattos Moraes	23.438
37.º	Áurea Loureiro Pellegrino	21.204
38.º	Carolina Duarte	28.273
39.º	Angélica Miranda de Abreu Gonçalves	27.405
40.º	Iracema Cavalcanti de Queiroz	21.753
41.º	Magdalena de Oliveira	27.662
42.º	Orlina Vigió Gomes	27.035
43.º	Heliisa Raposo Corrêa Lage	24.306
44.º	Mariandina Proença Castelo Branco	23.617
45.º	Cenyrá Leal Carvalho	14.962
46.º	Haydée Freire de Carvalho	25.332
47.º	Wanda da Silva Rodrigues	23.640
48.º	Clarice da Fonseca Martins	24.362
49.º	Odila de Salvo Castro Gonçalves	25.149
50.º	Alair Villaca Simões	32.505
51.º	Luiza Pinheiro Pinto Mendes	23.051
52.º	Leonor Bicalho Miranda Beltrão	21.871
53.º	Cacilda de Almeida Neves	19.616
54.º	Maria de Lourdes Ribeiro da Silva	21.426
55.º	Carmen Luiza Coelho Moreira	20.443
56.º	Ruth Campos Brício	22.499
57.º	Carmen Póvoas	22.975
58.º	Iracema Andrade Biolchini	19.289
59.º	Darci Souto Maior Bastos	32.238
60.º	Niolete Feital Vieira	21.339

61.º	Flora Nobre	6.939
62.º	Cirene Dias Paredes	21.643
63.º	Rizza Soares Pinto da Silva	21.033
64.º	Ruth Vieira da Silva Faria	27.103
65.º	Antonino Pedroso de Lima Filho	20.083

Distrito Federal, 29 de outubro de 1956. — Odele Lauro Santos, Chefe do 2-EP.

SECRETARIA GERAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Comissão de Aquisição de Material

Grupo n. 36

Material: Esterilização Centralizada de tipo embutido

Concorrência Pública n. 64

EDITAL N. 171

A Comissão de Aquisição de Material, turno público, para conhecimento dos interessados, que por despacho do Exm. Sr. Secretário Geral de Saúde e Assistência, exarado no processo n. 6 030.093-56, da S.G.S., está aberta a Concorrência Pública para a aquisição do material especificado.

As propostas deverão ser entregues no dia 30 de novembro de 1956, às 15 horas, na Sala de Concorrências, quando serão abertas pela Comissão de Aquisição de Material da Secretaria Geral de Saúde e Assistência, na Rua Santa Lúzia, 760 — 1.º andar.

As especificações e condições gerais, bases da presente Concorrência, fazem parte integrante deste Edital.

Quaisquer esclarecimentos julgados necessários serão prestados aos interessados na sede da Comissão de Aquisição de Material.

Sempre que o material, por sua natureza, comportar garantia e assistência técnica, deverão as firmas indicar o prazo de uma e outra.

Quando se tratar de vários materiais (conjunto), só serão aceitas as propostas que oferecerem preço global.

Ofício n. 626 do Hospital Geral Miguel Couto.

1 — Uma esterilização centralizada de a) Uma autoclave retangular, marca Renol de 60x120x30cm., para esterilização de campo, etc., aquecida a vapor direto.

b) Um autoclave marca Renol para esterilização rápida de ferros, e para emergência, elétrico 220V.

c) Duas estufas retangulares, para esterilização seca, tendo 50x50x40cm, elétricas 220 V.

d) Um grupo de painéis de aço inoxidável.

Descrição:

a) Um autoclave retangular marca "Renol" de 60x120x30cm., funcionamento a vapor direto, através de válvula redutora para 2,5 atm.

Consumo de vapor: 45 quilos por hora em média.

Pressão de funcionamento: 2,5 atm. correspondente a 138°

Pressão de experiência: 3 atm podendo ser fornecido se exigido for, o gráfico comprovante da experiência.

Tipo do aparelho: Embutido com painel para colocação dos manômetros e dos registros de comando.

Constituído de duas camisas de aço de 8mm reforçadas entre si por cavaletes internos soldados e ambas as paredes. Pela frente são soldados a um arco frontal de 2"x2" por solda elétrica. Este marco leva um rasgo

destinado a colocação da gacheta de vedação da porta, em borracha de 1". O fundo é também constituído de uma única chapa de 8mm. soldada a ambas as câmaras.

Porta e boca do autoclave: Em volta do marco é soldado um cinturão de aço de 7/8"x7", com 12 rasgos frezados ao encaixe das aranhas da porta e reforçada com uma moldura de aço de 3/4" de espessura, perfeitamente lisa e girando sobre duas dobradiças de aço de dupla articulação e movimento suave, por ser montada sobre rolamento de esferas.

1 — O acionamento do mecanismo da porta é feito por meio de um volante de 300mm., com punhos de madeira que aciona um conjunto redutor embutido na própria porta e constituído de engrenagens e parafusos sem fim, estes com sua rotação provocam o deslocamento do dispositivo de suporte de 12 aranhas de aço fundido, que com seu movimento as obriga a encaixar nos rasgos do marco da porta.

As aranhas são de aço de 5/8" de espessura e de feito apropriado para a pressão da câmara interna.

Um sistema de lubrificação garante o funcionamento suave do mecanismo. A porta é revestida de uma capa de aço pintada a fogo, de linhas modernas abrigando todos os mecanismos isolando termicamente a porta.

A Câmara interna possui um revestimento da chapa de aço inox número 20 tendo 3 prateleiras móveis.

Isolamento: Todo o autoclave é revestido de uma camisa externa de chapa de aço n. 20 de 30mm. de lá de vidro, para seu isolamento.

Suporte: Todo o conjunto apoia uma estrutura de perfisados soldados ao corpo das autoclaves e esmaltado, e também munido dos ... dores.

Comando centralizado Renol: Constituído de uma série de válvula de construção especial cuja abertura e fechamento é operada por meio de um único eixo de comando que centraliza num único volante todas as operações que eram feitas pela abertura e fechamento de combinações de registro.

O controle é visual por dizeres indicativos da operação correspondente a cada posição do volante, eliminando-se, desta forma, a necessidade de pessoal especializado treinado.

1 — Instrumentos de controle: A instalação será munida de todos os acessórios necessários a seu funcionamento como sejam:

Manômetro e manovacumetro para controle das pressões das duas câmaras.

Ejetor para a produção de vácuo na câmara interna.

Termômetro para controle de temperatura de esterilização.

Válvula de segurança de tipo molida, de grande capacidade.

Válvula de ar, com filtro de latão.

Condensador de vapor nas duas câmaras.

Registro de controle termográfico, a corda.

Tubulação de aço para ligação aos condensadores.

Controle de esterilização (Opcional): Por meio de relógio indicador de temperatura, com gráfico de controle.

b) Um autoclave marca "enol" para esterilização rápida de ferros etc., tendo 40cm.x60cm, de profundidade, e de emergência, para campo com aquecimento elétrico 220V.

Descrição: Um corpo cilíndrico horizontal, formado de dois cilindros de chapa de cobre de 2,5mm respectivamente, soldados autogenicamente, de forma a ter uma câmara externa de aquecimento.

As extremidades dos cilindros fixados por rebites em aros de ferro fundido. Num desses encontra-se aparafusando o fundo, também de material fundido e desmontável, e no outro encaixe a porta sobre vedação de borracha sintética.

A câmara interna estanhada com estanho puro.

A porta de bronze fundido, fixada ao aro da boca por meio de um tipo especial de dobradiça dupla, permitindo sua regulagem e sua compensação, o fecho da porta feito por volante central fundido, com aranhas encaixando no aro.

1 — Equipamento Interno: Na câmara interna é colocado um chassis de latão estanhado servindo de suporte as duas bandejas móveis destinadas a conter os instrumentos. As bandejas podem portanto correr dentro e fora do autoclave a fim de ser retiradas junto com seu conteúdo.

Regulagem da pressão do funcionamento: O aparelho quando munido do automático, é fornecido com 2 válvulas de pressão, calibradas para trabalhar em 15 ou 25 atm. (para luvas ou para campos) que mantêm automaticamente o aparelho na condição de trabalho desejado, com segurança e grande economia de energia.

Comandos e acessórios: Por válvula quadrupla que centralizado em uma única alavanca as quatro operações de formação de vapor, exaustão de ar, esterilização e secagem. Além disto, o autoclave terá seus acessórios normais, como sejam: Válvula de segurança, nível de tipo caldeira e demais registros de entrada de água e vapor, descarga úmida, purgador, manômetros, e mano-vacuumetro.

c) Descrição:

Um conjunto de duas estufas: para esterilização seca dos ferros, luvas e caixas, com controle automático de temperatura, fixado no painel frontal. Dimensões: 50x50x40cm.

Aquecimento: Elétrico de 220 volts e 1.200 watts com regulagem automática de temperatura entre 150° e 200°.

Construção: De aço inoxidável por dentro, com duas prateleiras móveis, dispositivo de regulagem e ventilação.

Capa externa esmaltada e isolada da câmara interna por lá de vidro. A porta, de parede dupla, interiormente de aço inoxidável, com dobradiças e trinco tipo geladeira, cromados.

1 — Painel de aço inoxidável: Construído por uma frente de chapa de aço inoxidável n. 18 na qual encontram-se embutidos os aparelhos descritos anteriormente, arrematados por moldura de latão niquela, onde necessário.

Este painel, para facilidade montagem e de inspeção dos aparelhos, é fixado pela frente, por meio de parafusos cromados, a uma sólida estrutura da cantoneira chumbada de aço inoxidável, sobressaem em volta de 1-2cm dando portanto o necessário arremate.

O preço a ser apresentado pelos concorrentes deverá incluir o custo total do conjunto de esterilização e seus acessórios e mais os trabalhos de instalação compreendendo a parte de alvenaria, vapor, força, esgotos etc. e demais serviços a ela concorrentes.

— Um — 1.

Local de entrega: Hospital Geral Miguel Couto.

Prazo de entrega: O material deverá ser entregue e instalado no prazo de 90 dias, a contar da data da aprovação pela autoridade competente.

Obrigações: Todas as firmas são obrigadas a fornecerem juntamente com as propostas de concorrência, demais elementos elucidativos planta prospectos de marca fabril e

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1956. — Washington de Castro — Médico padrão "Q" — Matrícula número 1.500 — Presidente da SCM — Valdemar Cecilio — Mat. 2.011.

Condições Gerais:

1. As propostas deverão ser datilografadas totalmente sem emendas, rasuras ou entrelinhas de qualquer espécie, em papel timbrado da firma proponente, devendo ainda reproduzir fielmente os dizeres das especificações — ou indicá-las minuciosamente no caso de similar, com o preço declarado por extenso e em algarismos e constar também a declaração de submissão integral e todas as cláusulas aqui mencionadas e as especificações que fazem parte integrante deste Edital.

2. As propostas deverão ser apresentadas dentro de invólucros fechados com a inscrição dos números do Edital e da Concorrência, em 3 (três) vias, com todas as folhas rubricadas e seladas as primeiras vias, da seguinte maneira:

Selo de Expediente — Cr\$ 3,00 (três cruzeiros).

Selo de Educação e Saúde — Cr\$ 1,50 (um cruzeiro e cinquenta centavos).

Selo Federal — Cr\$ 1,00 (um cruzeiro).

Se a primeira via da proposta constar de mais de uma folha datilografada, as folhas excedentes serão seladas com um Selo Federal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), por folha.

3. As propostas apresentadas para a presente concorrência, serão submetidas ao julgamento do Senhor Secretário Geral, insinuadas com parecer da Comissão. Esse parecer será baseado no que determinam o Regulamento Geral de Contabilidade Pública e as leis posteriores que regem a matéria.

4. As firmas não inscritas como fornecedoras da Prefeitura do Distrito Federal, deverão exibir, antes da abertura das propostas, os documentos que provem haver feito nos cofres da Prefeitura do Distrito Federal, um depósito de Cr\$ 1.000,00 (uma mil cruzeiros), em moeda corrente, mediante guia fornecida pela Comissão de Aquisição de Material.

5. A firma cuja proposta for aceita será obrigada a assinar um contrato, pelo qual terá de pagar a taxa de expediente e deverá recolher aos cofres da Prefeitura do Distrito Federal uma caução, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após, notificação recebida.

6. A caução a que se refere o item anterior, na importância de 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta, será prestada em moeda corrente ou em títulos, mediante guia da Secretaria Geral de Saúde e Assistência, para garantia do fornecimento ou instalação, e responderá pela fiel observância dos compromissos assumidos, revertendo aos cofres da Prefeitura do Distrito Federal se o contratado se esquivar ao cumprimento de qualquer das cláusulas contratuais, devendo constar do contrato, quando for o caso, que a Prefeitura do Distrito Federal, para esse fim se reserva o direito de alienar os títulos caucionados.

7. A caução em aprço será liberada com autorização do Tribunal de

Contas, provada a entrega do material em condições satisfatórias e de firma contratante ou rescisão legal corrido o prazo de garantia dado pela do contrato.

8. As cauções das firmas não inscritas, efetuadas a fim de tomarem parte nesta Concorrência, serão liberadas após a realização da mesma, desde que as propostas não tenham sido aceitas.

9. A validade dos preços será de 60 dias (sessenta dias). A partir da aprovação da concorrência pela autoridade competente.

10. O presente Edital foi elaborado de acordo com as determinações constantes do Regulamento Geral de Contabilidade Pública e Leis posteriores que regem a matéria.

11. De acordo com o que determina o artigo 2 do Decreto-Lei n.º 9.149, de 2 de fevereiro de 1948, combinado com o artigo 18 do Decreto n.º 5.018, de 113 de julho de 1934, o Secretário Geral de Saúde e Assistência se reserva o direito de transferir, mandar transferir ou anular a presente concorrência, se assim julgar conveniente aos interesses da Municipalidade, reclamação ou apelação judicial ou extrajudicial.

GRUPO N. 36

Material: — Consórtio da mesa de comando do aparelho de Raios X

CONCURRENCIA PÚBLICA N. 67

EDITAL N. 175

A Comissão de Aquisição de Material torna público para conhecimento dos interessados, que por despacho do Exmo. Sr. Secretário Geral de Saúde e Assistência, exarado no processo n.º 6.032.804-56-SGS, está aberta a Concorrência Pública para aquisição do material especificado.

As propostas deverão ser entregues no dia 4 de dezembro de 1956, até às 15 horas, na Sala de Concorrências, quando serão abertas pela Comissão de Aquisição de Material da Secretaria Geral de Saúde e Assistência, na Rua Santa Luzia n.º 760 — 1.º andar.

As especificações e condições gerais, bases da presente Concorrência, fazem parte integrante deste Edital. Quaisquer esclarecimentos julgados necessários serão prestados aos interessados na sede da Comissão de Aquisição de Material.

Sempre que o material, por sua natureza, comportar garantia e Assistência técnica, deverão as firmas indicar o prazo de uma e outra.

Quando se tratar de vários materiais que constituam uma só aparelhagem (conjunto), só serão aceitas as propostas que oferecerem preço global.

Of. n.º 1.227 — Do Departamento de Tuberculose.

Item — Material

1 — Consórtio da mesa de comando do aparelho de Raios X.

Local de consórtio: — 12.º Distrito Sanitário — Dispensário de Tuberculose.

Prazo de consórtio: — Declarar o prazo.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1956. — Manoela dos Reis — Mat. n.º 67.477. — Julia Leite Villela — Mat. n.º 6.844. — Conf.: — Beatriz Silva — Mat. n.º 3.913. — Comissão de Aquisição de Material — Washington de Castro — Médico pd. Q — Mat. n.º 1.500 — Presidente da S. C. M.

Condições gerais:

1. As propostas deverão ser datilografadas totalmente sem emendas, rasuras ou entrelinhas de qualquer espécie, em papel timbrado da firma proponente, devendo ainda reproduzir fielmente os dizeres das especificações — ou indicá-las minuciosamente no caso de similar, com o pre-

ço declarado por extenso e em algarismos e constar também a declaração de submissão integral e todas as cláusulas aqui mencionadas e às especificações que fazem parte integrante deste Edital.

2. As propostas deverão ser apresentadas dentro de invólucros fechados com a inscrição dos ns. do Edital e da Concorrência, em 3 (três) vias, com todas as folhas rubricadas e seladas as primeiras vias, da seguinte maneira:

Selo de Expediente — Cr\$ 3,00 (três cruzeiros).

Selo de Educação e Saúde — Cr\$ 1,50 (um cruzeiro e cinquenta centavos).

Selo Federal — Cr\$ 1,00 (um cruzeiro).

Se a primeira via da proposta constar de mais de uma folha datilografada, as folhas excedentes serão seladas com um selo federal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), por folha.

3. As propostas apresentadas para a presente Concorrência, serão submetidas ao julgamento do Senhor Secretário Geral, instruídas com o parecer da Comissão. Esse parecer será baseado no que determinam o Regulamento Geral de Contabilidade Pública e as leis posteriores que regem a matéria.

4. As firmas não inscritas como fornecedoras da Prefeitura do Distrito Federal, um depósito de Cr\$. 1.000,00 (hum mil cruzeiros), em moeda corrente, mediante guia fornecida pela Comissão de Aquisição de Material.

5. A firma cuja proposta for aceita será obrigada a assinar um contrato, pelo qual terá de pagar a taxa de expediente e deverá recolher aos cofres da Prefeitura do Distrito Federal uma caução, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após notificação recebida.

6. A caução a que se refere o item anterior, na importância de 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta, será prestada em moeda corrente ou em títulos, mediante guia da Secretaria Geral de Saúde e Assistência, para garantir o fornecimento ou instalação, e responderá pela fiel observância dos compromissos assumidos, revertendo aos cofres da Prefeitura do Distrito Federal se o contratando se esquivar ao cumprimento de qualquer das cláusulas contratuais, devendo constar do contrato, quando for o caso, que a Prefeitura do Distrito Federal, para esse fim, se reserva o direito de alienar os títulos caucionados.

7. A caução em apêço será liberada com autorização do Tribunal de Contas, provada a entrega do material em condições satisfatórias e decorrido o prazo de garantia dado pela firma contratante, ou rescisão legal do contrato.

8. As cauções das firmas não inscritas, efetuadas a fim de tomarem parte nesta Concorrência, serão liberadas após realização da mesma, desde que as propostas não tenham sido aceitas.

9. A validade dos preços será de 60 dias (sessenta dias), a partir da aprovação da concorrência pela autoridade competente.

10. O presente Edital foi elaborado de acordo com as determinações constantes do Regulamento Geral de Contabilidade Pública e leis posteriores que regem a matéria.

11. De acordo com o que determina o artigo 22 do Decreto-Lei n.º 9.149, de 2 de fevereiro de 1948, combinado com o artigo 18 do Decreto n.º 5.018, de 13 de julho de 1934, o Secretário Geral de Saúde e Assistência se reserva o direito de transferir, mandar transferir ou anular a presente Concorrência, se assim julgar conveniente aos interesses da Municipalidade, não sendo permitido ao licitante qualquer reclamação ou apelação judicial ou extra-judicial.

Departamento de Obras e Instalações

Comissão de Concorrências

Chama-se a atenção dos interessados para os editais de números 42, 43 e 44, publicados no Diário Oficial — Seção II, de 31 de outubro próximo passado, às páginas 10.432, relativos às concorrências públicas para:

“Construção de um muro de arrimo em concreto armado ciclópico e fundações da futura arquibancada do Campo de Esportes do Centro de Recreção do Hospital Colônia de Curupaiti, à rua Godofredo Viana n.º 64 Jacarepaguá”.

“Execução dos serviços de acréscimos na rede interna para abastecimento de água e na rede de esgotos do Parque Proletário Provisório n.º 4 situado na Avenida dos Democráticos sem número — em Amorim”.

“Execução dos serviços de complementação da instalação elétrica da rede externa, das ligações domiciliares e de todos os serviços da rede de iluminação do Parque Proletário Provisório n.º 4, situado na Avenida dos Democráticos sem número, — em Amorim”.

Outrossim, chama-se a atenção para a data da realização das mesmas concorrências, que será dia 20 de novembro corrente às 13, 14 e 15 horas respectivamente, e não a 18, como por lapso foi noticiado.

SECRETARIA GERAL DE VIAÇÃO E OBRAS

Departamento de Estradas de Rodagem

Serviço de Material

EDITAL N.º 48

Chamo a atenção dos interessados para as publicações dos editais abaixo mencionados, referentes à Concorrência Pública n.º 5 — Edital n.º 32, publicado no D.O. de 29 de setembro de 1956, às fls. 9.164 e 9.165:

Edital n.º 34, publicado no D.O. de 4 de outubro de 1956, às fls. 9.392.

Edital n.º 37, publicado no D.O. de 18 de outubro de 1956, às fls. 9.913.

Edital n.º 44, publicado no D.O. de 27 de outubro de 1956, às fls. 10.275.

DER, 29 de outubro de 1956. — Aydano de Almeida Corrêa Filho — DER-2.173 — Chefe do 5-ER.

EDITAL N. 49

Chamo a atenção dos interessados para o Edital n.º 43, referente à concorrência pública n.º 10, publicado no “Diário Oficial” de 29-10-56, à folhas 10.314 — correspondente ao fornecimento de material para laboratório de solos e betume.

DER, 30 de outubro de 1956. — Aydano de Almeida Corrêa Filho, DER-2.173, Eng. Chefe do 5-ER.

Departamento de Águas e Esgotos

Serviço de Expediente e Comunicações

EDITAL N.º 26

Chama-se a atenção dos interessados para o Edital n.º 26, referente a concorrência pública para a construção da Casa do guarda da estação elevatória de Bartolomeu Mitre, publicado no “Diário Oficial” — Seção II de 29 de outubro de 1956, página 10.321.

EDITAL N.º 27

Chama-se a atenção dos interessados para o Edital n.º 27, referente a concorrência pública para motorização e comando automático à distância dos registros de recalque e comportas das elevatórias de esgotos de Botafogo e Glória, publicado no “Diário Oficial” — Seção II de 29 de outubro de 1956, página 10.321.

O Departamento de Águas da Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal, comunica que entrará em cobrança o consumo de água por hidrômetro, 2.º semestre de 1955, no período de 16 a 30 de novembro p. vindouro, referente ao 3.º Distrito (atual 7.º Distrito), abrangendo as seguintes zonas:

Carlos Chagas — Bonsucesso — Ramos — Olaria (atual Pedro Ernesto) — Penha — Penha Circular — Braço de Pina — Cordovil — Parada de Lucas — Vigário Geral — Madureira — Vaz Lobo — Irajá — Vicente Carvalho — Turiassu — Rocha Miranda — Honório Gurgel — Pavuna — Colégio — Coelho Neto — Ilha do Governador — (Subúrbios da Leopoldina em geral).

Os próprios documentos serão remetidos para o local onde se acham instalados os hidrômetros, os quais poderão ser pagos em qualquer Distrito de Arrecadação da Prefeitura do Distrito Federal, conforme relação anexa:

1.º Distrito — Rua da Quitanda número 129.

2.º Distrito — Rua Mariz e Barros ns. 103 e 103-A.

3.º Distrito — Rua do Catete número 192.

4.º Distrito — Av. 13 de Maio número 64-C.

5.º Distrito — Rua Siqueira Campos ns. 36 e 36-A.

6.º Distrito — Rua Visconde do Rio Branco n.º 22.

7.º Distrito — Av. Graça Aranha n.º 57.

8.º Distrito — Rua do Riachuelo número 287.

9.º Distrito — Rua Dias da Cruz n.º 19.

10.º Distrito — Rua Carvalho de Souza n.º 264.

11.º Distrito — Travessa Etelvina n.º 2-B.

12.º Distrito — Rua Santa Luzia n.º 11 — 1.º andar.

14.º Distrito — Rua Dom Esberard n.º 50.

Para facilitar o andamento do serviço e melhor serem atendidos os responsáveis, pede-se a estes que venham munidos do último recibo de pagamento.

O Departamento só atenderá às reclamações feitas dentro do prazo acima estipulado, não se responsabilizando pelas reclamações retardatárias.

Os documentos que não forem pagos no período de 16 a 30 de novembro p. vindouro terão o acréscimo de multa de 10% sobre a taxa.

— Evandro Rebelo — Chefe do 9-AE.

Serviço de Expediente e Comunicações, 31 de outubro de 1956. — Copiado por: Fernando A. Leal — Matrícula 84.638. — Confere: Jorge Mcnezes de Lima — Matr. 89.564. — Visto: Julio Pinheiro Guerra — Matrícula 47.110. Chefe do Serviço de Expediente e Comunicações.

**SECRETARIA GERAL
DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA
COMÉRCIO**

Serviço de Engenharia Rural

EDITAL N. 11

Concorrência pública para obras de início de construção da sede da Estação Biológica do Serviço Florestal

1 — Está aberta a concorrência pública para obras de início de construção da sede da Estação Biológica do Serviço Florestal, conforme autorização exarada pelo Exmo. Sr. Secretário Geral em 30 de outubro de 1956, no processo n. 2.001.741-56.

2 — As propostas serão recebidas no dia 19 de novembro de 1956, às 15 horas.

3 — Os concorrentes em suas propostas, que deverão ser entregues em 3 vias, também assinadas pelo engenheiro responsável em envelopes fechados, à Comissão de Concorrência, terão de declarar, expressamente, sob pena de nulidade da proposta:

a) que se submetem inteiramente às disposições do Código de Obrigações, aprovado pelo Decreto número 12.172, de 31 de julho de 1953, modificado pelo Decreto n. 13.193, de 22 de março de 1956, e às exigências anexas a este edital;

b) o prazo dentro do qual se comprometem a entregar completamente conclusas as obras que são objeto desta concorrência, completamente conclusas as obras que são objeto desta concorrência, o qual não poderá exceder de 270 dias.

4 — Na execução das obras em concorrência serão obedecidos os projetos, perfis, desenhos de detalhes, instruções e prescrições fornecidos pela Fiscalização, e as especificações e normas aprovadas.

5 — As obras em concorrência estão orçadas em Cr\$ 1.000.000,00 (um

milhão de cruzeiros), sendo de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) o valor da caução para a concorrência, prevista no artigo 5º do Caderno de Obrigações, e de 90 (noventa) dias o prazo de conservação por conta do concorrente, sendo estabelecido, conforme o artigo 46 do Caderno de Obrigações, como depósito para recolhimento do material excedente da obra o local seguinte: Setor de Reparos, fundos do Mercado São Paulo, à avenida 28 de Setembro.

6 — As obras correrão por conta da verba 304, código local 344.0 — "Para manutenção e desenvolvimento das atividades do Serviço Florestal".

7 — Os concorrentes em suas propostas deverão declarar em algarismos e por extenso o preço global pelo qual se comprometem a executar as obras.

8 — Não serão tomadas em consideração as propostas que não estiverem de pleno acordo com as condições deste edital de concorrência, quer por omissão, quer por discordância.

9 — Logo após a leitura de cada proposta será declarado pela Comissão se a proposta está ou não em condições de ser recebida para julgamento.

10 — A Comissão de Concorrência prestará aos concorrentes todos os esclarecimentos necessários à confecção de suas propostas, na sede do Serviço de Engenharia Rural, sito à avenida Rio Branco n. 277 2.º andar.

11 — Os concorrentes deverão apresentar prova de que estão quites com as obrigações previstas na Lei número 1.164, de 24 de janeiro de 1950 (Código Eleitoral).

12 — A concorrência a que se refere este edital poderá ser adiada ou anulada se assim achar conveniente a Prefeitura do Distrito Federal não cabendo aos interessados direito a qualquer reclamação ou indenização.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1956. — Carlos A. C. Cabral, Chefe do 4-AG, mat. 76.892.

MONTEPIO DOS EMPREGADOS MUNICIPAIS

Serviço de Pagamento

Será efetuado hoje, 5 de novembro, segunda-feira, das 8.15 às 16.00 horas, o pagamento das seguintes propostas de empréstimos:

CÓDIGO 21 — DE ORDEM DO EXMO. SR. PREFEITO DE ACÓRDO COM O ART. 4º DO DECRETO N.º 10.344

Matrícula	Processo	Matrícula	Processo
173	324.131	33.678	120.777
2.989	326.075	32.550	123.244
4.242	GP 6.084	34.471	307.669
7.058	324.030	38.873	324.751
4.264	324.725	39.298	GP 5.861
5.324	324.312	39.435	GP 6.075
6.424	323.450	44.306	324.290
7.512	319.318	56.551	317.487
10.845	322.378	57.940	316.662
13.812	GP 5.998	58.143	326.478
15.583	320.009	60.696	315.398
16.344	327.273	61.289	GP 5.311
16.696	323.875	64.117	GP 6.061
26.328	GP 5.930	66.664	GP 6.265
27.891	323.988	69.618	321.139
28.975	GP 5.622	70.986	326.068
31.995	321.312	71.584	317.721
32.264	322.463	82.954	GP 6.288
32.664	GP 6.213	—	—

COMUNS EFETIVOS — CÓDIGO 21

Pedido	Matrícula	Pedido	Matrícula
8.226	8.227	15.308	29.865

COMUNS MSM — CÓDIGO 25

Pedido	Matrícula
1.751	99-695

EMERGENCIAS

Matrícula	Matrícula	Matrícula	Matrícula
275	318	2.168	2.682
2.287	3.022	3.808	3.898
4.074	4.209	4.853	5.124
5.289	5.359	6.161	7.668
10.470	10.972	11.178	13.110
13.881	14.714	14.725	14.742
17.210	17.365	17.789	19.729
20.827	23.887	24.345	25.523
27.063	27.256	27.416	28.032
29.912	30.171	30.868	32.395
32.816	33.512	33.708	35.130
35.375	36.674	38.235	38.338
38.525	38.873	41.587	43.797
47.222	48.963	44.486	44.946
50.404	51.674	53.025	53.910
57.121	57.181	57.633	59.249
59.857	59.943	60.853	61.076
61.078	61.429	61.723	61.893
62.857	67.103	67.531	67.621
68.330	68.456	73.077	77.590
95-1170	95-1326	95-1366	99-096
99-128	99-299	99-321	99-407
99-431	99-463	99-583	99-601
99-613	99-657	99-838	—

CASAMENTOS

Matrícula	Matrícula	Matrícula	Matrícula
932	26.562	45.811	58.553
67.355	69.019	—	—

Visto: Mario Lorenzo Fernandez, Diretor. — Odilon de Lacerda Pava, Chefe do M-4.

O próximo pagamento de aluguéis, referente ao mês de outubro de 1956, será feito de acordo com a seguinte tabela:

Finas	PRIMEIRA CHAMADA	Dias
1 a 5		7 de novembro
6 a 0		8 de novembro
Finas	SEGUNDA CHAMADA	Dias
1 a 5		19 de novembro
6 a 0		20 de novembro

Serviço de Pagamento, 1 de novembro de 1956. — Moacyr de Souza Maia, Chefe MEM — Matrícula n.º 61.021.

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

ACÓRDÃO N.º 1.809

Sessão de 1.º de setembro de 1955
Recurso n.º 2.158.

Recorrente — Remington Rand do Brasil S. A.

Recorrido — Departamento de Tributos Diversos.

Relator do Feito — Conselheiro Vasco Borges de Araújo.

Designado para redigir as conclusões do acórdão — Conselheiro Lauro Vasconcellos.

*Imposto de licença para localização e imposto de indústrias e profissões.**I — Valor locativo apurado por meio de arbitramento.**II — Revisão de lançamento por motivo de erro de fato.**III — A reclamação, na parte que não se refere ao erro de fato, somente produz efeito nos exercícios seguintes ao de sua formulação.*

RELATÓRIO

Remington Rand do Brasil S. A., sucessora de S. A. Casa Pratt, requereu em abril de 1953, inscrição para localização e indústrias e profissões, em imóvel próprio sito na Avenida das Bandeiras número 16.060, onde instalava uma indústria, dando valor estimativo a locação.

Procedida vistoria pelo DRL, foi usado o V.O. médio do Departamento da Renda Imobiliária, de 10,00 m², e calculado o tributo sobre Cr\$ 1.608.000,00 (um milhão, seiscentos e oito mil cruzeiros), valor esse retificado para Cr\$ 1.008.000,00 (um milhão, oito mil cruzeiros) anuais, face a erro de cálculo.

Não se conforma, entretanto o ora recorrente que veio pleiteando a redução para Cr\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil cruzeiros), frente ao valor tributado no DRI, para o imposto predial, e ainda dos valores confrontantes de outros imóveis, serem inferiores a Cr\$ 10,00 o metro quadrado, fora fatores depreciativos influentes.

Indefirido tendo em vista o disposto no artigo 6.º, § 1.º, alínea "b", da Lei n.º 563, de 11 de dezembro de 1950, interposto pedido de reconsideração de fls. 12-14 (16). A certidão recitada é do seguinte teor:

"Certifico, em cumprimento ao despacho exarado no processo protocolado sob número quatro milhões seiscentos e quarenta e seis mil oitocentos e cinquenta e oito, em doze de novembro de mil novecentos e cinquenta e quatro, em que o despachante Ernando Couto Gomes, em nome de Remington Rand do Brasil S. A. — Ex S. A. Casa Pratt, para fins de direito, requer seja passado por certidão o seguinte: — a) qual foi a área de galpão encontrada e qual o valor do metro quadrado, mensal arbitrado, para a fábrica situada à Avenida das Bandeiras dezesseis mil e sessenta, no processo protocolado sob número quatro milhões seiscentos e dez mil e oitenta e oito,

JURISPRUDÊNCIA

DIÁRIO OFICIAL (Seção II)

APENSO AO N.º 261 — SEGUNDA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 1956

de mil novecentos e cinquenta e três; b) — qual a área em metros quadrados encontrada e o valor do metro quadrado encontrado para os outros tipos de construção; c) — se a espécie de construção é tipo de primeira, luxuoso ou simples; d) — se o imóvel citado fica próximo do centro da cidade ou de algum ponto de acesso, ou ainda se é de fácil acesso por meio de condução popular; e) — se é zona esgotada, iluminada e se possui linhas telefônicas; f) — qual o valor anual arbitrado para fins de incidências dos impostos e taxas prediais; — QUE, de acordo com informação prestada no aludido processo, tem inscrição nos registros deste Departamento sob número de emissão quinhentos e trinta e um mil setecentos e trinta e nove, em nome de S. A. Casa Pratt, o imóvel número dezesseis mil e sessenta da Avenida das Bandeiras, antes Estrada Rio São Paulo, com o valor tributado de quinhentos e quarenta mil cruzeiros. Base: arbitramento. Quanto ao processo quatro milhões seiscentos e dez mil e oitenta e oito, de mil novecentos e cinquenta e três, passo a transcrever a informação datada de dois de dezembro do mesmo ano, e assinada pelo senhor Inspetor José Araújo Lima: — "Trata-se de construção de uma fábrica de equipamento para máquinas de escrever. Divide-se em: Primeiro — Portaria com o controle do pessoal e posto médico; Segundo — Escritórios com dois pavimentos; Terceiro — Refeitórios e salas de recreação para operários; Quarto — Grande galpão onde estão instaladas as oficinas (estrutura de ferro, cobertura de "eternit" e piso de cimento — Construção simples). Aplicação do V. U. Portaria — área — noventa metros quadrados x V. U. Dez cruzeiros — igual a novecentos cruzeiros mensais. Escritórios — área duzentos e dezoito metros quadrados x V. U. Dez cruzeiros igual a dois mil cento e oitenta cruzeiros. Refeitório — área duzentos e noventa e oito metros quadrados x V. U. oito cruzeiros — igual a dois mil trezentos e oitenta e quatro cruzeiros. Oficinas — área sete mil novecentos e quinze metros quadrados x V. U. cinco cruzeiros igual a trinta e nove mil quinhentos e setenta e cinco cruzeiros. Total — quarenta e cinco mil e trinta e nove cruzeiros, ou arredondando — quarenta e cinco mil cruzeiros — doze igual a

quinhentos e quarenta mil cruzeiros. Logradouro cimentado, sem água e sem esgoto. A água que abastece o imóvel é de poço. Não consta "habite-se". Ocupação de julho de mil novecentos e cinquenta e três. Proponho a inclusão, a partir de mil novecentos e cinquenta e quatro, com o valor tributado de quinhentos e quarenta mil cruzeiros." E, por nada mais constar, eu, Celina Teixeira Sampaio, oficial administrativo, classe J, matrícula trinta e três mil trezentos e cinquenta e seis, em exercício no Departamento da Renda Imobiliária, passei a presente certidão que dato e assino, depois de lida e achada conforme pela parte interessada. — Em 17 de novembro de 1954. — (a) Celina Teixeira Sampaio. — Confere. Rosina Forino Migliand." (fls. 16-16v.).

Segue-se tramitação regular, e encaminhado ao Presidente da Comissão de Correição e Orientação nos seguintes termos:

"Remington Rand do Brasil S. A. pede reconsideração do despacho do Sr. Diretor, constante do presente processo, exarado em 19 de novembro de 1954.

O referido despacho deu provimento parcial à petição inicial, mandando reduzir o V. U. para Cr\$ 1.008.000,00, a partir do início, reconhecendo o engano havido e mantendo o arbitramento, com fundamento no art. 6.º § 1.º letra b da Lei 563/50.

Não se conformou, porém, a requerente e apresentou nova reclamação.

Examinando-se o novo recurso, verifica-se que a argumentação principal é no sentido de estabelecer uma subordinação do DRL ao DRI, em matéria de arbitramento.

São citados o Decreto-lei 251-38 e as Leis 312-48 e 563 de 1950, afirmando, erradamente, o peticionário que as mesmas estabelecem um elo entre o imposto de localização e o imposto predial. Tal não se dá. Se assim fosse não teríamos a necessidade de possuímos um corpo de inspetores em nosso Departamento. Os arbitramentos feitos pelo DRI seriam para aqui encaminhados e feitas as devidas anotações de acordo com a avaliação feita pelo referido Departamento, deixando de subsistir, consequentemente este Serviço.

Quem dispuser a estudar tais diploma legais verá quão inconsequente é a alegação, pois que sempre houve independência entre o nosso VL e o VT do DRI, bastando acentuar que na fixação dos nos-

so valores influem fatores que não existem na legislação do imposto predial, conforme prescrição constante do § 1.º do art. 6.º da Lei 563-50.

Os arbitramentos são fundados, na Lei 563-50, que não foi revogada, até a presente data.

E' fora de dúvida que o DRL possui autonomia, não depende do DRI. Tem autoridade e competência de fato e de direito para, lançar os valores locativos dos estabelecimentos profissionais, comerciais e industriais.

Demonstrada que está a posição legal do DRL, que é incontestável e não encontrando razões para aceitar o VT do DRI que é de Cr\$ 540.000,00, faço minha a proposta do ilustre colega Cândido de Andrade, que na qualidade de relator da C. C. O. anterior, examinou circunstanciadamente o arbitramento e propôs a redução do VL para Cr\$ 840.000,00 anuais a partir do início." (fls. 26 a 27).

Mantém, entretanto, o Sr. Diretor do DRL o despacho anterior fixando em Cr\$ 1.008.000,00 o valor locativo estimativo, desde a sua implantação.

O recorrente, que vem pagando os tributos na base arbitrada, interpôs recurso, de fls. 38-40, argumentando:

"Remington Rando do Brasil S. A., à Avenida das Bandeiras, n.º 16.060, não se conformando, "data venia", com o respeitável despacho exarado pelo Sr. Diretor do Departamento da Renda de Licença e Indústrias e Profissões, no recurso que interpôs contra o arbitramento procedido pelo citado Departamento, lançando para fins dos impostos de Licença e Indústrias e Profissões, à fábrica de propriedade da Recorrente, que também é proprietária do imóvel, face ao desacordo existente com o valor locativo fixado pelo Departamento da Renda Imobiliária, que inegavelmente é o paradigma para o lançamento de todos os impostos que tenham por base o valor imobiliário, em virtude de ser o que mais se aproxima da justa aplicação do direito tributário.

Sobre a matéria em epígrafe, é oportuno transportarmos para aqui, o judicioso ensinamento da lavra de Aurélio Gomes d'Oliveira, sobre a norma de se proceder o lançamento dos valores locativos pelo D. R. I., publicado na "Revista de Elementos de Direito Tributário":

"Pelo regime atual o lançamento é feito de forma objetiva, atendendo as condições materiais do imóvel, que é cuidadosamente vistoriado pelo Inspetor e por ele descrito em informações sucintas prestadas ao seu Chefe.

O valor atribuído aos Imóveis tem por base sua capacidade locativa resultante de um estudo comparativo com os demais Imóveis da zona em que está situado.

O cálculo do valor, depende principalmente de dois elementos essenciais:

- a) área coberta pela construção;
- b) o valor unitário (V.U.) da zona em que está situado.

Mas isso não teria a menor significação se este V.U., não fosse determinado segundo um critério científico." (Capítulo II, pág. 207).

No caso vertente, a determinação do V.U. foi feita por uma comissão especial de funcionários (D. R. I.), principalmente engenheiros, que estudaram detalhadamente todos os elementos essenciais do problema.

Nela foram levados em consideração:

- a) a zona;
- b) o seu destino e o preço da área construída de acordo com os padrões vigentes no mercado; e
- c) o tipo de construção.

Indaga-se, então, qual a norma aplicada pelo D. R. I., para a fixação dos valores locativos, para fins do respectivo imposto?

Não existindo disposições reguladoras, a norma seguida prende-se à opinião e a juízo de cada Inspetor de Renda, advindo daí as flagrantes incoerências e os evidentes paradoxos, consoante a sobeja demonstração que se encontra nas razões apresentadas no recurso de primeira instância, constante deste processo, e que teve lacônica denegação, para a qual com o devido respeito, solicitamos a douta atenção dos nobres Conselheiros.

Aliás, consubstanciando essas assertivas, bastaríamos, sem delongar a matéria, lançarmos o olhar no venerando acórdão n.º 1.048, atinente ao recurso n.º 826, publicado no *Diário Oficial* de 14 de fevereiro de 1955, a pág. 1.422, em que foi relator o ilustre Conselheiro Alberto Woolf Teixeira, no qual firmou jurisprudência mansa e pacífica, consoante a judiciosa ementa:

"Imposto de Licença Para Localização.

Determinação para fins de lançamento, do valor locativo do imóvel, em que o proprietário é o mesmo do estabelecimento."

Assim, face ao citado acórdão, a matéria fica colocada a um plano absoluto, tornando-se desnecessário outras considerações.

Pelo exposto, e por tudo o mais que do processo em apelo contém, como medida de imperativa Justiça, espera a Recorrente, que este Egrégio Conselho, dando acolhida ao presente recurso, determine seja o arbitramento do valor locativo equivalente, por cri-

tério de uniformidade, com o lançamento do imposto predial, para o citado imóvel à Avenida das Bandeiras, número 16.060, ou sejam, para Cr\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil cruzeiros) anuais, a partir do início do alvará.

Faça-se Justiça.

A Fazenda pronuncia-se às fls. 44 pelo não provimento do recurso.

E' o relatório.

VOTO DO RELATOR — (VENCIDO)

Dispõe o § 1.º, do art. 6.º da Lei n.º 563, de 11 de dezembro de 1950:

"O valor locativo do estabelecimento será, porém, arbitrado pela repartição competente, tendo-se em conta, o local, a área territorial, o valor do imóvel, a natureza e importância do negócio e outras do prédio, que possam influir na avaliação, inclusive o valor locativo dos prédios vizinhos economicamente equivalentes, quando: ..."

Este dispositivo nada mais é que a repetição do parágrafo único, do art. 6.º, do Decreto-lei n.º 157, de 31 de dezembro de 1937 "verbis":

"Parágrafo único. Faltando ou sendo deficientes esses elementos ou havendo justo motivo para recusar-lhe valor probante, ou se tratando de prédio não locado, a SD-RI procederá a arbitramento, tendo em vista, para apuração do referido valor: o local; a área territorial; a área edificada; o valor venal do imóvel; e outros quaisquer característicos ou condições do prédio que possam influir na apuração, inclusive o valor locativo dos prédios vizinhos economicamente equivalentes."

Compreende-se facilmente que o legislador ao fixar na Lei n.º 563 de 1950, a modalidade da cobrança do imposto de licença para localização, nos casos de arbitramento, indicar qual a repartição, ao dizer a competente, isto é, a que existia; uma vez que a lei não criava outra.

Mais incisivo, determinando sem contestação qual a repartição competente é o art. 3.º item 7.º, da Lei n.º 746, de 26 de novembro de 1952:

"O valor locativo que servirá de base ao cálculo do Imposto de Indústrias e Profissões, será o mesmo que o do Imposto de Licença para Localização de estabelecimentos e será apurado na forma estabelecida na legislação do Imposto Predial."

A simples comparação dos incisos citados nos leva à convicção de que a base em que se alicerça o arbitramento do valor locativo é um e único: o da legislação do Imposto Predial.

Fosse outro o intuito do legislador outras seriam as expressões das Leis ns. 563 e 746.

Acresce a circunstância de ambos os Departamentos estarem subordinados à Secretaria-Geral de Finanças e, é óbvio, que não se justificaria, a necessidade de criar um Serviço Técnico especializado para o DRL, quando eficientemente existia organizado o DRI, principalmente após a vigência do Decreto-lei n.º 157-37, e atos complementares administrativos.

Não contendo a independência desses Departamentos na orientação que cada qual possa dar a seu setor, quando sobre o mesmo fato econômico se apresente, como sói acontecer peculiaridades que justifiquem desigualdade.

No caso em espécie "onde o proprietário do imóvel é o mesmo do estabelecimento licenciado", não tenho como cabível fixarem-se dois critérios: um matemático, calculado em índices reais, estudo técnico de um serviço vigorante, formalmente, desde a Resolução número 22, de 11 de setembro de 1947, esclarecedora do Decreto-lei n.º 9.669 de agosto de 1946; e outro que se baseia nos serviços desse mesmo Departamento, fixando-o por média, sem justificativa, e sem obediência aos índices indicativos previstos e indispensáveis a validade do arbitramento.

Não há qualquer dificuldade na aplicação da lei e o critério exposto se coaduna, perfeitamente com o direito reclamado a igualdade de valores. Esse direito é dependente de uma só circunstância de fato unicamente técnico, que se positiva em lançamento de outro tributo e decorrente de base e competência legal.

O recurso deve ser provido para que se proceda a retificação a partir do início de sua localização efetuando-se o cálculo sobre o valor de Cr\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil cruzeiros), fixados pelo Departamento da Renda Imobiliária no imposto predial, no mesmo ano de incidência.

E' o meu voto.

VOTO DO CONSELHEIRO LAURO

VASCONCELLOS — (VENCEDOR)

"Data-venia", não me parece procedente a tese aceita pelo nobre Conselheiro Relator, segundo a qual o Departamento da Renda de Licenças não teria, ao tempo em que o efetuou, competência para arbitrar o valor locativo do imóvel ocupado pela fábrica da recorrente.

Não teria essa competência por que idêntico arbitramento, embora com resultado diferente, já havia sido realizado pelo Departamento da Renda Imobiliária, para arrecadação do imposto predial.

Não deu acolhida à tese pelas razões que passo a expor.

1.ª — Trata-se de tributos diferentes, que apenas têm de comum a circunstância de ser o cálculo dos impostos baseados no mesmo fato, ou seja, no valor locativo do imóvel.

Se bem que tanto a lei que regula a cobrança do imposto predial (Decreto-lei n.º 157, de 31 de dezembro de 1937) como a que

regem a arrecadação dos impostos de licença para localização e de indústrias e profissões (Leis números 563, de 11 de dezembro de 1950 e 746, de 26 de novembro de 1952) estabeleçam normas idênticas para apuração de valor locativo, por arbitramento; embora seja de desejar que os arbitramentos sejam o mesmo para os três impostos, desde que efetuados na mesma ocasião; ainda assim, não há como contestar a competência de cada um dos Departamentos que arrecadam esses tributos, o da Renda Imobiliária e o da Renda de Licenças, para realização da operação, com a finalidade específica do lançamento de cada um dos impostos.

Não foi outra, de resto a decisão do Conselho no Acórdão número 1.352, de 2 de dezembro de 1954.

2.ª — Para que se pretendesse a prevalência do arbitramento feito pelo DRI sobre o do DRL, como quer a recorrente e como entende o Sr. Relator, seria imprescindível que a lei assim dispusesse e que ambos se realizassem ao mesmo tempo.

Dessa particularidade não há prova no processo.

3.ª — A predominar o ponto de vista do Sr. Relator, de duas uma: ou o DRL não teria oportunidade de arbitrar valor locativo, devido a existir arbitramento feito pelo DRI ou, caso contrário a operação teria de ser levada a efeito conjuntamente, pelos dois Departamentos.

Nenhuma dessas restrições se encontra nas Leis ns. 563 e 746, citadas.

Ao contrário. O que esses diplomas legais expressamente autorizam é a prática do arbitramento, pela repartição arrecadadora, embora essas leis (a segunda mais expressamente do que a primeira) adotem, como base de apuração, aqueles mesmos elementos que a lei do imposto predial aceita.

Nem deveria ser de outra forma, já que se trata de idêntica apuração.

Assim, tenho como irrecusável a competência do DRL para efetuar, como efetuou, a operação de arbitramento, necessária ao lançamento do imposto, o qual lhe cabia realizar.

Na decisão que arbitrara o valor locativo do prédio em questão em Cr\$ 1.608.000,00 (um milhão seiscentos e oito mil cruzeiros), havia, porém, um erro de fato, resultante de engano de multiplicação, como ficou demonstrado (fls. 4v-5v).

Esse erro autoriza a revisão do lançamento, para o fim de corrigi-lo, como procurei demonstrar no voto proferido no Acórdão número 1.103, de 13 de maio de 1954.

A decisão de fls. 9 o corrigiu, determinando a retificação para Cr\$ 1.008.000,00 (um milhão e oito mil cruzeiros), desde o início.

Mas, a recorrente não se conformou com o arbitramento do qual

resultou a fixação desse valor locativo e insistiu na reclamação.

Esse arbitramento fora realizado em maio de 1953 (fls. 4 do processo anexo) e do mesmo tomou conhecimento a recorrente (contrariamente ao que alega às fls. 3), tanto que pagou o imposto calculado sobre o valor do dito arbitramento (fls. 5 do processo anexo).

Se a reclamação apresentada é de outubro de 1954 (fls. 2-3), segue-se que, tratando-se de reclamação sobre arbitramento, ela somente pode ter efeito a partir do ano imediato ao de sua formulação, desde que os lançamentos para 1953 e 1954, salvo o erro de fato, constituíam atos perfeitos e acabados, especialmente em consequência de sua aceitação pelo contribuinte, representada pelo pagamento do imposto.

Aplica-se à reclamação, na parte que não se refere a erro de fato, a mesma norma referente ao arbitramento, segundo o disposto no § 3.º, do art. 6.º, da Lei número 563, assim como no § 4.º, desse artigo, assim redigidos:

“§ 3.º A alteração do valor locativo, resultante de arbitramento, só produzirá seus efeitos a partir do exercício seguinte ao arbitramento e ciência ao interessado.”

“§ 4.º A alteração do aluguel no correr do exercício, seja qual for o motivo, só sujeitará o contribuinte a aumento, ou lhe dará direito a diminuição do imposto, a partir do exercício seguinte.”

Acontece que, em relação ao arbitramento, a própria repartição arrecadadora, pelos informantes de fls. 23-24, 26-27 e 27v., todos entenderam excessivo o valor arbitrado de Cr\$ 1.008.000,00 (um milhão e oito mil cruzeiros) e propuseram, com sólidos fundamentos, sua redução para Cr\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil cruzeiros).

Assim, tendo em vista o exposto e a conclusão desses pareceres, dou provimento ao recurso, em parte, para reduzir o valor locativo de que se trata a Cr\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil cruzeiros), a partir de 1955, mantida a decisão recorrida em relação aos exercícios anteriores.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que é recorrente Remington Rand do Brasil S. A. e recorrido o Departamento de Tributos Diversos:

Acorda, pelo voto de desempate, o Conselho de Recursos Fiscais, dar provimento, em parte, ao recurso, para que prevaleça a retificação do valor a partir de 1955, nos termos do voto do relator designado.

Vencidos os Conselheiros Relator, Waldemar Freire de Mesquita, Juvenal da Silva Azevedo e Henrique Biasino.

Conselho de Recursos Fiscais do Distrito Federal, em 1.º de setembro de 1955. — Ernesto Di Rago,

Presidente. — Vasco Borges de Araújo, Relator do Feito. — Lauro Vasconcellos, Designado para redigir as conclusões do Acórdão.

ACÓRDÃO N.º 1.873

Sessão de 29 de setembro de 1955
Recurso n.º 1.754.

Recorrente — Klermann de Pennafort Caldas.

Recorrido — Departamento da Renda de Transmissão.

Relator — Conselheiro Lauro Vasconcellos.

Imposto de transmissão de propriedade “inter-vivos”.

I — São excluídos do valor da transação, para cálculo do imposto, quando se tratar de terreno com edifício em construção o das acessões custeadas pelo promitente comprador, a partir da escritura de promessa de venda.

II — Essa é a jurisprudência mansa e pacífica do Conselho de Recursos Fiscais.

III — Declaração de obras apresentada quando o processo já se achava em 2.ª instância e cujo valor foi contestado

RELATÓRIO

Em julho de 1954 foi apresentada à Prefeitura, para pagamento do imposto de transmissão de propriedade “inter-vivos”, a guia de folhas 2, com os seguintes principais elementos:

adquirente: Klermann de Pennafort Caldas;

transmitente: Númia Sirota; natureza da transação: compra e venda;

objeto: fração de 1/24 do terreno sito na Rua São Miguel;

valor: Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros). (fls. 2).

Foi declarado haver construção por conta do comprador (fls. 2).

Apesar de declarar, no verso da guia, inexistência de promessa de venda, ao apresentá-la ao DRT os interessados juntaram a de folhas 16-17, lavrada em 24-3-54, na qual figura Númia Sirota, como promitente vendedor, e Klermann de Pennafort Caldas como promitente comprador e como objeto o terreno de que se trata.

Suas principais cláusulas são as seguintes:

“... que pela presente e na melhor forma de direito, ele outorgante promete e se obriga vender ao outorgado a fração de 1/24 avos do terreno descrito, inteiramente livre e desembaraçada de ônus e responsabilidades de qualquer natureza, mediante as seguintes condições: 1.º) o preço ajustado é de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) que recebe neste ato, em moeda corrente, contada e certa, perante mim e testemunhas do que dou fé, de cujo recebimento da quitação ao outorgado, 2.º) a escritura definitiva será passada depois de cumpridas as condições estipuladas. 3.º) o outorgado fica desde já e por força da presente escritura, imitado na posse da fração do terreno, correndo desde hoje, por conta do mesmo outorgado, a quota parte do imposto territorial. 4.º) ficam também a cargo do outorgado as despesas desta escritura e das despesas decorrentes deste con-

trato. 5.º) o presente contrato é irretratável e irrevogável, obrigatórios e transferências e mais gatoriamente aos contratantes, seus herdeiros e sucessores. 6.º) o outorgante promitente vendedor, se obriga a construir para o outorgado no edifício a ser construído no aludido terreno, o apartamento que será designado por n.º 202 e encontrado no 2.º pavimento e que se comporá de uma sala, três quartos, duas varandas, cozinha, banheiro completo com box, quarto e dependências de empregado, tanque e área de serviço, mediante o preço de Cr\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil cruzeiros) e que será pago da seguinte forma: a) Cr\$ 32.000,00, neste ato, em moeda corrente, contada e achada certa, de cujo recebimento o outorgante dá quitação ao outorgado; b) Cr\$ 96.000,00 em vinte prestações mensais sucessivas de Cr\$ 4.800,00 cada uma, durante a construção; c) Cr\$ 14.400,00 quando pronta a segunda laje; d) Cr\$ 14.400,00 quando pronta a quarta laje; e) Cr\$ 14.400,00 quando completada a alvenaria, exceto o pavimento térreo; f) Cr\$ 14.400,00 quando completados os revestimentos, exceto o pavimento térreo; g) Cr\$ 14.400,00 na entrega das chaves do apartamento; h) Cr\$ 240.000,00, na entrega das chaves do apartamento, mediante financiamento a ser feito pelo outorgante, pelo prazo médio de cinco anos, aos juros de 12 % ao ano”. (fls. 16-v-17)

Com a guia foi apresentada, também, a petição de fls. 4, deste teor:

“Kleemann de Pennafort Caldas, por seu procurador abaixo-assinado, tendo adquirido de Númia Sirota, uma quota correspondente a 1/24 avos do terreno sito na Rua São Miguel, junto e antes do n.º 191, onde já está iniciada a construção de um edifício de apartamentos, um dos quais está sendo pago pelo requerente, requer a V. Ex.ª autorização para pagar o imposto de transmissão “inter-vivos” apenas pelo valor da referida quota de terreno, ou seja, sobre Cr\$ 40.000,00, tendo em vista o disposto na Resolução n.º 13, de 1951, cujos benefícios invoca em seu favor.

Termos em que pede e espera deferimento”. (fls. 4)

Em 18-8-54 foi verificada, pelo DRT, a existência de prédio em construção, no local, e atribuída às benfeitorias o valor de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões quinhentos mil cruzeiros) — fls. 5.

Em 26-8-54 vem a decisão: “Indeferido.”

Para a aplicação das normas contidas na Resolução n.º 13, de 1951, é imprescindível que as obras tenham sido feitas sob a direta responsabilidade econômica e contratual do promitente comprador.” (fls. 5v)

As fls. 6 está seu complemento:

“Cobre-se o imposto sobre Cr\$ 144.166,70.”

Não consta intimação.

Em 21-9-54 há pedido de reconsideração, assim formulado:

“Klermann de Pennafort Caldas, por seu procurador abaixo-assinado, tendo tomado ciência do despacho denegatório, proferido no processo n.º 4.514.755-54, em que é parte, requer a V. Ex.ª a reconsideração do referido despacho, alegando a que as obras foram feitas sob a direta responsabilidade econômica e contra-

tual do requerente, como faz certo a certidão da escritura de promessa de compra e venda e contrato de construção constante do supracitado processo.

Nestas condições e tendo em vista que o único fundamento do despacho denegatório se refere à ausência da responsabilidade contratual, o que não corresponde à realidade, frente à juntada acima referida, apresenta o alvará de autorização da obra e espera o peticionário o deferimento da presente, por ser este um ato de perfeita justiça.” (fls. 7).

Despacho:

“Mantenho o despacho recorrido, pelos seus fundamentos.” (fls. 7v)

Não consta intimação regular.

Em 12-10-54 há recurso, assim:

“Klermann de Pennafort Caldas, por seu procurador abaixo-assinado, não se conformando com o indeferimento do seu pedido de reconsideração do despacho, no processo n.º 4.514.755-54, vem recorrer da citada decisão para o Conselho de Contribuintes, tão certo está da justiça que preside a sua pretensão.

Realmente, o recorrente juntou ao referido processo a escritura de promessa de compra e venda e contrato de construção, de um apartamento destinado à sua residência, na qual está estipulada a responsabilidade do recorrente pela construção, com o pagamento parcelado, em correspondência ao andamento na execução das obras, circunstância essa que constitui a única exigência para a concessão dos favores da Resolução n.º 13, de 1951.

Termos em que pede e espera deferimento.” (fls. 9).

Solicitei diligência neste sentido:

“Requeiro intimação do recorrente para trazer aos autos declaração do custo das obras até a data da promessa de venda (24-3-54), cumprindo, assim, o disposto no art. 2.º, § 11, do Decreto n.º 8.662, de 28-9-46.” (fls. 18v).

Trazida ao processo a declaração de fls. 21, dando às obras o valor de Cr\$ 110.000,00 (cento e dez mil cruzeiros), solicitei sua conferência (fls. 22).

Em resposta, informa o DRT:

“Em atenção ao pedido formulado em 31-1-55, informo V. Ex.ª de que, segundo afirma o Sr. Contador, o valor das obras em 24-3-54 era de Cr\$ 673.854,70, não conferindo, portanto, com o constante na declaração de fls. 21.” (fls. 24).

Antes dessas diligências o Sr. Representante da Fazenda assim opinara:

“Esta Representação de Fazenda confia ao elevado critério dos membros desse E. Conselho a solução ao presente caso.” (fls. 18).

o relatório.

VOTO DO RELATOR

Com base na jurisprudência do Conselho, firmada em copiosas decisões, atendo ao apelo do recorrente, em parte.

Não há como deixar de reconhecer, como reconheceu, aliás, implicitamente, o nobre Sr. Representante da Fazenda, que o custo da construção, a partir da promessa de venda — 24-3-54 — passou à responsabilidade do promitente comprador.

Quem se der ao trabalho de percorrer os repositórios de decisões do Conselho encontrará dezenas, senão centenas de decisões nesse sentido.

Mas, ficou apurado que, na data da promessa de venda, em 24-3-54, já existia uma parte da construção (declaração de fls. 21 e informação de fls. 24), licenciada muito antes, em 21-7-53, segundo se verifica da fotocópia do alvará respectivo (folhas 13).

Ficou apurado, mais, que a declaração do valor das obras, de fls. 21, Cr\$ 110.000,00 (cento e dez mil cruzeiros), trazida aos autos com a petição de fls. 20, do recorrente, não é verdadeira.

Esse valor era de Cr\$ 673.854,70 (seiscentos e setenta e três mil oitocentos e cinquenta e quatro cruzei-

ros e setenta centavos), segundo informa o DRT (fls. 24).

Portanto, o imposto deve ser calculado sobre a fração do terreno, na conformidade da norma estabelecida no art. 9º do Decreto-lei nº 9.626, de 21-8-46, e, também, sobre o valor das acessões, na data da promessa de venda — 24-3-54 — e de acordo com o apurado pelo DRT, em obediência ao disposto no Decreto número 8.662, de 28-9-46, art. 2º, § 11.

Assim se terá aplicado a lei, com seu verdadeiro alcance, segundo a jurisprudência do Conselho.

Há, ainda, que chamar a atenção da autoridade de 1ª instância para o fato de haver o recorrente apresentado a declaração de fls. 21, referente ao custo das obras até 24-3-54,

declaração cuja veracidade é contestada pelo funcionário que examinou a escrituração (fls. 23v).

Essa circunstância deve ser apreciada em face do prescrito no art. 25 do Decreto-lei nº 9.626, citado, assegurando-se ao recorrente, em caso de aplicação de pena, o amplo direito de defesa, em instância dupla, como estabelece a Lei Orgânica do Distrito Federal (Lei nº 217, de 15-1 de 1948, art. 2º, § 6º).

E nestes termos meu voto, dando, em parte, provimento ao recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que é recorrente Klermann de Pennafort, Caldas e recorrido o Departamento da Renda de Transmissão:

Acorda, preliminarmente, o Conselho de Recursos Fiscais, por maioria, contra o voto dos demais Conselheiros, rejeitar a preliminar suscitada pelo Conselheiro Waldemar Freire de Mesquita, para que o Conselho a decisão recorrida, fazendo o processo voltar à respectiva autoridade, a fim de que esta se pronunciasse, atendendo aos novos elementos surgidos das diligências posteriores àquela decisão.

No mérito, acorda o Conselho, por unanimidade, do provimento em parte ao recurso, nos termos do voto do relator.

Ausente o Conselheiro Juvenal da Silva Azevedo.

Conselho de Recursos Fiscais do Distrito Federal, 29 de setembro de 1955. — *Ernesto Di Raggo*, Presidente. — *Lauro Vasconcellos*, Relator.

CONSTITUIÇÃO

DOS

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

FORMATO PEQUENO

Divulgação n.º 559

Preço: Cr\$ 15,00

A VENDA:

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 1

Agência I: Ministério da Fazenda

Agência II: Pretório

Atender-se a pedidos pelo Serviço de Recambião Postal

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 1,00